



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 105 - SEXTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 277, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Cruzeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umirim, Estado do Ceará.	17213
Nº 278, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Autazes, Estado do Amazonas.	17213

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 94ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE AGOSTO DE 2001

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Pareceres

Nº 754, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 207, de 2000 (nº 1.443/2000, na origem), pela qual o Presidente da República solicita que sejam autorizadas as operações financeiras de que trata o acordo de reescalonamento, com remissão parcial, da dívida da República da Zâmbia para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente a US\$14.127.098,58 (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos), com previsão de redução do valor presente líquido, com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do Clube de Paris. (Projeto de Resolução nº 32, de 2001).....	17214
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

Nº 755, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.....	17218
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

Nºs 756 e 757, de 2001, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre as Emendas nºs 17 a 38, de Plenário, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências.	17218
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

2.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 32, de 2001, resultante de parecer lido anteriormente.....	17234
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

2.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 477, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona. À Mesa para decisão.....	17234
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

2.2.4 – Ofícios

Nºs 371 e 372/2001, de 13 do corrente, do Líder do PPB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 2.206 e 2.205, de 2001, respectivamente.....	17234
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

Nº 35/2001, de 14 do corrente, do Líder do Bloco PDT/PPS na Câmara dos Deputados, de	
--------------------------------------------------------------------------------------	--

substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.157-4, de 2001..... 17234

Nºs 1.077 e 1.078, de 14 do corrente, do Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 2.205 e 2.206, de 2001, respectivamente. 17235

Nº 520/2001, de 16 do corrente, do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.201-1, de 2001..... 17235

2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MAURO MIRANDA – Necessidade de definição de políticas habitacionais, enfatizando a importância do Estatuto da Cidade.... 17236

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Prejuízos pela controvérsia jurídica na interpretação da Emenda Constitucional nº 29, que estipula recursos mínimos a serem aplicados, pela União, em ações e serviços de saúde no período 2001 a 2004..... 17238

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Contrariedade com os termos do último acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional. 17242

SENADOR ADEMIR ANDRADE, como Líder – Preocupação com a falta de investimentos no setor de saneamento básico no Brasil. 17246

SENADOR ROMEU TUMA, como Líder – Repúdio às declarações do Deputado Jair Bolsonaro envolvendo a atuação de S. Exª como relator da medida provisória que trata dos vencimentos dos militares..... 17248

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Saudações ao Presidente da República pela autorização da duplicação da rodovia BR-101..... 17250

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Necessidade de alterações na medida provisória que trata dos planos de seguro de saúde, com o objetivo de proteger os interesses do consumidor. 17251

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Indignação com as agressões sofridas pelos Deputados Estaduais do Paraná, contrários à privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – Copel. Repúdio ao editorial do **Jornal do Brasil**, publicado hoje, intitulado “Tempo perdido”, que interpreta declarações feitas por S. Exª sobre o acordo do Brasil com o FMI. Estranheza pela remessa de aviso de restituição a uma contribuinte que nunca declarou imposto de renda. Denúncia de fraude na importação de automóveis. 17252

SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Posicionamento da Mesa do Senado acerca do pronunciamento do Senador Roberto Requião. 17268

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Justificativas ao Requerimento nº 447, de 2001, que solicita informações ao Ministro das Minas e Energia sobre os custos de energia e tarifas praticadas pela Bovesa, no Estado de Roraima..... 17268

2.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que denomina Governador Ivan Bichara o viaduto Oitizeiro, localizado na BR-230, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba. À Comissão de Educação, em decisão terminativa..... 17269

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera dispositivos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre a discriminação, no fornecimento de produtos e serviços, baseada na raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 17270

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2001, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera o parágrafo único do art. 15 e o § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. 17272

2.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 448, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão. 17275

Nº 449, de 2001, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. À Mesa para decisão. 17276

2.2.8 – Designação dos membros do Senado Federal na Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

2.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 450, de 2001, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Frei Artur Agostini, ocorrido ontem, no Estado de Roraima. Aprovado, após usar da palavra o autor. 17276

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**, tendo usado da palavra os Srs. Álvaro Dias, Carlos Patrocínio, Roberto Saturnino, José Fogaça, Roberto Requião e Romero Jucá. 17278

Item 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2001 (nº 654/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais. **Discussão encerrada**, ficando a sua votação adiada por falta de **quorum**. .. 17286

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2001 (nº 655/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico “Amiga” de Registro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Registro, Estado de São Paulo. **Discussão encerrada**, ficando a sua votação adiada por falta de **quorum**. .. 17286

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2001 (nº 529/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Universidade de São Paulo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. **Discussão encerrada**, ficando a sua votação adiada por falta de **quorum**. 17286

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2001 (nº 542/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais. **Discussão encerrada**, ficando a sua votação adiada por falta de **quorum**. 17286

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2001 (nº 579/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernam-

buco. **Discussão encerrada**, ficando a sua votação adiada por falta de **quorum**. 17286

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2001 (nº 786/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro – Piauí a executar serviço de Radiodifusão comunitária na cidade de Barro Duro, Estado do Piauí. **Discussão encerrada**, ficando a sua votação adiada por falta de **quorum**. 17286

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2001 (nº 1.039/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá. **Discussão encerrada**, ficando a sua votação adiada por falta de **quorum**. 17287

Item 9

Requerimento nº 327, de 2001, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2001, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. **Votação adiada** por falta de **quorum**. 17287

2.3.1 – Leitura de requerimento

Nº 451, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, solicitando que seja designada uma comissão de 4 senadores, destinada a colaborar para que sejam garantidas as prerrogativas constitucionais dos Deputados Estaduais e o funcionamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que teve suas dependências ocupadas hoje pela PM, em virtude de manifestação popular a favor de projeto que impede a privatização da Copel, a Companhia Energética daquele Estado. **Votação adiada**, por falta de **quorum**. 17287

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, constante do Item 1 da pauta de hoje. 17287

SENADO GERALDO CÂNDIDO – Solicitação à Mesa de providências quanto a informações prestadas pelo Ministro de Minas e Energia, Senador José Jorge, que foram enviadas escritas em inglês. 17288

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Resposta ao Senador Geraldo Cândido. 17288

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA, como Líder – Aplauso à iniciativa do Executivo de

substituir, por projeto de lei, a Medida Provisória nº 2.177-43, que altera a regulamentação dos planos e seguros de saúde. Anúncio da realização do Simpósio de Saúde Suplementar, nos próximos dias 28 e 29 do corrente, no Auditório Petrônio Portella. 17288

SENADOR *GILVAM BORGES* – Defesa da redução da taxa de juros para permitir o acesso da população ao crédito bancário e promover a retomada do desenvolvimento. 17289

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Premência da realização de concurso público para provimento de cargos na Polícia Rodoviária Federal, tendo em vista a precariedade da fiscalização nas estradas federais, em especial, no Estado de Santa Catarina. Necessidade de viabilização do Código Nacional de Trânsito. 17291

SENADOR *OSMAR DIAS* – Relato da crise por que passa a Assembléia Legislativa do Paraná, invadida pela polícia militar a mando do governador Jaime Lerner. 17294

2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *CARLOS WILSON* – Análise dos dados do IBGE sobre o trabalho infantil no Brasil. 17300

SENADOR *TEOTONIO VILELA FILHO* – Considerações sobre as dificuldades enfrentadas pelos produtores de leite do Estado de Alagoas. .. 17301

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Análise dos sete anos do Plano Real. 17302

SENADOR *CARLOS PATROCÍNIO* – Apelo ao Governo Federal pela priorização de investimentos no setor de saneamento básico. 17304

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 223, de 2001. 17306

4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 96, de 2001. 17306

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.528, de 2001, referente ao servidor Sérgio Murilo Gomes Dada. 17307

Nº 1.529, de 2001, referente ao servidor José Ferreira dos Santos. 17307

Nº 1.530, de 2001, referente ao servidor Antonio Pereira Neto. 17308

Nº 1.531, de 2001, referente ao servidor Altamiro Oliveira da Cruz. 17308

Nºs 1.532 a 1.540, de 2001. 17309

Nº 1.541, de 2001, referente ao servidor Nelson Srucof Azevedo Coelho. 17313

6 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 277, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Cruzeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umirim, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 276, de 14 de junho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária do Cruzeiro a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Umirim, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Autazes, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 85, de 30 de julho de 1999, que autoriza a Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Autazes, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de agosto de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

SENADO FEDERAL

Ata da 94ª Sessão Deliberativa Ordinária em 16 de agosto de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares,
Mauro Miranda, Moreira Mendes, Romeu Tuma e Ricardo Santos*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Amir Lando – Antonio Carlos Júnior – Antonio Carlos
Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo
Cabral – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo
Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Cam-
pos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernan-
do Bezerra – Fernando Matusalém – Francelino Pe-
reira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cân-
dido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Bor-
ges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezen-
de – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto
Souza – José Agripino – José Alencar – José Coelho
– José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Sarney
– Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar
Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Luiz
Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Car-
mo Alves – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira
Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney
Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias –
Paulo Hartung – Pedro Piva – Pedro Simon – Pedro
Ubirajara – Ricardo Santos – Roberto Freire – Rober-
to Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Ro-
meu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha
– Sérgio Machado – Teotonio Vilela Filho – Tião Viana
– Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Ro-
berto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valada-
res) – A lista de presença acusa o comparecimento
de 72. Srs. Senadores. Havendo número regimental,
declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ro-
berto Saturnino, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 754, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econô-
micos, sobre a Mensagem nº 207, de 2000
(Mensagem nº 1.443/2000, na origem), so-
licitando que sejam autorizadas as ope-
rações financeiras de que trata o acordo
de reescalonamento, com remissão par-
cial, da dívida da República da Zâmbia para
com a República Federativa do Brasil, no
valor equivalente a US\$14.127.098,58 (qua-
torze milhões, cento e vinte e sete mil,
noventa e oito dólares norte-americanos
e cinquenta e oito centavos) com previ-
são de redução do valor presente líquido,
com base na Ata de Entendimentos cele-
brada no âmbito do “Clube de Paris”.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Por meio da Mensagem nº 207, de 2000 (Men-
sagem nº 1.443, de 16-10-00), o Presidente da Repú-
blica solicita a autorização desta Casa para realizar
as operações financeiras de que trata o acordo de re-
escalonamento da dívida da República da Zâmbia
para com a República Federativa do Brasil, no valor
equivalente a US\$14.127.098,58 (quatorze milhões,
cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares nor-
te-americanos e cinquenta e oito centavos) com base
na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do
“Clube de Paris”.

Os débitos decorrem de Convênios de Crédito
firmados com a extinta Carteira de Comércio Exterior
do Banco do Brasil — CACEX, que utilizou recursos
do extinto Fundo de Financiamento à Exportação –
FINEX, cujos créditos passaram a integrar o Progra-

ma de Financiamento às Exportações – PROEX, de que trata a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001.

São as seguintes as características das referidas operações:

Valor reescalonado: US\$14.127.098,58 (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos)

Dívida afetada: 100% das parcelas de principal e juros (incluindo juros sobre atrasados) vencidas até 31-3-1999, inclusive, e não pagas; e 100% das parcelas de principal e juros (excluindo juros sobre atrasados) vencidas entre 1º-4-1999 e 31-3-2002, inclusive, e não pagas. Valores previamente reescalonados foram incluídos.

Termos de pagamento: 1ª Tranche – US\$1.771.236,44 (um milhão, setecentos e setenta e um mil, duzentos e trinta e seis dólares norte-americanos e quarenta e quatro centavos) em 66 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1º-4-2001, correspondente a 0,16% e a última em 1º-10-2033, correspondente a 5,06%;

2ª Tranche – US\$4.412.242,19 (quatro milhões, quatrocentos e doze mil, duzentos e quarenta e dois dólares norte-americanos e dezenove centavos) em 66 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1º-4-2001, correspondente a 0,16% e a última em 1º-10-2033, correspondente a 5,06%;

3ª Tranche – US\$4.002.766,22 (quatro milhões, dois mil, setecentos e sessenta e seis dólares norte-americanos e vinte e dois centavos) em 66 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1º-4-2001, correspondente a 0,16% e a última em 1º-10-2033, correspondente a 5,06%;

4ª Tranche – US\$3.940.853,73 (três milhões, novecentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta e três dólares norte-americanos e setenta e três centavos) em 64 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1º-4-2002, correspondente a 0,52% e a última em 1º-10-2033, correspondente a 5,06%;

Juros: pagos em 1º de abril e 1º de outubro de cada ano. A primeira parcela de juros referente à 1ª Tranche, com vencimento para 1º de outubro de 1999 foi amortizada mediante apropriação de pagamento antecipado que o País efetuou em dezembro de 1999.

Juros sobre atrasados excluídos: não há juros sobre atrasados excluídos referentes à 1ª Tranche; os juros sobre atrasados excluídos referentes à 2ª tranche serão pagos em 1º-4-2000; os juros sobre atrasados excluídos da 3ª Tranche serão pagos em 1º-4-2001; e os juros sobre atrasados excluídos da 4ª Tranche serão pagos em 1º-4-2002.

Taxa de juros: Libor semestral acrescida de **spread** de 1% a.a. arredondada para o mais próximo múltiplo de 1/16 de um ponto percentual e reduzida de 67% em termos de valor presente líquido, de acordo com a Tabela B3 — Debt Service Reduction Option do Clube de Paris.

Juros de mora: capitalizados semestralmente, à taxa de 1% a.a. acima da taxa de juros reduzida.

Constam da Mensagem Presidencial a Exposição de Motivos nº 676/MF, de 10-10-2000; o Parecer PGFN/COF nº 1.926/2000, de 18-9-2000; a Minuta do Contrato de Reestruturação de Dívida; e o Memorando nº 132/COCEX-SAIN-MF, de 18-00-2001, da Secretaria de Assuntos Internacionais com explicações sobre a origem dos débitos da República de Zâmbia para com o Brasil.

II – Análise

Em conformidade com o art. 52, inciso V, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Consoante esse mandamento constitucional, o Senado Federal regulamentou os limites e condições dessas operações, no âmbito da União, mediante edição da Resolução nº 96/89, para as operações passivas, e Resolução nº 50/93, para as operações ativas, isto é, para as operações de financiamento externo com recursos orçamentários da União.

Sob o ponto de vista legal, a redução de dívida a ser concedida pelo governo brasileiro tem fundamento na Lei nº 9.665, de 19-8-98, que autoriza o Poder Executivo a conceder remissão parcial de seus créditos, sendo que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional manifestou-se, conforme parecer antes referido, favoravelmente à operação.

Ao exame do processado, concluímos que a operação sob análise atende plenamente ao dispositivo constitucional e à Resolução nº 50/93 do Senado Federal, uma vez que a Exposição de Motivos nº 676/MF apresenta todas as informações estabelecidas no art. 9º desta resolução, dentre as quais, salientamos, com especial atenção, as informações quanto à análise dos custos e benefícios econômicos e sociais da operação e quais os interesses do Brasil na renegociação da dívida (inciso II); análise financeira da operação (inciso III); informações sobre as finanças do tomador e do garantidor (inciso VI), destacando: o montante da dívida interna e externa, quando se tratar de uma nação estrangeira; análise do ris-

co implícito à operação, da capacidade de pagamento e das garantias oferecidas; nível de endividamento para com a República Federativa do Brasil e suas entidades controladas; e performance de pagamentos, relativamente às suas obrigações para com o Brasil e para com os demais credores internacionais.

A dívida sob exame, conforme memorando nº 132/COCEX-SAIN-MF da Secretaria de Assuntos Internacionais, originou-se em operações de financiamento à exportação, no âmbito do extinto FINEX – Fundo de Financiamento à Exportação, atual Proex, mas não há informações sobre os convênios de créditos originais. As informações mais antigas, disponíveis no Banco do Brasil, referem-se a um contrato de Reestruturação de Dívida que tratou o principal e juros dos contratos celebrados antes de 1-1-1983 e outro contrato referente aos juros de mora relativos aos contratos celebrados antes de 1-1-1983.

Convém destacar que por três ocasiões o Senado Federal já autorizou a União a celebrar contratos de reestruturação de seus créditos junto à República de Zâmbia, por intermédio das Resoluções nº 76, de 1996, nº 89, de 1993, e nº 5, de 2000.

III – Voto

Em 1999 o PIB da República de Zâmbia atingiu cifras da ordem de US\$3,2 bilhões, enquanto sua dívida externa ficou em US\$5,2 bilhões, representando, aproximadamente, 7,52 vezes o total de suas exportações, que neste ano totalizaram apenas US\$0,691 bilhões. Convém frisar que 80% das exportações da República de Zâmbia dependem da exploração de cobre e do cobalto, cujos preços internacionais sofreram uma forte retração a partir de 1996, e mantêm-se baixos até o presente. Tal fato tem provocado impactos negativos na economia do país.

Nos últimos meses, a República de Zâmbia vem conseguindo estabilizar sua economia, com a implementação de profundos programas de reestruturação, tais como a privatização de empresas estatais, a liberação do comércio, e a reestruturação do setor financeiro.

A Zâmbia vem cumprindo regularmente suas obrigações para com o Brasil desde 1992. Somente em épocas imediatamente anteriores a novas rodadas de renegociações, verificam-se alguns atrasos. De qualquer forma, existe o risco, para o Brasil, da declaração de moratória unilateral por parte do devedor, por tratar-se de uma nação soberana.

A República de Zâmbia é um dos países mais pobres da África subsaariana, com renda **per capita**

de US\$330 (1999) para uma população de 9,9 milhões de habitantes, segundo informações do Banco Mundial. Durante os anos 90 a expectativa de vida do seu povo caiu vertiginosamente, passando de 49,1 anos, em 1990, para 38,5 em 1999.

Diante de todas essas considerações sobre a pobreza do país africano em tela, parece-nos claro que o Brasil deva implementar a reestruturação da dívida da República de Zâmbia, com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do “Clube de Paris”, agindo em sintonia com a comunidade financeira internacional.

Em face do exposto, concluímos nosso parecer pela aprovação da matéria, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32, DE 2001

Autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República de Zâmbia, no valor equivalente a US\$14.127.098,58 (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos) com previsão de redução do valor presente líquido, com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do “Clube de Paris”.

O Senado Federal resolve,

Art. 1º É a União, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, e da Resolução nº 50, de 1993, do Senado Federal, autorizada a celebrar contrato de reescalonamento de seus créditos junto à República de Zâmbia, no valor equivalente a US\$14.127.098,58 (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos), com previsão de redução do valor presente líquido, com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do “Clube de Paris”.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º deverá apresentar as seguintes características:

I – *Valor reescalonado*: US\$14.127.098,58 (quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos).

II – *Dívida afetada*: 100% das parcelas de principal e juros (incluindo juros sobre atrasados) vencidas até 31-3-1999, inclusive, e não pagas; e 100% das parcelas de principal e juros (excluindo juros sobre atrasados) vencidas entre 1-4-1999 e 31-3-2002, inclusive, e não pagas. Valores previamente reescalados foram incluídos.

III – *Termos de pagamento:*

1ª Tranche – US\$1.771.236,44 (um milhão, setecentos e setenta e um mil, duzentos e trinta e seis dólares norte-americanos e quarenta e quatro centavos) em 66 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1-4-2001, correspondente a 0,16% e a última em 1-10-2033, correspondente a 5,06%;

2ª Tranche – US\$4.412.242,19 (quatro milhões, quatrocentos e doze mil, duzentos e quarenta e dois dólares norte-americanos e dezenove centavos) em 66 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1-4-2001, correspondente a 0,16% e a última em 1-10-2033, correspondente a 5,06%;

3ª Tranche – US\$4.002.766,22 (quatro milhões, dois mil, setecentos e sessenta e seis dólares norte-americanos e vinte e dois centavos) em 66 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1-4-2001, correspondente a 0,16% e a última em 1-10-2033, correspondente a 5,06%;

4ª Tranche – US\$3.940.853,73 (três milhões, novecentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta e três dólares norte-americanos e setenta e três centavos) em 64 parcelas semestrais, sendo a primeira em 1-4-2002, correspondente a 0,52% e a última em 1-10-2033, correspondente a 5,06%;

IV – *Juros:* pagos em 1º de abril e 1º de outubro de cada ano. A primeira parcela de juros referente 1ª Tranche, com vencimento para 1º de outubro de 1999 foi amortizada mediante apropriação de pagamento antecipado que o País efetuou em dezembro de 1999.

V – *Juros sobre atrasados excluídos:* não há juros sobre atrasados excluídos referentes à 1ª Tranche; os juros sobre atrasados excluídos referentes à 2ª tranche serão pagos em 1-4-2000; os juros sobre atrasados excluídos da 3ª Tranche serão pagos em 1-4-2001; e os juros sobre atrasados excluídos da 4ª Tranche serão pagos em 1-4-2002.

VI – *Taxa de juros:* libor semestral acrescida de **spread** de 1% a.a. arredondada para o mais próximo múltiplo de 1/16 de um ponto percentual e reduzida de 67% em termos de valor presente líquido, de acordo com a Tabela B3 – **Debt Service Reduction Option** do Clube de Paris.

VII – *Juros de mora:* capitalizados semestralmente, à taxa de 1% a.a. acima da taxa de juros reduzida.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Eduardo Suplicy**, Relator – **Gilvan Borges** – **Geraldo Althoff** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Casildo Maldaner** – **Waldeck Ornelas** – **Ney Suassuna** – **Jonas Pinheiro** – **Paulo Souto** – **Hugo Napoleão** – **José Agripino** – **Roberto Saturnino** – **José Fogaça**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

.....
VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

LEI Nº 9.865, DE 19 DE JUNHO DE 1998

Autoriza o Poder Executivo a conceder remissão parcial de créditos externos, em consonância com parâmetros estabelecidos nas Atas de Entendimentos originárias do chamado “Clube de Paris” ou em Memorandos de Entendimentos decorrentes de negociações bilaterais, negociar títulos referentes a créditos externos a valor de mercado e receber títulos da dívida do Brasil e de outros países em pagamento e dá outras providências.

LEI Nº 10.184, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001

Dispõe sobre a concessão de financiamento vinculado à exportação de bens ou serviços nacionais, e dá outras providências.

PARECER Nº 755, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, 1º signatário Senador Ademir Andrade, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, de autoria do ilustre Senador Ademir Andrade, tem por objetivo alterar a redação do art. 243, **caput**, e do respectivo parágrafo único, para incluir nova hipótese capaz de desencadear a expropriação sumária da terra e o confisco do bem.

Trata-se de inclusão da hipótese de “exploração de trabalho escravo”.

A presente Proposta contou com o apoio de 36 (trinta e seis) senadores.

É o relatório.

II – Voto

As razões expostas na justificação, que acompanha a proposição legislativa em apreço, merecem ser consideradas e adotadas.

A existência de trabalhadores subjugados, deteriorados física e moralmente, que colocam toda força de trabalho em troca de migalhas, sem qualquer dos direitos sociais que se encontram consagrados na Constituição Federal de 1988 e nos diversos tratados internacionais de que o Brasil é signatário, é situação que envergonha a nossa Pátria, neste século de tantas conquistas tecnológicas e científicas.

As falsas promessas, os abusos, o preço extorsivo da alimentação que é comprada no armazém da própria fazenda, as condições insalubres dos alojamentos e a chamada “taxa pelo alojamento” descontada do salário, acabam por armar uma arapuca para o trabalhador, que cada vez fica devendo mais ao patrão.

E, assim, por ser devedor, e impedido de deixar o local antes de pagar as suas dívidas, por um grupo de pistoleiros, com ordem de perseguir, punir e matar, se for necessário, aquele que tentar fugir da escabrosidade cilada.

A situação dos trabalhadores do campo no Brasil é uma das piores do mundo, com desrespeito flagrante às normas trabalhistas, com a ocorrência frequente de trabalho escravo, com a “grilagem” de terras e outras situações capazes de gerar a instabilidade

de e violência no campo. O Estado é omissa, ausente, senão algumas vezes conivente.

A Constituição Federal, ao excepcionar o confisco apenas para o cultivo de plantas psicotrópicas, consagrada a exceção no art. 243, submeteu todos os demais imóveis rurais que não estejam cumprindo as suas funções sociais às regras do art. 184.

O confisco, na hipótese de constatação do trabalho escravo, constituirá instrumento capaz de coibir a ação violenta e cruel de proprietários de terras que transferem as suas responsabilidades criminais aos chamados “gatos”, que são os intermediários destas ações nefastas.

O instituto de desapropriação por interesse social para a reforma agrária deve ser utilizado apenas como instrumento promotor de Reforma Agrária, nos casos em que a propriedade não esteja cumprindo a sua função social. Ocorrendo crimes perversos, a pena deve ser compatível e o produto do crime confiscado, revertendo a terra para a Reforma Agrária.

É de se reconhecer que a punição pelo exercício do aliciamento e submissão do trabalhador ao trabalho escravo está a carecer de medida severa, capaz de inibir a ação dos infratores.

A presente proposta de emenda à constituição é jurídica, tem caráter constitucional, lavrada em boa técnica legislativa, e, no mérito, visa proteger e amparar os trabalhadores do campo, possibilitando que a própria Constituição Federal não seja violada.

Assim, voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, por suas razões de fato e de direito.

Sala da Comissão, 15 de agosto de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Osmar Dias** – **Pedro Ubirajara** – **Maria do Carmo Alves** – **Antônio Carlos Júnior** – **Roberto Freire** – **José Agripino** – **Pedro Piva** – **Romero Jucá** – **Leomar Quintanilha** – **Ademir Andrade** (Autor – o voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de **quorum** – art. 132, § 8º, do RISF) – **Bello Parga** – **José Eduardo Dutra** – **Sebastião Rocha** – **Jefferson Péres** – **José Alencar**.

PARECERES NºS 756 E 757, DE 2001

Sobre as Emendas nºs 17 a 38, de Plenário, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências.

PARECER Nº 756, DE 2001
(Da Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

1. O Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, ementado à epígrafe, de autoria do eminente Senador Jorge Bornhausen, foi examinado nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde, em que 29 de fevereiro de 2000, obteve o Parecer nº 564, de 2000, que concluiu pela aprovação com as Emendas nºs 1 a 7-CCJ (**in Diário do Senado Federal**, de 3-6-00, págs. 11.468 a 11.472).

2. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em 30 de maio de 2000, foi objeto de apreciação pelo Parecer nº 565, de 2000, que concluiu pela aprovação com as Emendas 8 a 14-CAE (**in Diário do Senado Federal**, de 3-6-00, págs. 11.474 a 11.479).

3. Ambos os Pareceres, que haviam sido relatados na CCJ e na CAE pelo preclaro Senador Edison Lobão, foram lidos em Plenário na sessão de 2 de junho de 2000.

4. De conformidade com o disposto nos arts. 235, II, **d**, e 277, **caput**, do Regimento Interno, ao Projeto em tela foram oferecidas 22 Emendas de Plenário, tendo a Presidência, em 13 de junho de 2000, encaminhado o processo às CCJ e CAE, para seu exame. Essas Emendas foram assim apresentadas:

– pelos Senhores Senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy (ou vice-versa): nove (de nºs 17, 19, 21, 22, 25, 28, 31, 36 e 38-PLEN);

– pelo Senhor Senador Pedro Simon: treze (nºs 18, 20, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35 e 37-PLEN).

5. Na CCJ, em 15 de junho de 2000, o processo foi encaminhado ao Senador Edison Lobão, para relatar as Emendas nºs 18 (**sic**) a 38-PLEN, presumindo-se ter havido lapso na omissão da Emenda nº 17-PLEN.

6. Nesse ínterim, foi designado o presente Relator para as Emendas de Plenário, em face do impedimento do eminente Senador Edison Lobão, que passou a integrar a Comissão Diretora, não mais prevalecendo o disposto no § 1º do art. 126, mas o § 1º do art. 77, ambos do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II – Análise das Emendas

7. As Emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar classificam-se da seguinte forma:

– supressivas, oito: nºs 18, 24, 26, 27, 29, 33, 35 e 37-PLEN;

– modificativas, catorze: nºs 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 30, 31, 32, 34, 36 e 38-PLEN.

8. Com referência ao dispositivo emendado, assim se distribuem:

Dispositivo	Emenda nº	Classificação	Senador(es) Autor(es)
Art. 1º, §§ 1º e 2º	17-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUP LICY
Art. 2º e parágrafo único	18-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 5º	19-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUP LICY
Art. 5º	20-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON

Art. 8º	21-PLEN	Modificativa	EDUARDO SUP LICY e JOSÉ EDUARDO DUTRA
Art. 10	22-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUP LICY
Art. 12	23-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 14 e parágrafo único	24-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 14, <i>caput</i>	25-PLEN	Modificativa	EDUARDO SUP LICY e JOSÉ EDUARDO DUTRA
Art. 15	26-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 16	27-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 16, <i>caput</i> e § 1º	28-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUP LICY
Art. 17 e parágrafo único	29-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 24	30-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 26	31-PLEN	Modificativa	EDUARDO SUP LICY e JOSÉ EDUARDO DUTRA
Art. 26	32-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 28 e parágrafo único	33-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 31, III	34-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 43 e §§ 1º e 2º	35-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 43 e §§ 1º e 2º	36-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUP LICY
Art. 50 e incisos	37-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 50	38-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUP LICY

9. As Emendas, na sua quase totalidade, refletem a posição da Secretaria da Receita Federal, consoante Nota Técnica¹ enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, à qual respondeu, oportunamente, — em nota incorporada ao processo e transcrita no Parecer nº 565-CAE, de 2000, — o grupo de trabalho incumbido de redigir o anteprojeto², sob coordenação do Prof. Torquato Jardim, que veio a representar os contribuintes na audiência pública da 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em cinco de abril de 2000 (cf. fls. 56 a 84 do processo).

10. Novo exame acurado das sugestões, de sorte a construir o consenso necessário entre os aplicadores do Direito, ensaja o continuado aperfeiçoamento do Projeto e recomenda o acolhimento daquelas Emendas que se revelam compatíveis com a motivação da iniciativa, como expostas na justificação, rejeitadas as demais. Daí a análise a que se procede em seguida.

11. A Emenda nº 17-PLN propõe a alteração dos §§ 1º e 2º do art. 1º do Projeto, sob a justificação de que o termo “Contribuinte” é utilizado no artigo em questão (...) em descompasso com o que determina o art. 121, I, do Código Tributário Nacional. A Emenda inspirar-se-ia na boa técnica do direito tributário e visaria incorporar Sugestão da Receita Federal, maior conhecedora do tema, a qual, na Nota Técnica enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, afirma que o termo “contribuinte” é utilizado em sua acepção leiga, no Projeto, diferente, portanto, da juridicamente admitida no direito positivo.

12. No âmbito da CAE, esse argumento foi previamente contestado mediante a incorporação, ao Parecer nº 565, de 2000, da resposta dada à Nota Técnica da Receita Federal pelo referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto. Estes, os seus termos (cf. fls. 89 e 90):

¹ A Nota Técnica com o posicionamento da Secretaria da Receita Federal acerca do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 — Complementar, foi encaminhada ao Presidente da CAE pelo Ofício SRF/GAB nº 7-99, de 9-5-00, firmado pelo titular do Órgão (cf. fls. 75 a 84 do processo), em atendimento à solicitação contida no Of./CAE/70/00, de 26-4-00, de um relatório circunstanciado, contendo opiniões ... (cf. fls. 66 e 67 do processo).

² O grupo de trabalho que, a pedido do Senador Jorge Bornhausen, redigiu o anteprojeto de lei, foi integrado pelos justributaristas José Souto Maior Borges, Paulo de Barros Carvalho, Eduardo Bottallo, Roque Carrazza e Ricardo Lobo Torres, sob a coordenação do Professor Torquato Jardim, signatário dos comentários à Nota Técnica da Secretaria da Receita Federal (ver fls. 68 a 74 e 75 a 84, do processo).

5. (...) A observação peca não só pela indelicadeza profissional, como também por não perceber o conjunto das idéias-motor do projeto. Na verdade, os redatores tiveram em mira apenas expender conceito jurídico afastado das acepções econômicas, sociais e, especialmente, populares.

13. Em face de tais razões, ora também adotadas, somos pela rejeição da Emenda sob análise.

14. A Emenda nº 18-PLN propõe a supressão do art. 2º e seu parágrafo único, sob alegação de que a própria fundamentação da justificativa do Projeto indica seu propósito: ensinar as disputas, judiciais ou administrativas, em torno do que se entende por “tributo justo” ou “justa tributação,” conceito que (...), eminentemente subjetivo, se presta à controvérsias infundáveis.

15. Também a Nota Técnica da Receita Federal havia se manifestado contrária a esse art. 2º, porquanto, a seu ver, subordina a instituição e a majoração de tributos à condições de extrema subjetividade (...), aspecto a se evitar na formulação de normas jurídicas, especialmente quando tratam de matéria tributária (cf. fl. 77).

16. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, alinhadas pelo referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 90):

6. Art. 2º Qualificam-se os princípios da justiça tributária como de “extrema subjetividade.”

Também o Constituinte de 1988, ao consagrar o estado de direito democrático, com sede nas liberdades civis que dão forma e conteúdo ao Estado, escolheu cláusulas de “extrema subjetividade”. (...)

As cláusulas abertas são a essência dos regimes de liberdade. (...)

A cláusula aberta, ou “subjetiva,” ensaja um dos primados centrais da estabilidade e atualidade da ordem jurídica, qual seja, que a experiência confira à norma, no longo curso da história, a substância de sua época. ..

17. Em face de tais razões, ora também adotadas, somos pela rejeição da Emenda sob análise.

18. As Emendas nºs. 19 e 20-PLN propõem alterar o art. 5º, cujo texto ficaria restrito à primeira parte: Somente a lei, observado o princípio da anterioridade (...), pode estabelecer a antecipação do prazo para recolhimento do tributo.

19. Os Autores da Emenda nº 19-PLEN alegam que, como assinala a Nota Técnica da Receita Federal, no que respeita às alterações que onerem, de qualquer forma, o contribuinte e às modificações de meios e modos operacionais de apuração de débitos fiscais, a proposta implica grave restrição ao adequado exercício da administração tributária; e que onerar de qualquer forma é demasiado abrangente. Além disso, que tal proposta aumentaria desnecessariamente os trabalhos do Congresso Nacional e burocratizaria ainda mais o serviço público com exigências despiciendas.

20. O Autor da Emenda nº 20-PLEN alega que estender o princípio da reserva legal à situações genéricas e indefinidas, como é a alteração de condições que, de qualquer forma, onerem o contribuinte, afigura-se despropósito, já que na cláusula legal cabe tudo e qualquer coisa. Também incidiria na crítica o restante da norma, ao estabelecer a exigência de lei para questões de natureza puramente operacional, o que impediria a agilidade e celeridade da atuação da administração tributária.

21. Ora, no citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 90):

7. Art. 5º Alega-se que “a exigência de lei para tratar de temas de caráter exclusivamente operacional retirará a necessária celeridade nas ações da autoridade fiscal”.

Ora, o quanto põe a norma é o princípio constitucional da legalidade – art. 5º, II, c/c art. 37, **caput**, construído sem medo.

Admitir-se-á que o Estado elimine direitos – ou os construa restritivamente em razão da carga de trabalho dos servidores do próprio Estado? É do Estado o ônus de bem se aparelhar dos meios necessários para acolher eficaz e expansivamente as garantias constitucionais da cidadania.

22. Em face de tais razões, aqui também adotadas, somos pela rejeição das Emendas nºs 19 e 20-PLEN.

23. A Emenda nº 22-PLEN propõe aperfeiçoamento formal à redação do art. 10 do Projeto e acrescenta-lhe dois parágrafos explicitando quando a Administração Fazendária fornecerá certidão positiva, com efeitos negativos, ou então, certidão negativa. Alega-se que, consoante manifestação da Receita Federal em Nota Técnica, a prevalecer a redação original, o Fisco não terá mecanismos para minimizar a

inadimplência fiscal, o que fará crescer ainda mais a elisão tributária.

24. Essa Emenda, sem ferir o direito de petição aos poderes públicos, assegurado no art. 5º inciso XXXIV, da Constituição, acresce ao art. 10 do Projeto duas explicitações que não o condicionam ou restringem, mas que melhor esclarecem as circunstâncias legais.

25. Por tal motivo, somos pelo acolhimento dessa Emenda, mantida a redação por ela proposta para o **caput** do art. 10 do Projeto – a qual se coaduna com a Emenda nº 5-CCJ, ao suprimir a remissão ao dispositivo constitucional –, e modificados os dois parágrafos propostos, mediante subemenda de redação, ao final oferecida pelo Relator.

26. A Emenda nº 26-PLEN propõe a supressão do art. 15 do Projeto, sob a dupla alegação de que há contradição com a motivação básica invocada na justificação, quanto à relação de igualdade jurídica do contribuinte com o Fisco, e de que a questão já estaria resolvida pelo art. 27 da Lei nº 9.868, de 11 de novembro de 1999.

27. Também a Nota Técnica da Receita Federal havia se manifestado contrária a esse art. 15, porquanto, a seu ver, a norma é um estímulo às demandas judiciais, aproveitando normalmente, àqueles de maior poder econômico, razão por que a solução adequada para a situação é a constante do art. 100 do CTN (cf. fl. 79).

28. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 91):

10. Art. 15. Discorda a Nota sobre o efeito da declaração de inconstitucionalidade.

O tema está claramente exposto na justificativa do projeto, para a qual se pede a leitura. Tenha-se presente que, após a redação do projeto, adveio a Lei nº 9.868/99 (**sic**), em cujo art. 27 adota-se o mesmo princípio de justiça constitucional.

Anote-se apenas que, neste passo, cuida-se de conferir estabilidade ao negócio jurídico acabado – nos termos da Constituição –, ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido dele decorrente.

29. Por tais razões, ora ratificadas, somos pela rejeição dessa emenda sob análise.

30. A Emenda nº 27-PLEN propõe a supressão integral do art. 16 do projeto, sob a alegação de que,

ao restringir a desconsideração da personalidade jurídica à decisão judicial, o dispositivo representa uma limitação totalmente injustificada – e injusta – à ação da autoridade tributária, além de tornar o procedimento extremamente moroso.

31. Crítica semelhante havia sido formulada pela Secretaria da Receita Federal na mencionada Nota Técnica encaminhada à CAE. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 92):

11. Art. 16. Afirma a Nota que o artigo “configura limitação injustificada da ação da autoridade fiscal” ao conferir competência exclusiva ao Judiciário para desconsideração da personalidade jurídica.

A afirmação desconhece completamente o regime legal da matéria. Primeiro, porque o art. 16 do projeto está quase idêntico ao art. 28 do Código de Defesa do Consumidor.

Segundo, porque já no Código Civil a demanda pela nulidade de atos simulados sempre foi de natureza judicial (arts. 102 e 105).

Terceiro, porque o Código Tributário Nacional, de um lado, permite seja o lançamento efetuado e revisto de ofício nas hipóteses de fraude, dolo ou simulação, e de outro, não admite flua a decadência nessas mesmas hipóteses (art. 149, VII, e art. 150, § 4º).

32. Por tais razões, ora ratificadas, somos pela rejeição dessa emenda sob análise.

33. A Emenda nº 28-PLEN, outrossim, é direcionada ao referido art. 16, mas apenas para aperfeiçoar-lhe a redação do **caput** e do § 1º.

34. São de reconhecer a escorregadia forma redacional oferecida aos dispositivos emendados e a bem fundamentada justificativa, que discorre sobre as raízes e a consolidação da teoria da desconsideração (**Disregard Theory**), no direito alienígena de vários países.

35. Entretanto, preferimos manter a redação original do Projeto, razão por que somos pela rejeição dessa emenda sob análise.

36. A Emenda nº 31-PLEN visa a modificar a redação do art. 26 do projeto, acrescentando-lhe, ao final, a expressão: “se estiver judicialmente suspensa a exigibilidade do crédito tributário”.

37. Seus autores, segundo a justificação, buscam afastar dúvida de inconstitucionalidade nesse dispositivo, também objeto de advertência da Secretaria da Receita Federal na Nota Técnica enviada à CAE. Daí proporem condicionar-se a fruição de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, bem assim o acesso a linhas oficiais de crédito e a participação em licitações, na pendência de processo administrativo ou judicial, à suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Assim, ficaria a norma compatibilizada com o § 3º do art. 195 da Constituição.

38. Concordando com tais razões, somos pelo acolhimento dessa emenda, na forma de subemenda de redação, ao final oferecida pelo Relator.

39. Outrossim, a Emenda nº 32-PLEN visa a modificar a redação do art. 26 do projeto, sob a justificação de que, por ser excessivamente genérica, a expressão “processo pendente” deve ter seu alcance limitado às situações em que o processo acarreta a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

40. À vista da conclusão pelo acolhimento da Emenda nº 31-PLEN na forma de subemenda, resulta o acolhimento parcial da presente.

41. A Emenda nº 33-PLEN propõe a supressão do art. 28, **caput** e parágrafo único, sob a alegação de, em síntese, não atender ao interesse público e, no caso, sequer representar vantagem efetiva para o contribuinte.

42. Crítica semelhante havia sido formulada pela Secretaria da Receita Federal na mencionada Nota Técnica encaminhada à CAE. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 92):

13. Art. (...) 28. Entende a Nota haver prejuízo para a Administração Pública com a extinção de mecanismos como (...) exigir-se a defesa prévia anterior à autuação.

Repise-se, ainda desta feita, a premissa do projeto: retirar da Constituição libertária e social de 1988 as consequências normativas positivas de índole infraconstitucional impostergáveis à eficácia da Constituição mesma.

Ora, se o catálogo dos direitos e garantias individuais, posto no art. 5º, dentre outros os incisos LVII, LV LIV e LII impõem, vale dizer, obrigam peremptoriamente, que a consciência jurídica e a norma positiva presumam sempre a não-culpabilidade do cidadão até o trânsito

em julgado de decisão de autoridade competente que observe o devido processo legal, a consequência inarredável será, imperiosamente, excluir do plano jurídico da relação sociedade civil – Estado qualquer norma ou procedimento que não contenham, inteiramente, a substância daqueles comandos legais.

43. Por tais razões, aqui ratificadas, somos pela rejeição dessa emenda sob análise.

44. Somos pelo acolhimento da Emenda nº 34-PLEN, que, no inciso III do art. 31 do projeto, visa a limitar os efeitos da omissão da Administração Fazendária, nas respostas às consultas, aos termos do art. 100 do Código Tributário Nacional. Parece-nos, entretanto, cabível Subemenda de redação, ao final oferecida pelo Relator, propondo que a expressão final ... observado o disposto no art. 100 da Lei nº 5.172/66, seja substituída pela seguinte: ... sem prejuízo do disposto no art. 100 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966).

45. Detivemo-nos especialmente no exame das Emendas nº 35 e 36-PLEN, a primeira pela supressão de todo o art. 43 do projeto, e a segunda pela modificação de seu **caput** – em sentido diametralmente oposto –, mantida a redação de ambos os parágrafos. Cuida o **caput** dessa norma, em sua primeira parte, do momento em que se legitima a propositura da ação penal contra o contribuinte pela prática de crime contra a ordem tributária, se somente após o encerramento do processo administrativo que comprove a irregularidade fiscal – como o quer o projeto –, ou se a qualquer momento no curso do processo administrativo-fiscal – conforme a Emenda nº 36-PLEN.

46. A justificativa da Emenda nº 36-PLEN funda-se em jurisprudência dos Egrégios Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Ocorre, no entanto, que os acórdãos registram veementes votos vencidos – a começar por aquele do Ministro Carlos Velloso, recente Presidente da Corte Constitucional. Divergem por igual os doutrinadores. Registre-se que um dos propósitos do projeto, explicitado em sua justificação, é justamente o de promover uma leitura aberta da carta de direitos e garantias fundamentais, lançada no art. 5º da Constituição – todas cláusulas pétreas, donde sua opção por uma linha de interpretação que privilegia a sociedade libertária nas suas relações com o Estado. Não se pretendeu, a nosso juízo, tolher a eficácia da gerência estatal, mas, na verdade, torná-la mais acessível e mais atenta àqueles valores individuais plasmados na Constituição. A opção legislativa que agora compete ao Congresso Nacional – e somente a ele – é expungir do cenário da cidadania as disputas intelectuais de sede acadêmica ou judiciária, promovendo, destarte, mais segurança jurídica à sociedade civil.

47. Isto posto, não nos convencemos da argumentação da justificativa da Emenda nº 36-PLEN ao art. 43, quando nela se assevera que, se a condenação criminal ocorrer após decisão administrativa ou civil favorável ao contribuinte, terá este a revisão criminal para se redimir. Ora, é presumir demais em favor da Administração Fazendária: condenado em juízo penal pelo não pagamento de algo que mais tarde seu credor diz inexistir, ao contribuinte restará ser “réu” (no sentido material) uma segunda vez em sede revisional criminal! **Data venia**, é um absurdo que o estado democrático de direito não pode acolher.

48. O projeto, a nosso ver, bem situou a questão e o fez homenageando a premissa pétrea do art. 5º da Constituição – a presunção de não-culpabilidade (inciso LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória). No que veda o ajuizamento da ação penal, determina que a tramitação do processo administrativo suspende a fluência do prazo prescricional penal –, donde inexistir prejuízo algum à atuação do Ministério Público.

49. Em face do exposto, somos pela rejeição das Emendas nº 35 e 36-PLEN.

50. Por fim, as Emendas nºs 37 e 38-PLEN, oferecidas ao art. 50 do projeto, propõem, respectivamente, suprimi-lo por inteiro e modificá-lo mediante supressão do inciso I.

51. Esse artigo, no inciso I, pretende revogar o art. 193 do Código Tributário Nacional; e, no inciso II, vários dispositivos da Lei de Execuções Fiscais.

52. Quanto à Emenda nº 37-PLEN, a justificação argumenta que o art. 193 do CTN deve ser mantido em nome do princípio da igualdade, porque os inadimplentes não concorrem em igualdade de condições com os demais licitantes, cumpridores de suas obrigações tributárias, uma vez que podem oferecer preços mais baratos. E que os artigos da Lei de Execuções Fiscais também devem ser mantidos em nome de outro princípio relevante, o da supremacia do interesse público sobre o privado, pois é essa posição de supremacia que justifica certas prerrogativas conferidas à Fazenda Pública em juízo, as quais o dispositivo pretende suprimir.

53. Quanto à Emenda nº 38-PLEN, a justificação argumenta que torna-se necessário modificar a redação do art. 50 do projeto, a fim de suprimir-lhe o texto ora constante no inciso I, porque inquinado de vício patente de inconstitucionalidade material, à vista do que dispõe o § 3º do art. 195 da Constituição. E que essa inconstitucionalidade foi advertida pelo Senhor Secretário da Receita Federal, em Nota Técnica encaminhada à CAE, na qual sugeriu que a norma deveria restringir-se às hipóteses em que o processo implique suspensão da exigibilidade do crédito ou parcelamento em dia.

54. Ora, no citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 94):

19. Art. 50, I – Não agrada ao Autor da Nota a revogação do art. 193 do Código Tributário Nacional.

O art. 193 veda a participação em concorrências públicas a quem não prove “quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre”.

O projeto protege o contribuinte que se vê obrigado a pagar para evitar sanções ou penas que ponham em risco seu objeto social.

Ademais disso, a Constituição Federal, nos dispositivos acima citados, impõe a observância do devido processo e a presunção de não-culpabilidade até decisão final da autoridade competente.

Por que, então, obrigar o contribuinte ir a Juízo obter liminar ou certidão de pendência judicial?

55. Recorde-se que, na justificação desse Projeto de Lei Complementar, logo em seu pórtico, afirmou-se que:

O projeto de “Código de Defesa do Contribuinte” abre a página de uma nova cidadania. Com ele o cidadão-contribuinte passa a ter uma relação de igualdade jurídica com o Fisco (...). Os deveres e os direitos são mútuos; nada se presume negativamente contra um ou outro; o quanto se decidir, a favor de um ou outro, será mediante expressa indicação dos fatos e motivada declinação do direito.

56. E, no último parágrafo, por sua vez:

28 – No Capítulo VII, em disposições finais, adaptam-se alguns dispositivos do Código Tributário Nacional e da Lei de Execuções Fiscais à filosofia deste projeto de lei (...).

57. Por tais razões, aqui ratificadas, somos pela rejeição de ambas as Emendas afinal analisadas.

58. Ao não acolhermos, por discordância de mérito, as demais Emendas apresentadas em Plenário (nºs 21, 23, 24, 25, 29 e 30-PLEN), em que pesem os respeitáveis argumentos de seus eminentes Autores, reportamo-nos, no que couber, às razões acima transcritas, postas pelo grupo de trabalho dos redato-

res do anteprojeto, e, sobretudo, à própria filosofia inovadora do projeto, exposta em sua justificação.

59. Do exame do projeto, afigura-se de bom alvitre formular emenda retirada das sugestões da Secretaria da Receita Federal, constantes da referida Nota Técnica (cf. fl. 80 do processo). Trata-se de, no inciso VIII do art. 19 do projeto, ressaltar-se a hipótese de desembaraço aduaneiro, no que se assegura ao contribuinte prestar informações por escrito às autoridades fazendárias, em prazo não inferior a cinco dias.

60. Ademais concluímos, ainda, que deva ser suprimido o § 2º do art. 27, renumerado o § 1º para parágrafo único, a fim de afastar a contradição com o art. 33, e isto porque o parágrafo suprimido, ao excluir a ampla defesa e o duplo grau de deliberação no processo de consulta, entra em testilha com o referido art. 33, no qual melhor se dá eficácia aos princípios constitucionais que informam a proposição sob análise.

61. Por fim, em homenagem à melhor técnica legislativa preconizada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (cf. art. 9º), mediante emenda:

a) deve ser suprimido o atual art. 53 do projeto, por desnecessária a cláusula de revogação geral das disposições em contrário;

b) conseqüentemente, o atual art. 50, que trata da revogação expressa de normas legais, deve ser renumerado para art. 53, situando-se como o último do projeto; e

c) o atual art. 51 deve ser renumerado para art. 50, e o atual art. 51-A, introduzido pela Emenda nº 9-CAE, deve ser renumerado para art. 51.

III – Conclusão

62. Em face do exposto, nos termos do Regimento Interno (arts. 125; 133, I, II e V, c e § 5º; e 246, II, III e § 3º), é de concluir pela aprovação das Emendas nºs 22, 31 e 34-PLEN, condicionada às Subemendas de redação adiante apresentadas; pela aprovação parcial da Emenda nº 32-PLEN; pela rejeição das Emendas nºs 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 35, 36, 37 e 38-PLEN; bem assim pelo oferecimento das Emendas nºs 39, 40 e 41-CCJ e das Subemendas adiante formuladas:

EMENDA Nº 39-CCJ

Acrescente-se, ao final do inciso VIII do art. 19 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, a seguinte expressão: “...salvo na hipótese de desembaraço aduaneiro”.

EMENDA Nº 40-CCJ

Suprima-se o § 2º do art. 27 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, e, em conseqüência, renumere-se o § 1º para parágrafo único.

EMENDA Nº 41-CCJ

Suprima-se o atual art. 53 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, e, em consequência, renumerem-se:

I – o atual art. 50 para art. 53;

II – o atual art. 51 para art. 50; e

III – o atual art. 51-A, introduzido pela Emenda nº 9-CAE, para art. 51.

SUBEMENDA 1-CCJ
À EMENDA Nº 22-PLEN

Dê-se a seguinte redação aos §§ 1º e 2º do art. 10 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, objeto da Emenda nº 22-PLEN:

Art. 10.

§ 1º Se o contribuinte estiver em débito com a Administração Fazendária, a certidão positiva será fornecida com efeitos negativos.

§ 2º Será fornecida certidão negativa quando o contribuinte estiver em dia com a Administração Fazendária, ou a exigibilidade da obrigação tributária estiver suspensa nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), e, ainda, nos casos em que a obrigação tributária estiver sendo parcelada e paga em dia.

SUBMENDA Nº 1-CCJ
À EMENDA Nº 31-PLEN

Dê-se a seguinte redação ao art. 26 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, objeto da Emenda nº 22-PLEN:

Art. 26. A pendência de processo administrativo ou judicial, em matéria tributária, não impedirá o contribuinte de fruir de benefícios e incentivos fiscais e financeiros, nem de ter acesso a linhas oficiais de crédito e de participar de licitações, desde que judicialmente suspensa a exigibilidade do crédito tributário.

SUBEMENDA Nº 1-CCJ
À EMENDA Nº 34-PLEN

No inciso III do art. 31 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, objeto da Emenda nº 34-PLEN, substitua-se a expressão final "...observado o disposto no art. 100 da Lei nº 5.172/66", pela seguinte: "...sem prejuízo do disposto no art. 100 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966)".

Sala da Comissão, 23 de maio de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Bello Parga**, Relator – **José Alencar** – **José Fogaça** – **José Agripino** – **Ademir Andrade** – **Leomar Quintanilha** – **Nilo Teixeira Campos** – **Álvaro Dias** – **Sebastião Rocha** – **Maria do Carmo Alves** – **João Alberto**.

PARECER Nº 757, DE 2001

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Bello Parga**

I – Relatório

1. O Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, ementado à epígrafe, de autoria do eminente Senador Jorge Bornhausen, foi examinado nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde, em 29 de fevereiro de 2000, obteve o Parecer nº 564, de 2000, que concluiu pela aprovação com as Emendas nºs 1 a 7-CCJ (*in Diário do Senado Federal*, de 3-6-00, págs. 11.468 a 11.472).

2. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em 30 de maio de 2000, foi objeto de apreciação pelo Parecer nº 565, de 2000, que concluiu pela aprovação com as Emendas nºs 8 a 14-CAE (*in Diário do Senado Federal*, de 3-6-00, págs. 11.474 a 11.479).

3. Ambos os Pareceres, que haviam sido relatados na CCJ e na CAE pelo preclaro Senador Edison Lobão, foram lidos em Plenário na sessão de 2 de junho de 2000.

4. De conformidade com o disposto nos arts. 235, II, d, e 277, **caput**, do Regimento Interno, ao projeto em tela foram oferecidas 22 emendas de Plenário, tendo a Presidência, em 13 de junho de 2000, encaminhado o processo às CCJ e CAE, para seu exame. Essas emendas foram assim apresentadas:

– pelos Senhores Senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy (ou vice-versa): nove (de nºs 17, 19, 21, 22, 25, 28, 31, 36 e 38-PLEN);

– pelo Senhor Senador Pedro Simon: treze (nºs 18, 20, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35 e 37-PLEN).

5. Na CCJ, em 15 de junho de 2000, o processo foi encaminhado ao Senador Edison Lobão, para relatar as Emendas nºs 18 (**sic**) a 38-PLEN, presumindo-se ter havido lapso na omissão da Emenda nº 17-PLEN.

6. Nesse ínterim, foi designado o presente Relator para as emendas de Plenário, em face do impedimento do eminente Senador Edison Lobão, que passou a integrar a Comissão Diretora, não mais prevalecendo o disposto no § 1º do art. 126, mas o § 1º do art. 77, ambos do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II – Análise das Emendas

7. As emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar classificam-se da seguinte forma:

- supressivas, oito: nºs 18, 24, 26, 27, 29, 33, 35 e 37-PLEN;
- modificativas, catorze: nºs 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 30, 31, 32, 34, 36 e 38-PLEN.

8. Com referência ao dispositivo emendado, assim se distribuem:

Dispositivo	Emenda nº	Classificação	Senador(es) Autor(es)
Art. 1º, §§ 1º e 2º	17-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUPLY
Art. 2º e parágrafo único	18-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 5º	19-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUPLY
Art. 5º	20-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 8º	21-PLEN	Modificativa	EDUARDO SUPLY e JOSÉ EDUARDO DUTRA

Art. 10	22-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUPLY
Art. 12	23-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 14 e parágrafo único	24-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 14, caput	25-PLEN	Modificativa	EDUARDO SUPLY e JOSÉ EDUARDO DUTRA
Art. 15	26-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 16	27-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 16, caput e § 1º	28-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUPLY
Art. 17 e parágrafo único	29-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 24	30-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 26	31-PLEN	Modificativa	EDUARDO SUPLY e JOSÉ EDUARDO DUTRA
Art. 26	32-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 28 e parágrafo único	33-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 31, III	34-PLEN	Modificativa	PEDRO SIMON
Art. 43 e §§ 1º e 2º	35-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 43 e §§ 1º e 2º	36-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUPLY
Art. 50 e incisos	37-PLEN	Supressiva	PEDRO SIMON
Art. 50	38-PLEN	Modificativa	JOSÉ EDUARDO DUTRA e EDUARDO SUPLY

9. As emendas, na sua quase totalidade, refletem a posição da Secretaria da Receita Federal, consoante Nota Técnica¹ enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, à qual respondeu, oportunamente, – em nota incorporada ao processo e transcrita no Parecer nº 565-CAE, de 2000, – o grupo de trabalho incumbido de redigir o anteprojeto², sob coordenação do Prof. Torquato Jardim, que veio a representar os contribuintes na audiência pública da 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 5 de abril de 2000 (cf. fls. 56 a 84 do processo).

10. Novo exame acurado das sugestões, de sorte a construir o consenso necessário entre os aplicadores do Direito, enseja o continuado aperfeiçoamento do projeto e recomenda o acolhimento daquelas emendas que se revelam compatíveis com a motivação da iniciativa, como expostas na justificação, rejeitadas as demais. Daí a análise a que se procede em seguida.

11. A Emenda nº 17-PLEN propõe a alteração dos §§ 1º e 2º do art. 1º do Projeto, sob a justificação de que o termo “Contribuinte” é utilizado no artigo em questão (...) em descompasso com o que determina o art. 121, I, do Código Tributário Nacional. A Emenda inspirar-se-ia na boa técnica do direito tributário e visaria incorporar sugestão da Receita Federal, maior conhecedora do tema, a qual, na Nota Técnica enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, afirma que o termo “contribuinte” é utilizado em sua acepção leiga, no Projeto, diferente, portanto, da juridicamente admitida no direito positivo.

12. No âmbito da CAE, esse argumento foi previamente contestado mediante a incorporação, ao Parecer nº 565, de 2000, da resposta dada à Nota Técnica da Receita Federal pelo referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto. Estes, os seus termos (cf. fls. 89 e 90):

1 A Nota Técnica com o posicionamento da Secretaria da Receita Federal acerca do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, foi encaminhada ao Presidente da CAE pelo Ofício SRF/GAB nº 07/99, de 9-5-2000, firmado pelo titular do Órgão (cf. fls. 75 a 84 do processo), em atendimento à solicitação contida no Of./CAE/70/00, de 26-4-00, de um relatório circunstanciado, contendo opiniões... (cf. fls. 66 e 67 do processo).

2 O grupo de trabalho que, a pedido do Senador Jorge Bornhausen, redigiu o anteprojeto de lei, foi integrado pelos justributaristas José Souto Maior Borges, Paulo de Barros Carvalho, Eduardo Bottallo, Roque Carrazza e Ricardo Lobo Torres, sob a coordenação do Professor Torquato Jardim, signatário dos comentários à Nota Técnica da Secretaria da Receita Federal (ver fls. 68 a 74 e 75 a 84, do processo).

5. (...) A observação peca não só pela indelicadeza profissional, como também por não perceber o conjunto das idéias-motor do projeto. Na verdade, os redatores tiveram em mira apenas expender conceito jurídico afastado das acepções econômicas, sociais e, especialmente, populares.

13. Em face de tais razões, ora também adotadas, somos pela rejeição da emenda sob análise.

14. A Emenda nº 18-PLEN propõe a supressão do art. 2º e seu parágrafo único, sob alegação de que a própria fundamentação da justificativa do Projeto indica seu propósito: ensejar as disputas, judiciais ou administrativas, em torno do que se entende por “tributo justo” ou “justa tributação”, conceito que (...), eminentemente subjetivo, se presta a controvérsias infundáveis.

15. Também a Nota Técnica da Receita Federal havia se manifestado contrária a esse art. 2º, porquanto, a seu ver, subordina a instituição e a majoração de tributos a condições de extrema subjetividade (...), aspecto a se evitar na formulação de normas jurídicas, especialmente quando tratam de matéria tributária (cf. fl. 77).

16. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, alinhadas pelo referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 90):

6. Art. 2º Qualificam-se os princípios da justiça tributária como de “extrema subjetividade”.

Também o Constituinte de 1988, ao consagrar o estado de direito democrático, com sede nas liberdades civis que dão forma e conteúdo ao Estado, escolheu cláusulas de “extrema subjetividade” (...)

As cláusulas abertas são a essência dos regimes de liberdade(...)

A cláusula aberta, ou “subjetiva”, ensaia um dos primados centrais da estabilidade e atualidade da ordem jurídica, qual seja, que a experiência confira à norma, no longo curso da história, a substância de sua época.

17. Em face de tais razões, ora também adotadas, somos pela rejeição da emenda sob análise.

18. As Emendas nºs. 19 e 20-PLEN propõem alterar o art. 5º, cujo texto ficaria restrito à primeira parte: Somente a lei, observado o princípio da anterioridade (...), pode estabelecer a antecipação do prazo para recolhimento do tributo.

19. Os Autores da Emenda nº 19-PLEN alegam que, como assinala a Nota Técnica da Receita Federal, no que respeita às alterações que onerem, de qualquer forma, o contribuinte e às modificações de meios e modos operacionais de apuração de débitos fiscais, a proposta implica grave restrição ao adequado exercício da administração tributária; e que onerar de qualquer forma é demasiado abrangente. Além disso, que tal proposta aumentaria desnecessariamente os trabalhos do Congresso Nacional e burocratizaria ainda mais o serviço público com exigências despiciendas.

20. O Autor da Emenda nº 20-PLEN alega que estender o princípio da reserva legal a situações genéricas e indefinidas, como é a alteração de condições que, de qualquer forma, onerem o contribuinte, afigura-se despropósito, já que na cláusula legal cabe tudo e qualquer coisa. Também incidiria na crítica o restante da norma, ao estabelecer a exigência de lei para questões de natureza puramente operacional, o que impediria a agilidade e celeridade da atuação da administração tributária.

21. Ora, no citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 90):

7. Art. 5º Alega-se que “a exigência de lei para tratar de temas de caráter exclusivamente operacional retirará a necessária celeridade nas ações da autoridade fiscal”.

Ora, o quanto põe a norma é o princípio constitucional da legalidade – art. 5º, II, c/c art. 37, **caput**, construído sem medo.

Admitir-se-á que o Estado elimine direitos – ou os construa restritivamente em razão da carga de trabalho dos servidores do próprio Estado? É do Estado o ônus de bem se aparelhar dos meios necessários para acolher eficaz e expansivamente as garantias constitucionais da cidadania.

22. Em face de tais razões, aqui também adotadas, somos pela rejeição das Emendas nºs 19 e 20-PLEN.

23. A Emenda nº 22-PLEN propõe aperfeiçoamento formal à redação do art. 10 do Projeto e acrescenta-lhe dois parágrafos explicitando quando a Administração Fazendária fornecerá certidão positiva, com efeitos negativos, ou então, certidão negativa. Alega-se que, consoante manifestação da Receita Federal em Nota Técnica, a prevalecer a redação original, o Fisco não terá mecanismos para minimizar a

inadimplência fiscal, o que fará crescer ainda mais a elisão tributária.

24. Essa Emenda, sem ferir o direito de petição aos poderes públicos, assegurado no art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição, acresce ao art. 10 do Projeto duas explicitações que não o condicionam ou restringem, mas que melhor esclarecem as circunstâncias legais.

25. Por tal motivo, somos pelo acolhimento dessa Emenda, mantida a redação por ela proposta para o **caput** do art. 10 do Projeto – a qual se coaduna com a Emenda nº 5-CCJ, ao suprimir a remissão ao dispositivo constitucional —, e modificados os dois parágrafos propostos, mediante subemenda de redação, ao final oferecida pelo Relator.

26. A Emenda nº 26-PLEN propõe a supressão do art. 15 do Projeto, sob a dupla alegação de que há contradição com a motivação básica invocada na justificação, quanto à relação de igualdade jurídica do contribuinte com o Fisco, e de que a questão já estaria resolvida pelo art. 27 da Lei nº 9.868, de 11 de novembro de 1999.

27. Também a Nota Técnica da Receita Federal havia se manifestado contrária a esse art. 15, porquanto, a seu ver, a norma é um estímulo às demandas judiciais, aproveitando normalmente, àqueles de maior poder econômico, razão por que a solução adequada para a situação é a constante do art. 100 do CTN (cf. fl. 79).

28. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 91):

10. Art. 15. Discorda a Nota sobre o efeito da declaração de inconstitucionalidade.

O tema está claramente exposto na justificativa do projeto, para a qual se pede a leitura. Tenha-se presente que, após a redação do Projeto, adveio a Lei nº 9.968/99, (sic) em cujo art. 27 adota-se o mesmo princípio de justiça constitucional.

Anote-se apenas que, neste passo, cuida-se de conferir estabilidade ao negócio jurídico acabado – nos termos da Constituição –, ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido dele decorrente.

29. Por tais razões, ora ratificadas, som os pela rejeição dessa Emenda sob análise.

30. A Emenda nº 27-PLEN propõe a supressão integral do art. 16 do projeto, sob a alegação de que,

ao restringir a desconsideração da personalidade jurídica à decisão judicial, o dispositivo representa uma limitação totalmente injustificada – e injusta – à ação da autoridade tributária, além de tornar o procedimento extremamente moroso.

31. Crítica semelhante havia sido formulada pela Secretaria da Receita Federal na mencionada Nota Técnica encaminhada à CAE. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 92):

11. Art. 16. Afirma a Nota que o artigo “configura limitação injustificada da ação da autoridade fiscal” ao conferir competência exclusiva ao Judiciário para desconsideração da personalidade jurídica.

A afirmação desconhece completamente o regime legal da matéria. Primeiro, porque o art. 16 do projeto está quase idêntico ao art. 28 do Código de Defesa do Consumidor.

Segundo, porque já no Código Civil a demanda pela nulidade de atos simulados sempre foi de natureza judicial (arts. 102 e 105).

Terceiro, porque o Código Tributário Nacional, de um lado, permite seja o lançamento efetuado e revisto de ofício nas hipóteses de fraude, dolo ou simulação, e de outro, não admite flua a decadência nessas mesmas hipóteses (art. 149, VII, e art. 150, § 4º)

32. Por tais razões, ora ratificadas, somos pela rejeição dessa Emenda sob análise.

33. A Emenda nº 28-PLEN, outrossim, é direcionada ao referido art. 16, mas apenas para aperfeiçoar-lhe a redação do **caput** e do § 1º.

34. São de reconhecer a escorreita forma redacional oferecida aos dispositivos emendados e a bem fundamentada justificativa, que discorre sobre as raízes e a consolidação da teoria da desconsideração (Disregard Theory), no direito alienígena de vários países.

35. Entretanto, preferimos manter a redação original do projeto, razão por que somos pela rejeição dessa Emenda sob análise.

36. A Emenda nº 31-PLEN visa a modificar a redação do art. 26 do Projeto, acrescentando-lhe, ao final, a expressão: se estiver judicialmente suspensa a exigibilidade do crédito tributário.

37. Seus Autores, segundo a justificação, buscam afastar dúvida de inconstitucionalidade nesse

dispositivo, também objeto de advertência da Secretaria da Receita Federal na Nota Técnica enviada à CAE. Daí proporem condicionar-se a fruição de benefícios e incentivos fiscais ou financeiros, bem assim o acesso a linhas oficiais de crédito e a participação em licitações, na pendência de processo administrativo ou judicial, à suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Assim, ficaria a norma compatibilizada com o § 3º do art. 195 da Constituição.

38. Concordando com tais razões, somos pelo acolhimento dessa Emenda, na forma de Subemenda de redação, ao final oferecida pelo Relator.

39. Outrossim, a Emenda nº 32-PLEN visa a modificar a redação do art. 26 do Projeto, sob a justificação de que, por ser excessivamente genérica, a expressão “processo pendente” deve ter seu alcance limitado às situações em que o processo acarreta a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

40. À vista da conclusão pelo acolhimento da Emenda nº 31-PLEN na forma de Subemenda, resulta o acolhimento parcial da presente.

41. A Emenda nº 33-PLEN propõe a supressão do art. 28, **caput** e parágrafo único, sob a alegação de, em síntese, não atender ao interesse público e, no caso, sequer representar vantagem efetiva para o contribuinte.

42. Crítica semelhante havia sido formulada pela Secretaria da Receita Federal na mencionada Nota Técnica encaminhada à CAE. No citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl.92):

13. Art. (...) 28 – Entende a Nota haver prejuízo para a Administração Pública com a extinção de mecanismos como (...) exigir-se a defesa prévia anterior à autuação.

Repise-se, ainda desta feita, a premissa do Projeto: retirar da Constituição libertária e social de 1988 as consequências normativas positivas de índole infraconstitucional impostergáveis à eficácia da Constituição mesma.

Ora, se o catálogo dos direitos e garantias individuais, posto no art. 5º dentre outros os incisos LVII, LV, LIV e LII impõem, vale dizer, obrigam peremptoriamente, que a consciência jurídica e a norma positiva presumam sempre a não-culpabilidade do cidadão até o trânsito em julgado de decisão de autoridade competente que observe

o devido processo legal, a consequência inarredável será, imperiosamente, excluir do plano jurídico da relação sociedade civil – Estado qualquer norma ou procedimento que não contenham, inteiramente, a substância daqueles comandos legais.

43. Por tais razões, aqui ratificadas, somos pela rejeição dessa Emenda sob análise.

44. Somos pelo acolhimento da Emenda nº 34-PLEN, que, no inciso III do art. 31 do projeto, visa a limitar os efeitos da omissão da Administração Fazendária, nas respostas às consultas, aos termos do art. 100 do Código Tributário Nacional. Parece-nos, entretanto, cabível Subemenda de redação, ao final oferecida pelo Relator, propondo que a expressão final ... observado o disposto no art. 100 da Lei nº 5.172/66, seja substituída pela seguinte: sem prejuízo do disposto no art. 100 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966).

45. Detivemo-nos, especialmente, no exame das Emendas nºs 35 e 36-PLEN, a primeira pela supressão de todo o art. 43 do Projeto, e a segunda pela modificação de seu **caput** – em sentido diametralmente oposto –, mantida a redação de ambos os parágrafos. Cuida o **caput** dessa norma, em sua primeira parte, do momento em que se legitima a propositura da ação penal contra o contribuinte pela prática de crime contra a ordem tributária, se somente após o encerramento do processo administrativo que comprove a irregularidade fiscal – como o quer o Projeto –, ou se a qualquer momento no curso do processo administrativo-fiscal – conforme a Emenda nº 36-PLEN.

46. A justificativa da Emenda nº 36-PLEN funda-se em jurisprudência dos Egrégios Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Ocorre, no entanto, que os acórdãos registram veementes votos vencidos – a começar por aquele do Ministro Carlos Velloso, recente Presidente da Corte Constitucional. Divergem por igual os doutrinadores. Registre-se que um dos propósitos do Projeto, explicitado em sua justificação, é justamente o de promover uma leitura aberta da cada de direitos e garantias fundamentais, lançada no art. 5º da Constituição – todas cláusulas pétreas, donde sua opção por uma linha de interpretação que privilegia a sociedade libertária nas suas relações com o Estado. Não se pretendeu, a nosso juízo, tolher a eficácia da gerência estatal, mas, na verdade, torná-la mais acessível e mais atenta àqueles valores individuais plasmados na Constituição. A opção legislativa que, agora, compete ao Congresso Nacional – e somente a ele – é expungir do cenário da

cidadania as disputas intelectuais de sede acadêmica ou judiciária, promovendo, destarte, mais segurança jurídica à sociedade civil.

47. Isso posto, não nos convencemos da argumentação da justificativa da Emenda nº 36-PLN ao art. 43, quando nela se assevera que, se a condenação criminal ocorrer após decisão administrativa ou civil favorável ao contribuinte, terá este a revisão criminal para se redimir. Ora, é presumir demais em favor da Administração Fazendária: condenado em juízo penal pelo não pagamento de algo que mais tarde seu credor diz inexistir, ao contribuinte restara ser “réu” (no sentido material) uma segunda vez em sede revisional criminal! **Data venia**, é um absurdo que o estado democrático de direito não pode acolher.

48. O Projeto, a nosso ver, bem situou a questão e o fez homenageando a premissa pétrea do art. 5º da Constituição – a presunção de não-culpabilidade (inciso LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória). No que veda o ajuizamento da ação penal, determina que a tramitação do processo administrativo suspende a fluência do prazo prescricional penal –, donde inexistir prejuízo algum à atuação do Ministério Público.

49. Em face do exposto, somos pela rejeição das Emendas nºs 35 e 36-PLN.

50. Por fim, as Emendas nºs 37 e 38-PLN, oferecidas ao art. 50 do Projeto, propõem, respectivamente, suprimi-lo por inteiro e modificá-lo mediante supressão do inciso I.

51. Esse artigo, no inciso I, pretende revogar o art. 193 do Código Tributário Nacional; e, no inciso II, vários dispositivos da Lei de Execuções Fiscais.

52. Quanto à Emenda nº 37-PLN, a justificação argumenta que o art. 193 do CTN deve ser mantido em nome do princípio da igualdade, porque os inadimplentes não concorrem em igualdade de condições com os demais licitantes, cumpridores de suas obrigações tributárias, uma vez que podem oferecer preços mais baratos. E que os artigos da Lei de Execuções Fiscais, também, devem ser mantidos em nome de outro princípio relevante, o da supremacia do interesse público sobre o privado, pois é essa posição de supremacia que justifica certas prerrogativas conferidas à Fazenda Pública em juízo, as quais o dispositivo pretende suprimir.

53. Quanto à Emenda nº 38-PLN, a justificação argumenta que torna-se necessário modificar a redação do art. 50 do Projeto, a fim de suprimir-lhe o texto ora constante no inciso I, porque inquinado de vício patente de inconstitucionalidade material, à vista do

que dispõe o § 3º do art. 195 da Constituição. E que essa inconstitucionalidade foi advertida pelo Senhor Secretário da Receita Federal, em Nota Técnica encaminhada à CAE, na qual sugeriu que a norma deveria restringir-se às hipóteses em que o processo implique suspensão da exigibilidade do crédito ou parcelamento em dia.

54. Ora, no citado Parecer nº 565-CAE, de 2000, contestou-se essa argumentação com as seguintes razões, do referido grupo de trabalho, redator do anteprojeto (cf. fl. 94):

19. Art. 50, I – Não agrada ao Autor da Nota a revogação do art. 193 do Código Tributário Nacional.

O art. 193 veda a participação em concorrências públicas a quem não prove “quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre”.

O projeto protege o contribuinte que se vê obrigado a pagar para evitar sanções ou penas que ponham em risco seu objeto social. Ademais disso, a Constituição Federal, nos dispositivos acima citados, impõe a observância do devido processo e a presunção de não-culpabilidade até decisão final da autoridade competente.

Por que, então, obrigar o contribuinte ir a Juízo obter liminar ou certidão de pendência judicial?

55. Recorde-se que, na justificação desse Projeto de Lei Complementar, logo em seu pórtico, afirmou-se que:

O projeto de “Código de Defesa do Contribuinte” abre a página de uma nova cidadania. Com ele o cidadão-contribuinte passa a ter um relação de igualdade jurídica com o Fisco (...). Os deveres e os direitos são mútuos; nada se presume negativamente contra um ou outro; o quanto se decidir, a favor de um ou outro, será mediante expressa indicação dos fatos e motivada declinação do direito.

56. E, no último parágrafo, por sua vez:

28 – No Capítulo VII em disposições finais, adaptam-se alguns dispositivos do Código Tributário Nacional e da Lei de Execuções Fiscais à filosofia deste projeto de lei (...).

57. Por tais razões, aqui ratificadas, somos pela rejeição de ambas as Emendas afinal analisadas.

58. Ao não acolhermos, por discordância de mérito, as demais Emendas apresentadas em Plenário (nºs 21, 23, 24, 25, 29 e 30-PLEN), em que pesem os respeitáveis argumentos de seus eminentes Autores, reportamo-nos, no que couber, às razões acima transcritas, postas pelo grupo de trabalho dos redatores do anteprojeto, e, sobretudo, à própria filosofia inovadora do Projeto, exposta em sua justificação.

59. Do exame do Projeto, afigura-se de bom alvitre formular emenda retirada das sugestões da Secretaria da Receita Federal, constantes da referida Nota Técnica (cf. fl. 80 do processo). Trata-se de, no inciso VIII do art. 19 do Projeto, ressaltar-se a hipótese de desembaraço aduaneiro, no que se assegura ao contribuinte prestar informações por escrito às autoridades fazendárias, em prazo não inferior a cinco dias.

60. Ademais concluímos, ainda, que deva ser suprimido o § 2º do art. 27, renumerado o § 1º para parágrafo único, a fim de afastar a contradição com o art. 33, e isto porque o parágrafo suprimido, ao excluir a ampla defesa e o duplo grau de deliberação no processo de consulta, entra em testilha com o referido art. 33, no qual melhor se dá eficácia aos princípios constitucionais que informam a proposição sob análise.

61. Por fim, em homenagem à melhor técnica legislativa preconizada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (cf. art. 9º), mediante emenda:

a) deve ser suprimido o atual art. 53 do Projeto, por desnecessária a cláusula de revogação geral das disposições em contrário;

b) conseqüentemente, o atual art. 50, que trata da revogação expressa de normas legais, deve ser renumerado para art. 53, situando-se como o último do Projeto; e

c) o atual art. 51 deve ser renumerado para art. 50, e o atual art. 51-A, introduzido pela Emenda nº 9-CAE, deve ser renumerado para art. 51.

III – Conclusão

62. Em face do exposto, nos termos do Regimento Interno (arts. 125; 133, 1, II e V, c e § 5º; e 246, II, III e § 3º) é de concluir pela aprovação das Emendas nºs. 22, 31 e 34-PLEN, condicionada às Subemendas de redação adiante apresentadas; pela aprovação parcial da Emenda nº 32-PLEN; pela rejeição das Emendas nºs. 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26,

27, 28, 29, 30, 33, 35, 36, 37 e 38-PLEN; bem assim pelo oferecimento das Emendas nºs 39, 40 e 41-CCJ-CAE e das Subemendas adiante formuladas:

EMENDA Nº 39-CCJ-CAE

Acrescente-se, ao final do inciso VIII do art. 19 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, a seguinte expressão: ... salvo na hipótese de desembaraço aduaneiro.

EMENDA Nº 40-CCJ-CAE

Suprima-se o § 2º do art. 27 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, e, em consequência, renumere-se o § 1º para parágrafo único.

EMENDA Nº 41-CCJ-CAE

Suprima-se o atual art. 53 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, e, em consequência, renumerem-se:

I – o atual art. 50 para art. 53;

II – o atual art. 51 para art. 50; e

III – o atual art. 51-A, introduzido pela Emenda nº 9-CAE, para art. 51.

SUBEMENDA Nº 1-CCJ-CAE À EMENDA Nº 22-PLEN

Dê-se a seguinte redação aos §§ 1º e 2º do art. 10 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, objeto da Emenda nº 22-PLEN:

Art. 10.

§ 1º Se o contribuinte estiver em débito com a Administração Fazendária, a certidão positiva será fornecida com efeitos negativos.

§ 2º Será fornecida certidão negativa quando o contribuinte estiver em dia com a Administração Fazendária, ou a exigibilidade da obrigação tributária estiver suspensa nos termos do art. 151 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), e, ainda, nos casos em que a obrigação tributária estiver sendo parcelada e paga em dia.

SUBEMENDA Nº 1-CCJ-CAE À EMENDA Nº 31-PLEN

Dê-se a seguinte redação ao art. 26 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, objeto da Emenda nº 22-PLEN:

Art. 26. A pendência de processo administrativo ou judicial, em matéria tributária, não impedirá o contribuinte de fruir de benefícios e incentivos fiscais e financeiros, nem de ter acesso a linhas oficiais de crédito e de participar de licitações, desde que judicialmente suspensa a exigibilidade do crédito tributário.

SUBEMENDA Nº 1–CCJ–CAE

À EMENDA Nº 34–PLEN

No inciso III do art. 31 do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar, objeto da Emenda nº 34–PLEN, substitua-se a expressão final... observado o disposto no art. 100 da Lei nº 5.172/66, pela seguinte:... sem prejuízo do disposto no art. 100 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966).

Sala da Comissão, 7 de agosto de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Bello Parga**, Relator – **Lúcio Coelho** – **Arlindo Porto** – **Pedro Simon** (vencido) – **Paulo Hartung** (vencido) – **Casildo Maldaner** (vencido) – **Pedro Paiva** – **José Agripino** – **Jorge Bornhausen** – **Romero Jucá** – **Paulo Souto** – **Heloísa Helena** (vencido) – **Freitas Neto** – **Jonas Pinheiro** – **Bernardo Cabral** – **Roberto Saturnino** (vencido) – **Eduardo Suplicy** (vencido).

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LII – não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

§ 3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

**SEÇÃO III
Normas Complementares**

Art. 100. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:

I – os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II – as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;

III – as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV – os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

II – quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I – moratória;

II – o depósito do seu montante integral;

III – as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV – a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

(Inciso incluído pela Lcp nº 104, de 10-1-2001)

VI – o parcelamento. (Inciso incluído pela LCP nº 104, de 10-1-2001)

Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações assessoriais dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela conseqüentes.

LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999

Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Art. 27. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916(*)

Código Civil.

Art. 102. Haverá simulação nos atos jurídicos em geral:

I – quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas das a quem realmente se conferem, ou transmitem;

II – quando contiverem declaração, confissão, condição, ou cláusula não verdadeira;

III – quando os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

Art. 105. Poderão demandar a nulidade dos atos simulados, os terceiros lesados pela simulação, ou os representantes do Poder Público, a bem da lei, ou da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Resolução nº 32, de 2001, que autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República de Zâmbia, no valor equivalente a quatorze milhões, cento e vinte e sete mil, noventa e oito dólares norte-americanos e cinquenta e oito centavos, com previsão de redução do valor presente líquido, com base na Ata de Entendimentos celebrada no âmbito do “Clube de Paris”, resultante de parecer lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Roberto Saturnino.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 447, DE 2001

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro de Minas e Energia o seguinte pedido de informações:

Com relação as tarifas praticadas pela Boa Vista Energia S/A – BOVESA, gostaríamos de contar com os seguintes esclarecimentos:

a) Qual o custo da energia gerada pela Boa Vista Energia S/A – BOVESA antes da interconexão com o sistema Macagua – Guri;

b) Qual o preço que a Bovesa pagará pela energia adquirida do sistema Macagua – Guri;

c) Quais as tarifas doméstica, comercial e industrial praticadas pela Bovesa para a energia gerada em suas unidades termelétricas;

d) Quais as tarifas que a Bovesa praticará para a distribuição da energia gerada pelo sistema Macagua – Guri.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, PFL – RR.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Roberto Saturnino.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 371/01

Brasília, 13 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados José Linhares, como titular, e Almerinda de Carvalho, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 2.206, de 10 de agosto de 2001, que “cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado saúde: “Bolsa-Alimentação” e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OFÍCIO Nº 372/01

Brasília, 13 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Edmar Moreira, como titular, e João Leão, como suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Especial destinada a apreciar e proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 2.205, de 10 de agosto de 2001, que “institui medida para assegurar o funcionamento de serviços e atividades imprescindíveis à segurança pública”.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OF/BLOCO/Nº 35/01

Brasília, 14 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Giovanni Queiroz/PDT para representar este Bloco na Comissão Mista de Medida Provisória do Congresso Nacional, MP nº 2.157-4, que “Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superinten-

dência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM”, em substituição ao Deputado Miro Teixeira/PDT.

Na oportunidade, renovo nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Rubens Bueno**, Líder do Bloco PDT/PPS.

OFÍCIO Nº 1.077-L-PFL/2001

Brasília, 14 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.205, de 10 de agosto de 2001, que “Institui medida para assegurar o funcionamento de serviços e atividades imprescindíveis à segurança pública”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Moroni Torgan

Deputado Francisco Rodrigues

Suplente:

Deputado Roberto Pessoa

Deputado José Rocha

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

OFÍCIO Nº 1.078-L-PFL/2001

Brasília, 14 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.206, de 10 de agosto de 2001, que “Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: ‘Bolsa-Alimentação’ e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Ursicino Queiroz

Deputada Celcita Pinheiro

Suplente:

Deputado Euler Ribeiro

Deputado Milton Barbosa

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

OF/GAB/I/Nº 520

Brasília, 16 de agosto de 2001

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Hermes Parcianello e Norberto Teixeira passam a integrar, respectivamente, na qualidade de titular e suplente, a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 2.201-1, de 26 de julho de 2001, em substituição aos anteriormente designados.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nos termos regimentais, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – V. Exª será atendido na prorrogação da Hora do Expediente, quando lhe será assegurada a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pela ordem.) – Também nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sem dúvida, Senador Roberto Requião, V. Exª será atendido na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Como primeiro orador inscrito, convido o Senador Mauro Miranda, do PMDB do Estado de Goiás, para ocupar a tribuna.

S. Exª terá vinte minutos para fazer o seu pronunciamento, que tenho certeza será extraordinário, sempre em defesa das causas mais justas do povo brasileiro.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa para enfatizar aquilo que todos nós já esperávamos quando aprovamos, por unanimidade, o projeto de lei que regulamentou o Estatuto da Cidade. De todas as regiões do País chegam-nos informações de que os administradores municipais estão se mobilizando por intermédio de seminários e cursos para melhor aplicar as ferramentas estipuladas pela nova lei. E a movimentação é realmente necessária e urgente em função de problemas históricos que afligem os grandes centros urbanos, entre os quais podemos destacar a ocupação de áreas públicas por famílias sem teto, muitas vezes estimuladas por invasores profissionais.

Permitam-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, citar aqui um fato que está ocorrendo em Goiânia, capital do meu querido Estado de Goiás, para exemplificar o quanto a aplicação do Estatuto da Cidade é importante para evitar certos impasses. Desde a madrugada da última segunda-feira, cerca de 200 famílias de sem-teto invadiram uma área do Estado situada no Jardim Primavera, região noroeste de Goiânia. O que se viu a partir desse momento foram informações desencontradas sobre a destinação daquele terreno: os invasores declaram que o mato toma conta da área pública, enquanto autoridades estaduais e municipais garantem existir no local uma lavoura comunitária.

Dados fornecidos pela Companhia de Obras e Habitação de Goiânia comprovam a importância do Estatuto da Cidade para que confrontos dessa natureza nem sequer venham a existir.

A área tomada pelas famílias é um loteamento irregular feito pelo Estado e não aprovado pela Prefeitura de Goiânia. O terreno, segundo assessores municipais, fazia parte da Fazenda São Domingos, que deu origem ao Bairro da Vitória, e foi originalmente destinado à construção de uma escola, uma creche e um centro de apoio ao idoso. Ainda de acordo com a Companhia de Obras, a regularização do bairro está em andamento na Secretaria de Planejamento do Estado, e a construção de equipamentos públicos vai beneficiar toda a população do Bairro da Vitória.

Enquanto autoridades e invasores negociam uma alternativa pacífica para o problema, torna-se evidente que o Estatuto da Cidade, caso estivesse em vigor na época da ocupação, dotaria a administração de Goiânia de instrumentos rígidos e legais para coordenar, por intermédio de seu Plano Diretor, a ocupa-

ção racional daquela área pertencente ao Estado e ainda acelerar a construção de equipamentos públicos no local.

Os Governos estaduais, assim como a União, precisam desenvolver suas políticas habitacionais para, pelo menos, tentar minimizar o déficit de seis milhões de moradias em todo o País. Nunca é demais lembrar que a atenção dispensada pelo Governo Federal à habitação tem sido inócua, pequena e, às vezes, ridícula. A Lei de Diretrizes Orçamentárias previa para 2002 a pequena meta de 16 mil casas construídas. Graças a uma emenda de nossa autoria, conseguimos mudar esse número para 128 mil casas em todo o País. Ainda é pouquíssimo, não resolve nem o problema de um bairro de São Paulo, mas pelo menos significou um avanço. No entanto, ainda temos muito trabalho.

Em Goiás, o atual Governo, durante a campanha eleitoral, prometeu construir 245 mil casas nos seus quatro anos de governo. Passados dois anos e meio, até agora o Governo do Estado não conseguiu construir nenhuma moradia.

Voltando ao Estatuto da Cidade – porque é muito importante levarmos em conta a possibilidade de se fazerem moradias também nas grandes cidades, onde os preços dos terrenos são aviltantes –, nós, cidadãos brasileiros, devemos respeitar e referendar, a todo custo, a autonomia conquistada pelos Municípios, com certeza o maior avanço proporcionado pela nova lei, idealizada para controlar de forma efetiva o ordenamento do solo urbano e dar aos imóveis a imprescindível destinação social. Considerando as despesas dos Municípios com as melhorias, como a infra-estrutura do asfalto, da energia, da água tratada, não é possível que as pessoas continuem guardando o seu lote para a especulação imobiliária.

Da mesma forma, independente da ingerência ou não de invasores profissionais, as famílias sem teto têm argumentos convincentes para reivindicar um terreno para construir a casa própria. Em Goiânia, o desempregado Rubens Araújo Tavares, de 30 anos, alega não dispor de dinheiro para o aluguel. Baronita Vieira, de 39 anos, diz ter oito filhos, todos morando de favor na casa da sogra. O que eles não aceitam, apesar de ser o procedimento correto nesses casos, é aguardar a vez na relação de cadastrados pelo Poder Público estadual em programas de habitação. Segundo estimativas, somente em Goiânia esse número é de sete mil inscritos.

Outro exemplo da necessidade urgente da aplicação do Estatuto da Cidade ocorreu bem próximo

daqui, no Setor de Indústria de Ceilândia. Cerca de 300 famílias foram retiradas à força de uma área invadida pela Polícia Militar. Os ocupantes exigiam lotes do Governo do Distrito Federal para deixar o terreno. Mesmo após deixarem o local, as famílias já prometiam invadir outra área se o GDF não vier a atender as suas reivindicações. Como se vê, o estrangulamento é total e somente um novo direcionamento da ocupação do solo poderá amenizar esse drama de milhares de pessoas que vivem no Distrito Federal e nas grandes cidades do País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, diante dos fatos aqui citados, tão comuns nos grandes centros urbanos brasileiros, resta-nos a fundamental tarefa pública de disseminar aos quatro cantos os avanços contidos no Estatuto da Cidade e cobrar "coragem e arrojo" das autoridades municipais para executá-los o mais rápido possível. Quantas invasões poderão ser evitadas a partir da utilização das ferramentas da nova lei do Estatuto da Cidade? Para citar apenas mais dois exemplos de meu Estado, há sinais claros de que as administrações de Goiânia e Anápolis deverão incluir o IPTU Progressivo em seus Planos Diretores a partir do próximo ano.

E como para toda ação há uma reação, encerro aqui minhas palavras, destacando a opinião da leitora Elisamara Gomes de Oliveira, moradora do Município de Aparecida de Goiânia. Por intermédio de uma carta publicada em um dos jornais diários da capital, ela frisou que a simples sanção do Estatuto da Cidade já provocou uma "movimentação em alguns lotes do Jardim Bela Vista e Santa Luzia". Segundo Elisamara, os terrenos tornaram-se referência de especulação imobiliária nesses bairros e os seus proprietários, de uma hora para outra, resolveram agir.

Sr^{as} e Srs. Senadores, usando do otimismo que sempre me acompanha, espero que outros milhares de especuladores em todo o País sigam o mesmo caminho. Somente assim, poderemos proporcionar justiça social e moradia digna a milhões de brasileiros que aguardam, de nós, autoridades, políticos, administradores municipais, governos estaduais, um verdadeiro mutirão em favor da moradia no Brasil.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Concede-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Com todo o prazer, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Mauro Miranda, mais uma vez V. Ex^a vem à tribuna em prol daqueles que precisam de um teto, daqueles que têm o direito de, pelo menos, não ficar ao re-

lento, do pai de família que necessita ter um local para viver com a mulher e os filhos, por mais modesto ou menor que seja. Todos têm direito a um teto. V. Ex^a tem sido, nesta Casa, o precursor dessa luta em prol dessa garantia mínima na legislação brasileira. Cada cidadão tem o direito a ter um teto para se proteger da chuva, do sol, do frio, enfim, o direito de ter um ambiente para se acalorar, para viver, para formar os filhos. Mais uma vez V. Ex^a volta à tribuna para mexer com o Brasil, para dizer que temos que lutar por essa causa. Eu o estava escutando pela **Rádio Senado** e esforcei-me para chegar a tempo de apartear-lo, a fim de homenageá-lo e solidarizar-me com o seu pronunciamento. V. Ex^a afirmou que o atual Governo de Goiás prometeu, durante a campanha eleitoral, 245 mil casas e já está governando há dois anos e meio e não cumpriu sua promessa. De acordo com a nova Lei de Responsabilidade Fiscal, os governos que aí estão precisam começar a se preparar para limpar as gavetas, deixar em dia as administrações a fim de entregá-las para os seus sucessores. Segundo V. Ex^a, este é o terceiro ano do Governo de Goiás e nada ainda foi feito com relação ao problema da moradia. O povo acreditou na palavra do candidato e o elegeu. Entretanto, aquela expectativa, aquela esperança de milhares de pessoas de ter uma casa própria não se concretizou. Aliás, Senador Mauro Miranda, isso não acontece só em seu Estado. Em Santa Catarina, nem se lembram de oferecer uma casa aos que precisam. Essa preocupação nem ao menos consta do programa do Governo, com exceção da ilha, onde fica a sede, a capital. O Governador tornou-se um assessor da Prefeita, não sei se é pelo fato dela ser sua esposa, porém, o resto do Estado ficou abandonado. O único programa realizado no interior do Estado foi o de reflorestamento nos campos de eucaliptos, nas pequenas propriedades, pelo atual Secretário da Agricultura – aliás, uma atitude louvável! Mas não sei se, por azar ou o quê, no ano passado ocorreu uma geada tão forte em Santa Catarina que acabou com quase todo o reflorestamento. Este ano, estamos torcendo para que as formigas não comam o resto. Porém, com relação à habitação para a comunidade carente, a situação é a mesma que a de Goiás. Quando ouvi V. Ex^a clamar da tribuna que precisamos acordar para esse problema, que precisamos interiorizar o desenvolvimento, levá-lo aos pequenos bairros, dar às pessoas o direito de ali viverem e se estabelecerem, fiquei com vontade de apartear-lo. Como disse antes, V. Ex^a é o precursor desse direito mínimo no Brasil, de permitir que a sociedade brasileira tenha onde morar,

porque, se tiver onde morar, não precisará pagar aluguel. Para quem ganha três, quatro salários mínimos, é uma preocupação a menos não precisar arrumar R\$200,00, R\$250,00 por mês para pagar aluguel. E ainda precisa arranjar avalista! Isso é duro! V. Ex^a está tratando de um assunto para o qual o Brasil inteiro está atento, porque trata-se de uma questão social. Por isso, Senador Mauro Miranda, tentei chegar em tempo de apartear-lo, a fim de hipotecar total solidariedade ao pronunciamento que V. Ex^a está realizando no dia de hoje.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Senador Casildo, agradeço profundamente o aparte de V. Ex^a, que enriquece muito o meu pronunciamento ao dar o testemunho do seu Estado em favor também da moradia e da organização das grandes cidades.

Nosso Partido, o PMDB, neste momento em que está organizando a estrutura partidária, a nova chapa para presidência do Partido, que deverá administrar as eleições de 2002 – já que vamos ter candidato à Presidência da República –, precisa ter a habitação como uma de suas principais bandeiras. Temos de pensar muito nisso, porque 82% da população brasileira, hoje, mora nas cidades. E percebo que o nosso discurso, o discurso do PMDB, está um pouco defasado. Às vezes, falamos muito no problema do campo, em outras áreas importantes como a saúde, a segurança pública, e deixamos um pouco de lado essa organização dos centros urbanos, das grandes metrópoles, com vista a melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Então, nesta hora em que agradeço o seu aparte, insisto para que o Governo Federal também defina uma política habitacional concreta, séria, para, a longo prazo, resolver essa grande dívida social que temos para com todos os brasileiros, especialmente os mais pobres, os que mais precisam.

Imaginem o sofrimento dessas pessoas no Sul, onde o inverno é tão rigoroso, que não têm onde morar, que não têm agasalho, não têm um canto para se recolher à noite. Portanto, essa luta é de todos nós.

Tenho certeza, Senador Casildo Maldaner, de que V. Ex^a, com esse entusiasmo, com essa vibração, com essa preocupação social que tem demonstrado possuir nesta Casa durante todo o período em que aqui está, será um grande aliado nessa luta em favor de mais moradias no Brasil e de melhor qualidade de vida nas cidades.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Mauro Miranda, permite-me V. Ex^a um novo aparte?

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Mauro Miranda, peço este aparte apenas para registrar a presença, na tribuna de honra, do Prefeito, do Presidente da Câmara e de alguns Vereadores da cidade de Timbé do Sul, que fica na encosta dos Aparados da Serra, no extremo sul de Santa Catarina. Muito obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por permuta com o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recordo-me de como foi dura a luta travada pelo Congresso Nacional para aprovar uma proposta de emenda constitucional que desse suporte financeiro permanente e definitivo ao setor da Saúde.

Depois de sete anos de uma luta incontestavelmente justa no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, conseguimos aprovar a PEC nº 29, que prevê recursos certos e determinados a serem direcionados ao setor Saúde pela União, Estados e Municípios.

Direcionados de forma correta esses recursos para o setor Saúde, serão resolvidos muitos problemas graves por esse Brasil afora, os quais atingem principalmente as camadas mais pobres da população. Serão beneficiadas pessoas que não dispõem de recursos para o pagamento do seguro saúde, que se utilizam do SUS para serem atendidas nos hospitais e postos de saúde e que, assim, poderão vir a ter o direito mínimo à cidadania e não morrerão, como muitos já morreram e continuam a morrer, na porta dos hospitais, por falta de recursos adequados para o setor.

Como eu já disse, a proposta de emenda aprovada obriga a União a transferir recursos financeiros até o ano de 2004. E esse repasse está previsto na Constituição da seguinte forma: no ano de 2000, o que foi empenhado no ano de 1999 mais 5% da variação do PIB.

Mas, Sr. Presidente, o Governo Federal está divergindo internamente sobre a aplicação dessa

emenda constitucional. Existem três pareceres que mostram essa divergência: o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o da Advocacia-Geral da União e o do Ministério da Saúde. O parecer da AGU converge com o da Procuradoria-Geral da Fazenda, mas o Ministério da Saúde não se conforma em absoluto. Já existe até uma comunicação feita ao próprio Presidente da República em que o Ministério da Saúde demonstra a sua inconformidade com o desvio que o Governo Federal quer impor em relação a essa emenda constitucional.

A controvérsia jurídica refere-se à interpretação do art. 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000, que diz:

Art. 7º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 77:

Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos serão equivalentes:

I – No caso da União:

a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999, acrescido de, no mínimo, cinco por cento.

b) do ano de 2001 até o ano de 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB.

Ora, pela interpretação dada pela Advocacia-Geral da União, deve ser o montante empenhado nessas ações e nesses exercícios públicos no exercício financeiro de 1999, acrescido de, no mínimo, 5%, corrigido cumulativamente pela variação nominal do Produto Interno Bruto.

Sobre o assunto, convém reforçar que se encontra em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 201, de 16 de maio de 2001, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, e vale a sua transcrição:

Art. 2º A União destinará ao financiamento das ações e serviços de saúde:

I – até o exercício financeiro de 2004, no mínimo, o montante empenhado no exercício financeiro anterior, corrigido pela variação nominal do PIB.

O que o Governo Federal entende, por meio da Advocacia-Geral da União e do próprio Ministério da Fazenda, é que os recursos que serão destinados à

Saúde terão por base o cálculo feito no ano de 1999 para o ano de 2000. Já o Ministério da Saúde tem uma outra interpretação, que é a real, a aprovada no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, qual seja: a cada ano, haverá um acréscimo de, no mínimo, 5%, até o ano de 2004, da variação do PIB. Enquanto isso, o Governo Federal considera que esse cálculo da variação do PIB só deve ocorrer tomando-se por base o ano de 1999.

Com essa interpretação, em resumo, Sr. Presidente, quais são os prejuízos dela decorrentes para o setor Saúde? No ano de 2001, a Saúde vai perder R\$1,216 bilhão, a continuar essa interpretação; no ano de 2002, vai perder R\$1,329 bilhão; no ano de 2003, vai perder R\$1,439 bilhão; e, no ano de 2004, segundo quer o Ministro da Fazenda, a Saúde vai perder R\$1,557 bilhão. Nesses anos todos, de 2001 até 2004, haveria uma perda considerável, acumulada em R\$ 5,541 bilhões.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Ouço-o com muito prazer, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Estou escutando, ao mesmo tempo admirado e estarecido, essas revelações que V. Exª nos traz. O Senado, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional aprovaram a emenda dos recursos da Saúde certos de que esses dispositivos seriam respeitados na sua integridade. O que o Congresso Nacional quer é exatamente que não falem recursos para essa destinação social tão importante. V. Exª nos traz agora a revelação de que, por meio de interpretações capciosas, o Governo Federal pretende cortar – mais do que já tem cortado – os gastos na área da Saúde. Os Ministros Pedro Malan e Martus Tavares estiveram aqui outro dia, assegurando que não serão feitos cortes sobre a área social e que não há compromisso com o FMI. Contudo, todos estamos vendo – e estamos cansados de saber – que há, sim, compromissos na formação do superávit primário e que, para esse fim, é preciso cortar, inclusive, gastos na área social. V. Exª nos está mostrando que o Governo encontrou atalhos jurídicos para exercitar essa sua vontade política, que é cortar os gastos de saúde, contrariando a vontade do Congresso Nacional e da Nação brasileira, que é precisamente a de que não haja carência maior de recursos para o atendimento nesses casos. V. Exª tem sido um batalhador incansável nessa questão da saúde e agora, mais uma vez, dá mostras de sua aplicação,

persistência e tenacidade em buscar a melhoria do quadro de saúde da população brasileira. Quero cumprimentá-lo pelo discurso e declarar minha perplexidade com mais essa manobra que V. Ex^a denuncia, com muita propriedade, dessa tribuna. Meus parabéns!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Roberto Saturnino, agradeço a V. Ex^a.

Mais uma vez, lembro que não é de agora essa má vontade do Ministério da Fazenda para com o setor da Saúde. Os jornais insinuam que isso surgiu em decorrência de uma disputa intestina pelo poder no Governo Federal. Sabe-se que o Ministro Pedro Malan alimenta a possibilidade de ser candidato a Presidente da República, sucedendo a Fernando Henrique Cardoso. O mesmo ocorre com José Serra, Ministro da Saúde, que é um candidato em potencial a Presidente da República. O que se lê nos jornais é que o Ministério da Fazenda quer esvaziar completamente o Ministério da Saúde por causa dessa disputa política. Mas o que tem a ver o povo brasileiro com essas ambições? O povo brasileiro tem todo o direito de obter os benefícios da arrecadação, do esforço do Brasil, para que todos os segmentos do Governo sejam beneficiados com essa arrecadação, principalmente no setor da Saúde.

Eu disse que não é de agora essa má vontade. Quando foi aprovada aqui a CPMF, quando essa contribuição vigorou por um ano destinada apenas à Saúde – foi a única vez em que apoiei a CPMF –, ficou estabelecido que o Governo Federal iria utilizar os recursos provenientes da CPMF para reforçar o sistema de saúde do Brasil, sem tirar nada daquilo que já vinha sendo aplicado nos anos anteriores. Mas só foi entrar em vigor a CPMF por um lado, e o Governo retirou o que aplicava no setor Saúde nos anos anteriores. Ou seja, a CPMF, em vez de se prestar a ser um recurso apenas adicional para o setor da Saúde, passou a ser o recurso principal, porque o Governo Federal sonhou para esse setor os recursos orçamentários que vinha transferindo todos os anos. Isso representou uma perda enorme. No primeiro ano da aplicação da CPMF, a perda foi de mais de R\$1 bilhão.

Então, não é de agora que o Governo Federal, lamentavelmente, vem demonstrando enorme má vontade para com o setor da Saúde.

E quais os prejuízos, além dos financeiros, que estão sendo gerados para o setor Saúde? Por exemplo, existem determinados programas no Ministério da Saúde que estão parados ou deixaram de funcionar justamente porque o Governo Federal não transfere os recursos constitucionais, obrigatórios.

Por exemplo, no levantamento feito pelo **Correio Braziliense**, para o programa Saúde da Família, a previsão era de R\$2,5 bilhões para este ano, mas nada foi liberado. Para assistência à pessoa portadora de deficiência, a previsão de liberação era de R\$2,1 bilhões, e nada foi liberado. Para saúde mental, a previsão era de R\$2,8 bilhões, mas nada foi liberado. Para saneamento básico, a previsão era de R\$1,8 bilhão – previsão é aquilo que está no Orçamento, que aprovamos aqui –, e o que foi liberado e aplicado foi o percentual de 0,46%, não chegando nem a 0,5% do previsto no Orçamento. Para prevenção e controle de doenças, a previsão orçamentária era de R\$2,8 bilhões, mas foram liberados R\$122 mil, ou seja, 2% daquilo que foi previsto. Para qualidade do sangue, a previsão era de R\$37 milhões, mas foram liberados somente R\$426 mil, ou seja, 1,13%. Para implantação do cartão do SUS, a previsão era de R\$39 milhões, mas nada foi liberado. Para tratamento da hanseníase e de outras dermatoses, a previsão era de R\$810 mil, mas nada foi liberado.

Qual foi a fonte que o **Correio Braziliense** buscou para divulgar esses dados? O Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi, da União. Ou seja, um órgão do próprio Governo Federal divulgou esses dados na Internet – todos podem ter acesso – até 3 de agosto deste ano.

Portanto, Sr. Presidente, alguma providência precisa ser tomada – não só no campo jurídico –, para que a Constituição seja respeitada, para que aquilo que aprovamos seja realmente aplicado. E a União deve considerar o Congresso Nacional, interpretando realmente o que ele deseja. Quem é a Advocacia-Geral da União para fazer uma interpretação danosa aos destinos da saúde do povo brasileiro? Quem é o próprio Ministério da Fazenda para interpretar a nossa vontade? Qual foi a nossa vontade? A nossa vontade foi a de que, a cada ano, fosse empenhado e direcionado para a Saúde um repasse igual ao previsto na Constituição, ou seja, que houvesse o repasse daquilo que foi empenhado no ano anterior – no ano de 2001, aquilo que foi empenhado no ano de 2000; no ano de 2002, aquilo que foi empenhado no ano de 2001, e assim por diante até o ano de 2004 – e que houvesse, no mínimo, 5% da variação do PIB.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Concedo um aparte ao nobre Senador por Tocantins.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Eminentíssimo Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª faz um alerta muito importante sobre a dificuldade da execução orçamentária na área da saúde. Quero, aqui, dar o meu testemunho do esforço ingente de V. Exª e do então Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene, para aprovarem, nesta Casa, a PEC que criava a CPMF. Na primeira vez, eminente Senador, tive oportunidade de ocupar a tribuna e dizer que o meu voto não seria favorável à PEC da Saúde, porque os recursos obtidos com a sua aprovação não iriam apenas para a saúde e jamais seriam provisórios. Parece-me que acertei em cheio. Os recursos da CPMF, que seriam destinados exclusivamente para a saúde, foram desviados para outras atividades, e hoje sabemos que esses recursos estão sendo eternizados. Creio que esse é um imposto que nunca mais vai acabar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Embora a sua vigência fosse de apenas um ano, Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Exatamente! Era apenas de um ano. E sempre se está aumentando a alíquota desse imposto. Portanto, eu gostaria de congratular-me com V. Exª e de me associar às suas preocupações sobre a falta de liberação dos recursos para a saúde. V. Exª sabe que o Congresso Nacional tem sido zeloso com essa questão. Nas últimas análises da Lei de Diretrizes Orçamentárias, definimos que o Governo Federal jamais gastaria, no exercício seguinte, menos do que tivesse gastado com a área da saúde no exercício que finda. Porém, estamos verificando que isso não está sendo cumprido. Portanto, V. Exª tem toda razão quando apela a entidades para que tomem as providências necessárias para que o povo brasileiro não fique desprovido dos recursos da saúde, conforme estabelece a Constituição Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Carlos Patrocínio, V. Exª é um dos grandes defensores da saúde. Sabemos que V. Exª é médico e é um dos Senadores mais interessados em que esse sistema seja equilibrado e que se faça justiça à cidadania brasileira.

Quero crer que o Governo Federal está agindo dessa forma porque é uma exigência a mais do FMI o aumento do chamado superávit primário de 30% para 35%. Assim, há que tirar recursos daqui e dali. Resolveram, então, tirar da saúde este ano um bilhão e duzentos e dezesseis milhões. Até o exercício de 2004, a perda acumulada será de cinco bilhões, quinhentos e quarenta e um milhões.

Esse dinheiro não irá para a saúde, e sim para o estoque de pagamento da dívida externa do Brasil. Quer dizer, estamos prejudicando a grande prioridade, que deveria ser o social, para atender às exigências do capital internacional.

Sr. Presidente, vamos apresentar, em razão dos fatos aqui argüidos, três requerimentos: um, convocando, para a Comissão de Assuntos Sociais, o Ministro da Saúde, José Serra, que discorda abertamente dessa interpretação do Ministério da Fazenda. S. Exª virá ao Senado Federal mostrar as providências que está tomando contra esse desvio, imposto pelo Governo Federal a mando do Fundo Monetário Internacional. E mais dois requerimentos. Um outro requerimento, de informações, será para o Ministro da Fazenda, e outro para o Ministro da Saúde, nos seguintes termos:

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, § 2º, combinado com o art. 116, do Regimento Interno do Senado, sejam prestadas, pelos Exmºs Srs. Ministros da Saúde e também da Fazenda, as seguintes informações:

1 – valor efetivamente liberado, até esta data, em relação ao estabelecido no Orçamento da Seguridade Social, para o Ministério da Saúde, no exercício de 2001; previsão orçamentária para o exercício de 2002;

2 – situação da liberação e da execução orçamentária dos recursos previstos para o Ministério da Saúde no Orçamento da Seguridade Social de 2001 em relação aos programas de saúde da família, atenção à pessoa portadora de deficiência, saúde mental, saneamento básico, prevenção e controle da dengue, qualidade do sangue, controle da hanseníase e de outras dermatoses e atividade de implantação do cartão nacional do Sistema Único de Saúde;

3 – ações implementadas para resolver a controvérsia jurídica entre a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Advocacia-Geral da União, de um lado, e a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, de outro, referentes à interpretação do art. 7º da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que promoveu alteração na redação do art. 77 da Constituição Federal no que diz respeito ao volume mínimo de recursos a serem aplicados pela União em ações e serviços de saúde, no período 2001 a 2004, e conclusões a que se chegou.

Em seguida, apresento a justificação.

Espero que esses Ministros respondam dentro do prazo legal e que o Ministro José Serra venha ao Senado Federal dar explicações mais pormenorizadas sobre esse assunto. A aprovação dessa emenda, como eu disse, foi uma luta titânica de todos nós, inclusive de V. Ex^a, Senador Carlos Patrocínio.

Primeiro, foi apresentada uma emenda constitucional de minha autoria, a Emenda nº 19, que previa algumas penalidades. Elas foram aproveitadas na Câmara dos Deputados. Por exemplo, a intervenção sobre o Estado e sobre o Município que não aplicassem os recursos previstos na Constituição em favor da saúde – assim como ocorre com o setor da educação.

A Emenda Constitucional nº 19, de minha autoria, assinada por V. Ex^a e por vários Senadores, foi derrubada aqui no Senado Federal. Houve um movimento dentro desta Casa para derrubar a emenda, e quero crer que o que motivou a sua rejeição foi a tal política. Havia pessoas no Senado que não queriam o fortalecimento do Ministro José Serra. E eu, por acaso, quero?! Politicamente, não, porque sou seu adversário, sou do PSB, e S. Ex^a é do PSDB. É uma diferença muito grande.

Quero, sim, o fortalecimento da saúde no Brasil. O Ministro José Serra, hoje, é Ministro; amanhã, poderá não ser, mas a saúde continuará, e os recursos têm que estar garantidos, para que o setor não sofra a **débâcle** que está sofrendo atualmente.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a atenção de todos os Srs. Senadores e espero que o Governo Federal tenha juízo, reveja a sua posição e atenda ao que foi aprovado pelo Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o acordo recente firmado pelo Governo brasileiro com o FMI é fato consumado.

O Ministro Pedro Malan, anteontem, veio à Comissão de Assuntos Econômicos para dar explicações que já eram mais do que conhecidas. Repetiu argumentações e razões que já havia apresentado há dois anos, quando explicou o acordo anterior. Enfim, repete-se aquele mecanismo das negociações diretas do Governo com o Fundo Monetário Internacional, consuma-se o fato e, depois, ele é apresentado à Nação brasileira, ao Congresso e ao Senado, que a re-

presenta, e nada há a fazer. O fato está consumado, e o Governo e a Nação brasileira, comprometidos com o cumprimento de determinadas exigências sem que possa haver interferência nossa.

Sr. Presidente, não nos conformamos com isso. Nós o temos dito repetidas vezes; porém, ainda não conseguimos mudar essa realidade. Para nós, não pode valer para sempre o acordo, o assentimento que o Governo brasileiro, que a Nação brasileira deu no momento da constituição do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, com a definição das suas atribuições, como se isso valesse para qualquer acordo posterior. Em relação ao Banco Mundial, não vale. Cada financiamento concedido pelo Banco Mundial ao Governo brasileiro tem que ser aprovado pelo Senado.

Agora, em relação ao Fundo Monetário Internacional, não. Construiu-se essa figura jurídica de que o assentimento original vale para sempre e que, a partir daí, qualquer outro financiamento pode ser concedido pelo Fundo sem que haja necessidade de aprovação do Senado.

Nós não nos conformamos com isso e vamos continuar lutando, com todos os meios jurídicos e políticos que possamos ter, para que os acordos sejam examinados e aprovados pelo Senado.

Mas o fato está consumado e foi dimensionado milimetricamente para levar o Governo, supostamente sem novas crises de pagamento e de solvência, até o início de 2003. A crise foi adiada até o novo Governo, quer dizer, esse Governo, com o novo acordo, protegeu-se, nos cálculos feitos pelas autoridades econômicas, de qualquer crise de pagamento, por parte do Brasil, aos credores internacionais. É claro que, com isso, aumentou-se a dívida, reduziram-se as reservas brasileiras em moeda internacional, enfim, jogou-se o problema para mais adiante. Jogou-se a bomba para 2003, garantindo-se o pagamento dos compromissos brasileiros durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, com isso comprometendo-se o Governo a aumentar ainda mais o superávit primário, o que significa aumentarem-se os cortes sobre as despesas governamentais, inclusive na área social, porque sabemos que é uma balela negar que os cortes a atinjam. Atingem, Sr. Presidente, por vários meandros jurídicos, na própria execução orçamentária, no contingenciamento das dotações. Enfim, a área social também é atingida.

O propósito fundamental é dar continuidade e aprofundamento à política de combate à inflação pela via da derrubada da economia, pela via da recessão.

O caminho que o Governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional conhecem, e que afirmam ser o único, para combater a inflação é provocar a recessão, derrubar a economia, não deixar que ela cresça, porque qualquer crescimento pode ameaçar a meta inflacionária, o que não pode acontecer em hipótese alguma.

O resultado é esse: o Brasil estagnado. O Ministro Malan disse que não, que o Brasil está crescendo, e que resultados pífios foram os dos Governos anteriores, mas que, no Governo Fernando Henrique, não. Mal S. Ex^a tinha acabado de dizer isso, o IBGE apresenta os números da economia no segundo trimestre deste ano, que mostram um crescimento praticamente nulo, isto é, estamos, sim, estagnados, e caminhando para um crescimento negativo, para uma redução do PIB brasileiro, das atividades da economia nacional, que fatalmente acontecerão nos próximos dois trimestres, em decorrência não só da elevação dos juros, da freada nos gastos e do aumento do superávit primário, como também, agora, dos efeitos dos cortes de energia, que ainda não se fizeram sentir plenamente na apuração do segundo trimestre – mas que vão aparecer com muita força e substância nos trimestres seguintes.

Então, o quadro é este: fato consumado, meta inflacionária cumprida à custa da derrubada da economia, à custa de um sacrifício gigantesco e de um aumento do passivo externo extremamente perigoso, que aumenta consideravelmente a vulnerabilidade da economia nacional, mas que é jogado para o Governo seguinte com a maior irresponsabilidade.

Sr. Presidente, o Ministro Pedro Malan, por muitas vezes, enfatizou a questão da responsabilidade fiscal – a Lei da Responsabilidade Fiscal, a atitude da responsabilidade fiscal, a vitória da responsabilidade fiscal aprovada pelo Congresso Nacional e tudo o mais –, entretanto pratica a maior irresponsabilidade cambial, a maior irresponsabilidade social, a maior irresponsabilidade energética, a maior irresponsabilidade na área da segurança pública, isto é, a responsabilidade é somente fiscal. No mais, é a mais absoluta irresponsabilidade, inclusive na questão cambial, que foi retardada para explodir no início de 2003, porque todos os cálculos foram feitos milimetricamente para isso.

Sr. Presidente, a nossa indignação, bem como a popular, vai crescendo. O que está acontecendo no Paraná, com os jovens protestando contra a venda da empresa de energia elétrica, no fundo é fruto disso, é fruto da indignação da Nação brasileira contra esse

tipo de política. É a mesma indignação que moveu os manifestantes de Gênova e de Seattle, quer dizer, é a indignação contra a política neoliberal, que parece ser a única alternativa, como se não existisse outra.

O Ministro Malan fala sempre em nome da ciência e da verdade, como se fosse o portador da verdade e da verdade científica. S. Ex^a procura desqualificar qualquer contestação às suas decisões dizendo que os nossos pronunciamentos têm propósitos políticos. É uma tentativa de desqualificar qualquer crítica. Como se o seu pronunciamento não tivesse propósitos políticos, não tivesse o propósito de defender politicamente o Governo atual, que pratica essa política econômica desastrosa que vai levando o País para o buraco, que pratica essa irresponsabilidade gigantesca de criação de um passivo externo que será pago pelos próximos Governos.

Isso gera indignação sim, Sr. Presidente. O que pode esperar o Governo senão o crescimento de manifestações contra esse tipo de política? Depois, os cálculos de S. Ex^a podem dar errado, como aconteceu freqüentemente: as exportações brasileiras podem não crescer como eles imaginam – aliás, não vêm crescendo nada –, e a recessão mundial pode, ainda, derrubá-las; a crise argentina pode, realmente, explodir, embora eu não acredite, pois acho que, na última hora, o Fundo Monetário Internacional e o governo americano vão dar ajuda a conta-gotas, só para não deixar que o país entre na insolvência total e na bancarrota. Os investimentos estrangeiros já contraíram enormemente em comparação com os anos anteriores e com as expectativas do Governo, e podem contrair mais ainda. Até um problema gravíssimo, de natureza mundial, pode ocorrer. Como todos nós sabemos, a situação econômica e financeira do mundo não está nada tranquilizadora.

Tudo isso pode ocorrer. E, mais uma vez, falharemos as previsões do Governo para, outra vez, irmos ao Fundo Monetário. Não, Sr. Presidente, isso não vai ocorrer. Um novo acordo não ocorrerá! Se o Governo tiver que ir ao FMI e cortar mais, creio que a indignação popular vai levantar-se e exigir antecipação de eleições. A Nação brasileira não vai admitir outra rodada, de fato consumado, dessa irresponsabilidade que foi praticada por este Governo agora no seu final.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Ouço, com muita atenção e interesse, o Senador de Minas, José Alencar.

O Sr. José Alencar (PMDB – MG) – Eminentíssimo Senador Roberto Saturnino, é realmente notável a maneira como V. Ex^a aborda não somente este tema ligado à economia brasileira como também demonstra que tem cuidado permanente com as questões ligadas aos aspectos sociais do País. Estamos assistindo à maior transferência de renda de que se tem notícia na História brasileira oriunda do trabalho, da produção em benefício do sistema financeiro internacional. Digo que é da História brasileira. Remonto à era colonial, época em que houve um confisco tributário, denominado Quinto, que era um quinto do ouro extraído e devido à Coroa Portuguesa. Naquele tempo tal confisco acabou levando à Inconfidência Mineira, e o nosso protomártir da Independência foi esquartejado, sacrificando-se em defesa da economia brasileira. Mas o Quinto ou a Derrama significou muito menos do que aquilo que estamos vendo hoje. Só que hoje a forma não é tributária por razões óbvias: o Brasil não é mais colônia de Portugal. Infelizmente, no entanto, o Brasil continua colônia, e colônia do sistema financeiro internacional para o qual se transfere a renda da produção brasileira como nunca se viu antes. V. Ex^a falou em passivo externo líquido. O passivo externo líquido, hoje, monta a mais ou menos US\$400 bilhões. Considerando que o nosso PIB gira em torno de US\$500 bilhões, o passivo externo líquido hoje é quase 80% do PIB. Sobre esse passivo externo líquido pesa, em média, 15% de comprometimento de remessas, de divisas, parte como juros e parte como dividendos. Veja que 15% de 80% é igual a 12% do PIB. O Quinto representava 20% do ouro. O ouro, obviamente, é uma parcela preponderante do PIB, mas não é o PIB. Provavelmente, aqueles 20% sobre o ouro representassem coisa parecida com 4% ou 5% do PIB da época. Pois bem: hoje são 12% do PIB. Portanto, esse percentual é três vezes superior àquele que levou Tiradentes – e ele foi sacrificado por isso – a organizar a Conjuração Mineira. Veja V. Ex^a que o quadro se agravou muito, porque os homens que administram a Fazenda Nacional não levaram em consideração que o trabalho deles deve ser sempre considerado meio. O fim é sempre social, porque o fim é o homem. E se o País parar de crescer, ele não vai poder pagar a sua dívida amanhã. Por enquanto, ainda estamos em condições de receber esse alimento periódico, orientado e liderado pelo FMI. Esse alimento, de vez em quando, é oferecido aos países que ainda possuem muita carne para ser comida pelo sistema financeiro internacional. No momento em que essa carne se escassear, seremos relegados. Mas não sei

se o pior é continuarmos recebendo essa alimentação periódica ou sermos relegados. Sinceramente não sei o que seria pior. O que sei é que não podemos ficar de braços cruzados assistindo ao crescimento dos índices de desemprego, porque nada é mais cruel. O Brasil foi considerado a verdadeira terra prometida para onde vinham os italianos, os alemães, os japoneses, enfim, todos os povos, principalmente os portugueses, que queriam crescer conosco. Hoje estamos vendo jovens do meu Estado, de Governador Valadares, jovens de Caratinga, de Ubá, de Muriaé, de Leopoldina, de Cataguases demandando outros países como os Estados Unidos da América, para onde vão e ingressam até de forma clandestina, correndo riscos. Por quê? Porque não há oportunidade de trabalho em um País de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, de terra fértil, de subsolo rico e até desconhecido, de clima privilegiado, de povo bom, trabalhador, pacato, ordeiro, inteligente, versátil. Meu Deus do céu! Será que vamos continuar de braços cruzados, fazendo de conta que estamos administrando bem a nossa economia? Isso não pode continuar. Daí a razão pela qual precisamos que haja mudanças filosóficas na Administração Pública do nosso País. E isso vamos obter por meio da democracia, nas urnas, no voto. Precisamos voltar a encarar o nosso compromisso com a brasilidade, com o sentimento nacional, voltar a encarar o nosso compromisso com o social – porque o fim é o homem, o fim é o bem comum –, voltar a praticar, com absoluta intransigência, a probidade, no trato da coisa pública. É para esse tripé que precisamos conduzir a vida política brasileira. É por isto, Senador Roberto Saturnino, que trago a minha palavra de congratulação: pela forma com que sempre V. Ex^a encara tais problemas, com lucidez, com sua inteligência e principalmente com o compromisso social, inerente à personalidade de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Obrigado, Senador José Alencar. O aparte de V. Ex^a foi luminoso, antológico. O aparte de V. Ex^a, seguramente, valeu mais do que o meu discurso, porque trouxe à nossa consideração fatos passados que têm analogia com o processo que está ocorrendo hoje. Evidentemente que essa drenagem, essa sucção de recursos tem toda a analogia com a imposição do Quinto, do imposto sobre o ouro que a Coroa Portuguesa praticava no passado e que acabou produzindo a inconformidade absoluta e a rebelião popular. Tiradentes foi sacrificado, mas seu projeto de independência ultrapassou o seu sacrifício e acabou virando realidade. Esta inconformidade que estamos obser-

vando atualmente, que o Governo e o sistema financeiro mundial não querem ver, existe, está latente e vai crescendo junto com o passivo, que está sempre a crescer e que foi muito bem dimensionado por V. Ex^a. A qualquer financiamento novo que entre ou a qualquer venda de empresa nossa ao capital estrangeiro, o passivo cresce. Cresce e é empurrado para a frente de uma forma tal que sua resolução de viabilidade será muito difícil.

Confiamos, em primeiro lugar, no espírito de justiça do povo brasileiro, no espírito de dignidade e de integridade e no espírito de preservação da soberania. O Brasil, seguramente, irá rebelar-se contra isso. Talvez sejamos o único País em condições de fazê-lo de uma forma sob a qual se possa conduzir, com viabilidade, a um processo que levará à alteração das regras do sistema financeiro internacional.

Estou absolutamente certo. Essa atitude irresponsável do Governo atual, de empurrar com a barriga e de jogar a bomba para explodir no início do governo seguinte, terá como consequência a atitude de contestar e de enfrentar, por meio de negociações duras, negociações para as quais o Brasil tem competência – já demonstrou que tem extrema competência em negociação internacional e vai exercitá-la seguramente a partir do próximo governo –, as decisões e medidas que estão sendo tomadas da maneira mais irresponsável.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Já estou encerrando, Sr. Presidente. Ouço o aparte do Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, encerrarei.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a chama a atenção do povo brasileiro para a maneira distorcida com que o Ministro Pedro Malan diagnosticou nossos problemas e afirmou que estávamos crescendo em nível satisfatório. O próprio IBGE, ontem, revelou que as taxas de crescimento estão muito aquém da potencialidade. V. Ex^a chama a atenção corretamente para o fato de que seria próprio que houvesse uma política econômica responsável para manter os preços estáveis, sem que fosse necessário fazer uso da recessão e de um número tão grande de pessoas desempregadas. Também chamo a atenção para aquilo que parece ser uma distorção, na visão do que seja responsabilidade fiscal e, ao mesmo tempo, do ponto de vista social. Nesse sentido, chamo a atenção para algo estranho. Perguntei aos Ministros Pedro Malan e Martus Tavares e ao Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, se

poderiam dar uma estimativa do volume de juros pagos pelo setor público da União, dos Estados e dos municípios, somados, uma vez que, pelas contas nacionais de 1999, essa soma havia sido de R\$86 bilhões. Eles disseram que não sabiam responder prontamente. Hoje, segundo o jornal **Folha de S.Paulo**, o Ministério do Planejamento divulgou as despesas previstas de juros em 2000 e 2001. Alerta o jornal que as despesas com juros é a segunda maior no próprio período Fernando Henrique Cardoso para o ano 2001. Eu gostaria que os Ministros nos dessem uma informação precisa não apenas sobre esse montante, mas sobre um outro aspecto sobre o qual perguntei aos Ministros Pedro Malan e Martus Tavares e ao Presidente Armínio Fraga não souberam de pronto responder. É o seguinte: quantas são as pessoas que recebem os juros pagos tanto da dívida interna quanto da dívida externa brasileira? Porque, a certa altura de sua exposição, o Ministro Pedro Malan mencionou que precisaríamos ter responsabilidade com respeito aos gastos e à quantidade de pessoas beneficiadas por aqueles gastos e, na medida em que os juros pagos correspondem, hoje, ao segundo maior item de despesa pago pelo setor público brasileiro, senão próximo do primeiro, como ocorreu em 1999, seria próprio – e ambos disseram que se trata de um número relevante que precisavam saber. Senador Roberto Saturnino, condizente com a reflexão de V. Ex^a, eu gostaria de formular um requerimento de informações – quem sabe V. Ex^a possa elaborá-lo comigo – para que os Ministros nos informem com precisão: quantas são as pessoas jurídicas e físicas no Brasil e no exterior. Peço que eles façam a estimativa correta dos que recebem direta e indiretamente e nos informem para que tenhamos consciência disso. Esse montante de juros é pago para quantas pessoas? Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, vamos fazê-lo juntos. É evidente que o Banco Central tem condições, se não de nos fornecer exatamente esse montante, mas com uma estimativa bastante aproximada. Poderemos obter isso, e vamos insistir nesse ponto, porque um dos argumentos que têm sido usados é o seguinte: "Porque os beneficiários dos juros não são os bancos, são os tomadores, e os tomadores são em grande número". Mas que grande número? Duvido desse grande número. Estou com V. Ex^a, acredito que esse número é pequeno em termos relativos. Temos que obrigar o Governo a nos dar essa informação, porque há elementos para nos informarem.

Agradeço a V. Exª pelo aparte.

Vou encerrar, Sr. Presidente. O Senador Eduardo Suplicy lembrou, o Ministro quis responder ao Senador Ademir Andrade, que declarou que os resultados eram pífios, e S. Exª quis dizer que não eram pífios, que eram do passado. Mas o IBGE, dois dias depois, desmente a resposta do Ministro Pedro Malan ao Senador Ademir Andrade, mostrando a realidade do País.

Agradeço atenção de todos e de V. Exª, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Mauro Miranda, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Moreira Mendes.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSB, por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço para usar da palavra como Líder, pelo PFL, devidamente autorizado pelo Senador Hugo Napoleão, por dois minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também peço a palavra como Líder, pelo PMDB, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Prorogo a Hora do Expediente, por quinze minutos, para atender as inscrições, na seguinte ordem: Senadores

Ademir Andrade, Romeu Tuma, Ney Suassuna e, em seguida, os Senadores Lúcio Alcântara, Roberto Requião e Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Fui, se não o primeiro, o segundo a me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Pedi a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Senador Roberto Requião, as Lideranças têm preferência sobre os demais.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Ah! é o golpe da Liderança. Sim, como não?!

O SR. PRESIDENTE (Moreira Mendes) – Com a palavra o Senador Ademir Andrade.

S. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, desejo que o nobre Senador Roberto Requião torne-se Líder imediatamente, e o PSB está de portas abertas para S. Exª.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, falarei muito rapidamente, mas quero alertar esta Casa e o Brasil para uma nova e possível crise que está sendo criada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. É a crise no saneamento básico.

Hoje vivemos a crise energética pela imprevidência do Governo, que deixou de investir para cumprir seus compromissos com a dívida externa brasileira, que tirou dinheiro do povo para pagar os juros dessa dívida monstruosa. E, com a diminuição dos investimentos, o Brasil encontra-se em extrema dificuldade no setor produtivo e na geração de emprego, em função de ser obrigado a reduzir o consumo de energia. O País não tem mais como ofertar energia ao setor produtivo e às famílias de maneira geral, prejudicando o próprio desenvolvimento nacional.

Para piorar a situação, Sr. Presidente, o problema que se avizinha é mais grave ainda do que a crise de energia. Trata-se da crise no setor de saneamento, pela falta de investimentos na construção de esgotos e na distribuição de água potável, acarretando riscos à saúde e aumentando o índice de mortalidade infantil. Por isso, do ponto de vista da saúde pública, é mais grave do que a crise energética que estamos vivendo.

E chamo a atenção para um fato, Sr. Presidente, tratado com mais detalhes num pronunciamento que já entreguei à Mesa para ser dado como lido: ao longo dos seis anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, os recursos destinados ao setor de saneamento básico têm diminuído a cada ano. Só para se ter uma idéia, no último ano, os recursos estipulados para o saneamento foram da ordem de R\$260 milhões, valor absolutamente insignificante. Desse total, foram liberados apenas R\$128,5 milhões. Apesar de o superávit primário já ter atingido R\$30 bilhões até 30 de junho deste ano, até agora o Governo liberou apenas 0,03% do que está no Orçamento de 2001 para o saneamento básico, ou seja, o Governo liberou menos de 1% do previsto no Orçamento! Isso poderá acarretar uma crise de extrema gravidade, Sr. Presidente.

Estou chamando a atenção para isso e pretendo vir à tribuna para discutir, por um período mais longo, a manifestação do Ministro Malan diante das nossas argumentações e diante dos dados apresentados quando o argüimos sobre o acordo com o Fundo Monetário Internacional e sobre a forma como S. Ex^a pretende construir um milagre para pagar essa dívida. Na verdade, não existe milagre, e S. Ex^a não vai pagar, mas, sim, afundar o País, da forma como está atuando. Pretendo discutir mais profundamente esse tema, já que na Comissão houve apenas cinco minutos para indagação e mais dois minutos para réplica, o que é muito pouco.

Diante do exposto, deixo esse alerta à Casa sobre a possibilidade de crise no saneamento básico brasileiro e na distribuição de água potável às populações do nosso País, o que considero muito mais grave do que a crise energética atual.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ADEMIR ANDRADE EM
SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO:**

DO SENADOR ADEMIR ANDRADE (PSB – PA)
(No Plenário do Senado, de de 2001)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a imprevidência e a incompetência do Governo Federal que nos trouxeram a crise do fornecimento de energia elétrica, pela qual estamos atualmente passando, servem de alerta para o que pode vir a ocorrer também em outros setores. E o caso, sem qualquer sombra de dúvida, de um setor primordial para a saúde da população brasileira: o saneamento; incluídos, sob esse título, tanto a água quanto o esgoto.

O paralelo aqui é legítimo e se impõe pela força dos fatos. No setor de saneamento, a exemplo do setor de energia elétrica,

os investimentos públicos estagnaram-se em função, primeiro, de uma mentalidade de contador que acomete o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, obcecado por obtenção de superávit nas contas públicas exigidas nos acordos como o FMI e pouco atento para as necessidades reais da população brasileira e, segundo, de uma ansiosa espera por um processo de privatização que está emperrado por dificuldades políticas e por falta de consenso, na sociedade, sobre sua conveniência. Enquanto isso, os serviços já instalados de água e de esgoto vão se deteriorando, e não se investe na expansão dos serviços. E, então, anunciando ser cada vez mais próximo um colapso no fornecimento dos serviços de saneamento, a bomba-relógio de mais uma crise vai fazendo sua contagem regressiva.

Se verificarmos a execução orçamentária do ano de 2000, fica mais claro compreender o que estou afirmando. Além de insignificante o volume de recursos destinados para a função **saneamento**, algo em torno de R\$260 milhões de reais, foram efetivamente aplicados menos da metade daquilo que foi orçado. Para ser exato, o governo gastou apenas R\$128,5 milhões. Em relação ao autorizado para este ano, até o dia 8 de agosto, foram aplicados em saneamento apenas 0,03% do previsto, ou seja, praticamente nada.

Infelizmente as consequências de uma crise, de um colapso no fornecimento de serviços de saneamento são, do ponto de vista da população mais pobre, muito mais graves do que no caso da energia elétrica. Pois sabe-se que, quando a população dispõe de água e de esgoto tratado, a ocorrência de doenças é muito menor. A mortalidade infantil, por exemplo, está diretamente relacionada com saneamento básico. Portanto, o colapso do sistema de saneamento trará doença e morte e atingirá em cheio a população pobre, em especial a que mora nas periferias das cidades, e não apenas escuridão e queda na produção, como no caso da crise de energia elétrica.

Senhor Presidentes, Senhoras e Senhores Senadores, considero imensamente equivocado o modelo que o Governo Federal prepara para a privatização do setor de saneamento. Não creio que a iniciativa privada, voltada para a maximização do lucro, consiga acelerar a cobertura dos serviços de saneamento no País, nem que tenha algum interesse nisso. Diz-se, erradamente ou, pelo menos, parcialmente de forma errada, que o Estado tem sido incompetente para promover a universalização dos serviços. Isso é parcialmente verdadeiro ou, o que é dizer o mesmo, é parcialmente falso. Pois vejamos. No Brasil, 91% da população têm acesso a água tratada. Estamos, portanto, próximos à universalização do serviço. Não resta dúvida, porém, que essa percentagem esconde grandes diferenças entre as regiões brasileiras e a região Norte, onde situa o Estado que represento, que é uma das mais prejudicadas. Mas, de qualquer forma, tomemos o dado como válido. O problema é quando analisamos os dados sobre esgoto. Os dados são os seguintes: 53% da população brasileira têm acesso a coleta de esgoto e somente 13%, a tratamento de esgoto. Convenhamos: e muito pouco; são índices baixíssimos.

Destarte, poderíamos afirmar, com a ressalva que já fiz quanto às desigualdades regionais, que o Estado tem sido competente para resolver o problema da água, mas incompetente em relação ao esgoto.

Repito que não vejo como o setor privado possa universalizar o serviço de esgotamento sanitário. Como sabemos, o empreendimento voltado para o lucro investe somente nas áreas mais ricas e mais próximas do sistema já instalado. São essas

que dão lucro. As localidades pobres ou distantes ficarão ainda mais abandonadas.

Argumenta-se que o modelo regulatório das agências resolveria essa aparente contradição, uma vez que a concessão dos serviços de saneamento seriam realizadas sem ônus, mas com o compromisso de universalização do sistema. Penso ser grande ingenuidade acreditar nisso. Pois as agências, como podemos atestar pelas que já existem em outros setores, são altamente permeáveis aos interesses das empresas que supostamente devem regular. Mais cedo ou mais tarde, acabam por prevalecer os interesses e as demandas das empresas privadas. São uma espécie assim de Banco Central, mais voltado para satisfazer os interesses do mercado financeiro do que para os do povo brasileiro.

Acredito, sim, na retomada dos investimentos públicos no setor de saneamento! Defendo a rejeição pelo Congresso da proposta do Governo que quer privatizar o setor de saneamento e entregá-lo a grandes multinacionais, inclusive para honrar memorando assinado com o FMI, em março de 1999 e provavelmente ratificada agora em 2001, numa clara demonstração da facilidade com que se hipoteca nossa soberania!

O saneamento deve ser política pública realizada pelo Poder Público, cuja motivação deve ser a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, e não um negócio lucrativo para encher o bolso de meia dúzia de grandes capitalistas internacionais!

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Moreira Mendes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, Presidente Interino.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo aos Líderes dos demais Partidos para que o Senador Roberto Requião possa usar da palavra, em virtude da gravidade dos fatos que estão ocorrendo neste instante na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos extremamente preocupados com as agressões violentas contra Parlamentares ocorridas naquela Assembléia. Creio ser necessário que o Congresso Nacional designe uma comissão de Senadores que, juntamente com os do Paraná, possa garantir os direitos constitucionais daqueles Parlamentares. Talvez deva ser feito um apelo neste sentido ao Presidente do Congresso Nacional.

Portanto, dada a relevância do assunto e tendo em vista que os Senadores Roberto Requião e Osmar Dias estão bem a par dos fatos, pediria aos demais Líderes que dessem preferência às palavras

do Senador Roberto Requião, para que S. Ex^a expusesse, com precisão, a gravidade do que está ocorrendo neste instante na Assembléia Legislativa do Paraná.

É a questão de ordem que formulo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a, em rigor, não formula nenhuma questão de ordem. O Senador Roberto Requião está inscrito para uma breve comunicação e, no momento próprio, S. Ex^a será atendido. E os Líderes ouviram o apelo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, como Líder do PFL, por cinco minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL SP) – Sr. Presidente, se V. Ex^a quiser dar a palavra ao Senador Roberto Requião, eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Fale V. Ex^a como Líder, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL SP. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preliminarmente queria cumprimentar V. Ex^a pelas reuniões que tem feito com os Presidentes das Comissões e com as Lideranças. Anteontem, o Senador Bernardo Cabral – a quem cumprimento pelo discurso, usando da tribuna, teve a oportunidade de mostrar a qualidade dos membros deste Senado, mas não obteve nenhuma repercussão na imprensa. Dessa forma, faço um apelo para que possamos mostrar à imprensa a qualidade dos trabalhos que têm sido feitos por esta Casa em serviço da sociedade brasileira e da Pátria.

Contudo, o assunto que desejo tratar aqui com a devida autorização do Senador Hugo Napoleão, a quem comuniquei o fato, refere-se ao Deputado Jair Bolsonaro, que estranhamente tem feito ataques pessoais e indevidos à minha vida pública. Rejeito, com toda a veemência, as palavras que S. Ex^a tem usado para denegrir a minha imagem, por ter sido eu designado Relator da medida provisória que regulamenta os vencimentos dos militares.

Algumas informações irreais têm sido passadas àqueles que deram praticamente a sua vida à serviço da Pátria, exercendo uma profissão difícil, sendo designados para diversas missões e sofrendo deslocamentos cujas consequências são sofridas pelas suas famílias. Por isso, esses brasileiros não merecem receber informações que não sejam reais.

Diz agora o Deputado Jair Bolsonaro, em plenário da Câmara, que tenho recebido **e-mails** dos militares contendo ponderações sobre alguns dos artigos da medida provisória que prejudicam os que estão na

iminência de passar para a reserva ou mesmo para os que já estão na reserva remunerada. Absolutamente, nunca respondi a um **e-mail** nos termos em que S. Ex^a disse, ou seja, de que os chefes militares estariam satisfeitos com a medida provisória e, portanto, não haveria o que reclamar. Não é verdade! Essas informações são distorcidas e não correspondem à realidade. Faço um apelo a esses militares da reserva para que procurem conversar comigo.

Sr. Presidente, quero esclarecer que essa medida provisória tem mil emendas. E a Mesa já me informou, como também as assessorias, que qualquer emenda em medida provisória ou projeto de lei de iniciativa de parlamentar não pode criar ou aumentar despesa. Então, essas emendas têm que ser negociadas com a área econômica do Governo. E é o que estou fazendo. Tive duas reuniões com a área econômica – numa das quais estava presente o Ministro da Defesa, que também foi agredido pelo Deputado – para tentar modificar dois ou três aspectos que considero importantíssimos, e o Ministro da Defesa também foi agredido quando esteve presente.

Creio que há uma dose de injustiça nas medidas que estão sendo tomadas, mas isso pode ser corrigido. Tenho conversado com chefes militares. Não é verdade que eles estão indiferentes. Há uma angústia profunda, mas, como a disciplina é preponderante na área militar – pela qual tenho respeito e amor, pois fui oficial da Reserva; tenho orgulho de ser coerente com os serviços que o Exército tem prestado à Pátria –, não posso aceitar as agressões gratuitas desse homem, que, como militar, deveria respeitar a hierarquia, sem perder a independência de parlamentar. Mas a independência de parlamentar não lhe dá o aval de agredir as pessoas com pronunciamentos indevidos e falsos.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Serei rápido, porque sei que o tempo é da Liderança. V. Ex^a fala como Líder, portanto da responsabilidade de um Partido, mas conheço V. Ex^a há mais de vinte anos e não posso ouvir calado as agressões que está recebendo de um cidadão que deveria ter o comportamento de um parlamentar, sobretudo por pertencer à outra Casa do Congresso Nacional. Quero que V. Ex^a receba a minha solidariedade. O repúdio que V. Ex^a está a registrar merece ser devidamente avalizado por todos

nós. V. Ex^a tem sido aqui um guardião da cidadania, por isso não merece insultos dessa natureza.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador Bernardo Cabral. V. Ex^a, como relator da Constituição e seu conhecedor profundo, sabe que o que estou falando representa a verdade. Sempre respeitei qualquer cidadão, até os presos que ficaram sob minha custódia. Jamais faltaria com o respeito a um Deputado eleito pela vontade popular. Agora, exijo que S. Ex^a me respeite também. Não posso admitir, em nome da representação do Senado de que faço parte, que S. Ex^a venha a agredir indevidamente qualquer membro desta Casa

O Senador Federal já está sofrendo demais, para receber de membros da outra Casa qualquer tipo de agressão indevida.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Romeu Tuma, gostaria de me solidarizar com V. Ex^a e dizer que faço minhas as palavras do nobre Senador Bernardo Cabral. Realmente, não só V. Ex^a, como também esta Casa merecem respeito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Estou realmente surpreso com essa denúncia, principalmente por se tratar de um ataque a uma pessoa respeitada em todo o Brasil por sua seriedade. O País inteiro conhece o posicionamento sério de V. Ex^a, tem respeito por sua atitude política e vem demonstrando isso ao longo do tempo. Acredito que a irresponsabilidade prevalece nesse pronunciamento do Deputado, que é conhecido por essas agressões. S. Ex^a faz crescer a sua carreira, principalmente com base em agressões e denúncias, na maioria das vezes, vazias. E, agora, atinge uma pessoa por quem temos o maior respeito. Quero solidarizar-me com os Senadores que me antecederam, principalmente com o Senador Bernardo Cabral, e dar meu apoio integral a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Lindberg Cury.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Romeu Tuma, como colega de Partido e companheiro de Senado, conhecedor do seu comportamento e do seu passado, quero solidarizar-me com V. Ex^a, neste momento em que é injustamente agredido. Como bem disse o Senador Lindberg Cury, o Deputado que o agride já está "manjado": é contumaz nesse ataque à honra das pessoas, sem preocupação de buscar a verdade. Portanto, embora V. Ex^a tenha razão de estar indignado, as agressões, partindo do referido Deputado, com certeza, não atingem a honra de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, para encerrar, faço um apelo a esse Deputado. Ao fazer um trabalho deletério, agredindo os chefes militares, prejudica a possibilidade de negociação, porque promove a revolta e indignação dos chefes militares, que estão preocupados em resolver esse problema. Não há indiferença. É absolutamente falsa a notícia que S. Ex^a tenta passar para aqueles militares, que têm esperança de ver resolvidos os seus problemas.

Estamos caminhando. Tenho tido o apoio do meu Partido e faço um apelo ao Governo, para que reveja a medida provisória, a fim de corrigir, dentro das possibilidades orçamentárias e econômicas, algumas falhas e levar calma à área militar.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Desejo apenas expressar solidariedade a V. Ex^a, de resto, desnecessária, porque penso que V. Ex^a a tem de toda a Casa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Fui também procurado e, especificamente sobre o mérito, encaminhei reivindicações a V. Ex^a, porque alguns militares julgam que tiveram um aumento ridículo – e não se trata de militares de patente elevada, mas de sargentos e cabos. Sei que V. Ex^a está atuando nisso e está considerando as solicitações feitas, mas as coisas não se resolvem assim, com tanta simplicidade, nem com voluntarismo, palavras e agressões. V. Ex^a tem meu apoio e solidariedade para agir como Relator, no sentido de mostrar ao Governo que, em certos casos, praticamente, não houve aumento. Essa é a

verdade. Se V. Ex^a quiser falar sobre isso, eu o ouvirei com grande prazer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Eu tentarei explicar. Com o aumento, os oficiais não superiores que passarem para a reserva perderão vantagens, e os sargentos e cabos perderão uma boa parte do aumento, já que terão a alíquota aumentada, se a tabela do Imposto de Renda não for corrigida. Além disso, há a expectativa de que passarão a pagar a Previdência.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, serei rápido. Apenas não poderia furtar-me, nesta hora, como Líder do Governo no Senado, de também prestar a minha solidariedade a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, apesar de entender que toda a Casa conhece a sua história, o que tornaria até dispensável o meu aparte. Mas penso que, em um momento como este, temos que fechar um posicionamento no Senado e mostrar a responsabilidade e a seriedade que esta Casa tem tido no trato dessa questão, que V. Ex^a tão bem está encaminhando. V. Ex^a tem sido competente e responsável em todas as matérias que relata, tem mostrado uma visão social ímpar, de forma que os projetos sejam cada vez mais justos e atinjam a maior parte da população. Portanto, Senador Romeu Tuma, quero lamentar as colocações do Deputado e dizer que V. Ex^a tem uma história muito maior do que a alegação ou a ação tresloucada de qualquer membro menor do Congresso Nacional. V. Ex^a tem o reconhecimento da Casa, do povo de São Paulo e de todo o País. Meus parabéns pelo seu trabalho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

Comprometo-me, perante esta Casa, em continuar trabalhando, para encontrar a equação que trará de volta a tranquilidade na área militar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, como Líder, por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de quando em quando, tenho vindo a esta tribuna, para criticar o Governo em algumas ações. Mas, quando as ações são produtivas, importantes para a economia do País como um todo ou para parte dele, é preciso que nos posicionemos e façamos os elogios condizentes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Romeu Tuma, como colega de Partido e companheiro de Senado, conhecedor do seu comportamento e do seu passado, quero solidarizar-me com V. Ex^a, neste momento em que é injustamente agredido. Como bem disse o Senador Lindberg Cury, o Deputado que o agride já está "manjado": é contumaz nesse ataque à honra das pessoas, sem preocupação de buscar a verdade. Portanto, embora V. Ex^a tenha razão de estar indignado, as agressões, partindo do referido Deputado, com certeza, não atingem a honra de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, para encerrar, faço um apelo a esse Deputado. Ao fazer um trabalho deletério, agredindo os chefes militares, prejudica a possibilidade de negociação, porque promove a revolta e indignação dos chefes militares, que estão preocupados em resolver esse problema. Não há indiferença. É absolutamente falsa a notícia que S. Ex^a tenta passar para aqueles militares, que têm esperança de ver resolvidos os seus problemas.

Estamos caminhando. Tenho tido o apoio do meu Partido e faço um apelo ao Governo, para que reveja a medida provisória, a fim de corrigir, dentro das possibilidades orçamentárias e econômicas, algumas falhas e levar calma à área militar.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Desejo apenas expressar solidariedade a V. Ex^a, de resto, desnecessária, porque penso que V. Ex^a a tem de toda a Casa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Fui também procurado e, especificamente sobre o mérito, encaminhei reivindicações a V. Ex^a, porque alguns militares julgam que tiveram um aumento ridículo – e não se trata de militares de patente elevada, mas de sargentos e cabos. Sei que V. Ex^a está atuando nisso e está considerando as solicitações feitas, mas as coisas não se resolvem assim, com tanta simplicidade, nem com voluntarismo, palavras e agressões. V. Ex^a tem meu apoio e solidariedade para agir como Relator, no sentido de mostrar ao Governo que, em certos casos, praticamente, não houve aumento. Essa é a

verdade. Se V. Ex^a quiser falar sobre isso, eu o ouvirei com grande prazer.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Eu tentarei explicar. Com o aumento, os oficiais não superiores que passarem para a reserva perderão vantagens, e os sargentos e cabos perderão uma boa parte do aumento, já que terão a alíquota aumentada, se a tabela do Imposto de Renda não for corrigida. Além disso, há a expectativa de que passarão a pagar a Previdência.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ouço V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, serei rápido. Apenas não poderia furtar-me, nesta hora, como Líder do Governo no Senado, de também prestar a minha solidariedade a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, apesar de entender que toda a Casa conhece a sua história, o que tornaria até dispensável o meu aparte. Mas penso que, em um momento como este, temos que fechar um posicionamento no Senado e mostrar a responsabilidade e a seriedade que esta Casa tem tido no trato dessa questão, que V. Ex^a tão bem está encaminhando. V. Ex^a tem sido competente e responsável em todas as matérias que relata, tem mostrado uma visão social ímpar, de forma que os projetos sejam cada vez mais justos e atinjam a maior parte da população. Portanto, Senador Romeu Tuma, quero lamentar as colocações do Deputado e dizer que V. Ex^a tem uma história muito maior do que a alegação ou a ação tresloucada de qualquer membro menor do Congresso Nacional. V. Ex^a tem o reconhecimento da Casa, do povo de São Paulo e de todo o País. Meus parabéns pelo seu trabalho.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

Comprometo-me, perante esta Casa, em continuar trabalhando, para encontrar a equação que trará de volta a tranquilidade na área militar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, como Líder, por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de quando em quando, tenho vindo a esta tribuna, para criticar o Governo em algumas ações. Mas, quando as ações são produtivas, importantes para a economia do País como um todo ou para parte dele, é preciso que nos posicionemos e façamos os elogios condizentes.

Ontem, foi assinada, no Palácio Planalto, a duplicação da BR-101. Essa é a rodovia costeira que sai da Bahia e vai até o Rio Grande do Norte. Queria não só louvar essa ação porque ela é muito importante, esta Transnordestina vai ser uma coluna vertebral para toda aquela parte do Nordeste, mas, mais que isso, Sr. Presidente, porque vai ser iniciada em vários lugares: a obra se inicia em Sergipe, mas teremos um canteiro na Paraíba e também no Rio Grande do Norte.

Fiquei muito feliz com essa iniciativa e não poderia deixar de dizer, de público, que essa era uma grande aspiração do povo nordestino e, como tal, estamos felizes e vibrando porque, com certeza, será de grande importância para o turismo, para a nossa economia, unindo mais ainda Estados irmãos que, dessa forma, poderão fazer um intercâmbio comercial e turístico muito mais efetivo.

Por isso, Sr. Presidente, venho à tribuna para saudar o Presidente da República por esta ação de dar início a uma obra que era o sonho de todo aquele pedaço de Nordeste.

Obrigado.

Era isso o que eu queria dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Prorrogo a Hora do Expediente por quinze minutos para ouvir as comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara por cinco minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, meu desejo é chamar a atenção da Casa para a medida provisória que altera a relação dos consumidores com os chamados planos de seguro de saúde. É uma matéria que está gerando uma grande celeuma, pois, aparentemente, restringe direito dos usuários, dos consumidores, coloca barreiras que dificultam o acesso a esses planos, a esses seguros. Temos que estudar isso, evidentemente, com o cuidado que a matéria exige, mas, sem dúvida nenhuma, pelo que se ouve, pelo que se lê, há uma perplexidade na sociedade em relação a essa medida provisória.

Hoje mesmo já se admite que o próprio Governo vai rever certos pontos dessa medida provisória, o que vejo como lição de maturidade e de reconhecimento de que enveredou por um caminho que não é o mais recomendável.

A Comissão de Assuntos Sociais, ontem, designou um grupo, do qual fazemos parte, o Senador Sebastião Rocha, eu, o Senador Althoff, o Senador Tião Viana, para, em contato com a comissão congênere da Câmara, estudarmos a medida, além da Comissão Especial da medida provisória, para que ela possa ser ajustada à nossa realidade.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço o Senador Ney Suassuna e, em seguida, o Senador Romero Jucá, como aparteantes.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Lúcio Alcântara, este é um tema da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não há apartes neste período de comunicação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Então, deixo a critério de V. Ex^a o rigor para com os meus colegas, porque a Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço ao Líder do PMDB que seja breve.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Serei breve, nobre Presidente. Apenas para dizer que são 40 milhões de pessoas que um governo, em algumas ações, às vezes impensadas, apertou tanto que está matando; várias já faliram, e o Governo não tem condição de assumir isso. Por isso, penso que temos que nos aprofundar neste debate.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para prestar uma informação relevante ao País e aos telespectadores que estão nos ouvindo. O Senador Lúcio Alcântara levantou um tema extremamente importante, está na pauta do dia. Eu gostaria de fazer duas observações. Primeiro, dizer que durante este Governo nós avançamos muito...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – É verdade.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – ...na regulamentação dos planos de saúde. Essa questão dos planos de saúde era uma bagunça até o Governo do Presidente Fernando Henrique. Existem ainda medidas a serem tomadas, mas conseguimos ganhar muito, inclusive com a defesa de muitos direitos para

Ontem, foi assinada, no Palácio Planalto, a duplicação da BR-101. Essa é a rodovia costeira que sai da Bahia e vai até o Rio Grande do Norte. Queria não só louvar essa ação porque ela é muito importante, esta Transnordestina vai ser uma coluna vertebral para toda aquela parte do Nordeste, mas, mais que isso, Sr. Presidente, porque vai ser iniciada em vários lugares: a obra se inicia em Sergipe, mas teremos um canteiro na Paraíba e também no Rio Grande do Norte.

Fiquei muito feliz com essa iniciativa e não poderia deixar de dizer, de público, que essa era uma grande aspiração do povo nordestino e, como tal, estamos felizes e vibrando porque, com certeza, será de grande importância para o turismo, para a nossa economia, unindo mais ainda Estados irmãos que, dessa forma, poderão fazer um intercâmbio comercial e turístico muito mais efetivo.

Por isso, Sr. Presidente, venho à tribuna para saudar o Presidente da República por esta ação de dar início a uma obra que era o sonho de todo aquele pedaço de Nordeste.

Obrigado.

Era isso o que eu queria dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Prorrogo a Hora do Expediente por quinze minutos para ouvir as comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara por cinco minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, meu desejo é chamar a atenção da Casa para a medida provisória que altera a relação dos consumidores com os chamados planos de seguro de saúde. É uma matéria que está gerando uma grande celeuma, pois, aparentemente, restringe direito dos usuários, dos consumidores, coloca barreiras que dificultam o acesso a esses planos, a esses seguros. Temos que estudar isso, evidentemente, com o cuidado que a matéria exige, mas, sem dúvida nenhuma, pelo que se ouve, pelo que se lê, há uma perplexidade na sociedade em relação a essa medida provisória.

Hoje mesmo já se admite que o próprio Governo vai rever certos pontos dessa medida provisória, o que vejo como lição de maturidade e de reconhecimento de que enveredou por um caminho que não é o mais recomendável.

A Comissão de Assuntos Sociais, ontem, designou um grupo, do qual fazemos parte, o Senador Sebastião Rocha, eu, o Senador Althoff, o Senador Tião Viana, para, em contato com a comissão congênere da Câmara, estudarmos a medida, além da Comissão Especial da medida provisória, para que ela possa ser ajustada à nossa realidade.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço o Senador Ney Suassuna e, em seguida, o Senador Romero Jucá, como aparteantes.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Lúcio Alcântara, este é um tema da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não há apartes neste período de comunicação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Então, deixo a critério de V. Ex^a o rigor para com os meus colegas, porque a Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço ao Líder do PMDB que seja breve.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Serei breve, nobre Presidente. Apenas para dizer que são 40 milhões de pessoas que um governo, em algumas ações, às vezes impensadas, apertou tanto que está matando; várias já faliram, e o Governo não tem condição de assumir isso. Por isso, penso que temos que nos aprofundar neste debate.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para prestar uma informação relevante ao País e aos telespectadores que estão nos ouvindo. O Senador Lúcio Alcântara levantou um tema extremamente importante, está na pauta do dia. Eu gostaria de fazer duas observações. Primeiro, dizer que durante este Governo nós avançamos muito...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – É verdade.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – ...na regulamentação dos planos de saúde. Essa questão dos planos de saúde era uma bagunça até o Governo do Presidente Fernando Henrique. Existem ainda medidas a serem tomadas, mas conseguimos ganhar muito, inclusive com a defesa de muitos direitos para

os usuários dos planos de saúde. Com relação à questão específica levantada pelo Senador Lúcio Alcântara, devo registrar, como S. Ex^a mencionou, que esses pontos que foram levantados pelas sociedades médicas e pelos órgãos de defesa do consumidor, que o Governo, maduramente, está retirando da medida provisória e está encaminhando um projeto de lei ao Congresso para aqui ser discutido e a partir daí termos um caminho melhor para atender à sociedade, sem gerar nenhum prejuízo e sem apressar qualquer ação que possa prejudicar a sociedade.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)

– Sr. Presidente, creio que uma leve escoriação no Regimento foi importante para que os telespectadores tomassem conhecimento de que o assunto está sendo revisto pelo Governo. Nós vamos deliberar a respeito e, certamente, como temos feito, de acordo com o que for melhor para o interesse público. Vamos também procurar o equilíbrio econômico dessas relações. É preciso reconhecer que não havia legislação nenhuma a respeito, salvo aquelas letras miúdas dos contratos, que ninguém lia e que depois todos eram surpreendidos com cláusulas muitas vezes leoninas, que deixavam o consumidor, o usuário, numa situação de absoluta insegurança e desprotegido em relação a essas empresas ou a esses planos de seguro de saúde.

Assim, Sr. Presidente, fica o registro de que não concordamos com isso e fazemos coro com as organizações de defesa do consumidor, com as associações médicas, porque estão sendo ali introduzidos elementos que desequilibram essa relação. Portanto, ferem o direito do consumidor e dos usuários.

Espero que a retirada dessas medidas do texto do documento do Governo faça com que todos fiquem mais tranquilos e seguros de que seus direitos estão sendo respeitados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião para uma comunicação, por 5 minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na Assembléia Legislativa do Paraná, Deputados apanham da Polícia Militar, convocada pelo Governo para evitar a vitória da primeira lei de iniciativa popular levada a um parla-

mento brasileiro contra a venda da Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Mas sobre isso nós, Senadores do Paraná, falaremos com maior profundidade durante o pronunciamento do Senador Osmar Dias, que, com esse objetivo, já se encontra inscrito.

No momento, Sr. Presidente, quero abordar três fatos sumamente importantes. O primeiro deles abordando um trecho do editorial do **Jornal do Brasil** de hoje. O título é "Tempo perdido", e lá pelas tantas o editorial diz o seguinte:

"Com a globalização é necessário agir rápido para evitar crises financeiras internacionais. Por isso, causa espanto a opinião do Senador Roberto Requião (PMDB-PR): 'o acordo com o FMI é como injetar cocaína na veia. O efeito passa rápido. A verdade é que o Brasil vai ser a Argentina até dezembro.'"

Eu não disse exatamente isso. Disse que a Argentina é o Brasil da semana que vem.

Prossegue o **Jornal do Brasil**:

"Como se vê, o Senador pelo Paraná, além de conhecer o efeito da cocaína na veia, deseja o pior para a economia brasileira."

Esses crápulas do **Jornal do Brasil** insinuaram que sou consumidor ou já consumi cocaína. É com esse nível de licença, de agressão e de patifaria que se comporta a imprensa brasileira. Não é a primeira vez que o **Jornal do Brasil** faz isso. Trabalha lá um tal Alberto Dines – que era reitor da Universidade Virtual das Américas, em Cascavel –, que denunciei, porque a única coisa que não era virtual na tal universidade era o salário de Alberto Dines. Desde então, tenho acompanhado esse tipo de retaliação.

Quero, Sr. Presidente, que V. Ex^a determine o envio desse texto do meu pronunciamento à Advocacia do Senado e ao Ministério Público Federal. Afinal, sou Senador e a imagem de um Senador ou do Senado não pode ser objeto desse tipo de irresponsabilidade por parte desse jornaleco.

Em segundo lugar, Sr. Presidente – e parece que os meus cinco minutos serão ocupados com denúncias sérias –, há dois dias, procuro no Senado os representantes da Receita Federal para levar a eles algumas denúncias. Como não consigo contato,

faço-as pelo Plenário e solicito que essas duas denúncias que farei a partir deste momento sejam levadas, também, ao Ministério Público Federal, uma vez que a Receita Federal não toma providência alguma.

A primeira denúncia diz respeito a uma senhora que trabalhou em casa de meus pais durante muitos anos e que jamais fez uma declaração ao Imposto de Renda; tem apenas o número de inscrição, porque se aposentou como empregada doméstica. Essa senhora, Elza Chrispin, recebeu da Receita Federal, na semana passada, uma restituição de Imposto de Renda no valor de R\$1.919,70. Se nunca fez declaração e não tem receita, não poderia ter recebido essa restituição.

Gostaria de levar isso diretamente ao conhecimento do Sr. Everardo Maciel, que se encontra de férias, e de seus assessores, que não me dão atenção, pois isso demonstra a grande anarquia da Receita Federal brasileira e pressupõe que alguém esteja recebendo algum salário, em alguma repartição pública, em nome dessa senhora, que nunca viu o recurso, mas acabou sendo citada ou objeto da carta de restituição.

Junto esses documentos ao meu pronunciamento e peço que sejam encaminhados à Receita Federal. Talvez a Mesa do Senado receba a atenção que não tive do Ministério Público.

A segunda questão é muito mais séria, Sr. Presidente. Há um tempo atrás, solicitei ao meu amigo, Sr. Everardo Maciel, que tem a minha consideração e o meu respeito, que ouvisse comigo a denúncia do exportador brasileiro que mostrava que havia fraude na importação de automóveis. O Brasil está aceitando das montadoras o automóvel importado pela metade do valor real de importação, fraudando a nota.

Esse meu amigo juntou à sua denúncia, feita diretamente ao Sr. Everardo Maciel e à Corregedoria da Receita Federal, por meio de depoimento, os livros com as tabelas de preços americanas e as guias de importação com a metade do preço. Já pagamos 50% sobre o preço real. Com isso, a tributação seria 25% do preço real. Além disso, esse conhecido meu, Sr. Gilberto Menezes, denunciou que fiscais da Receita Federal estavam recebendo bola em Curitiba e no porto de Paranaguá, que estavam fraudando guias de recolhimento de impostos. E prestou um depoimento oficial.

Há alguns dias, passados quase seis meses ou mais da denúncia, ele fez uma consulta à Corregedo-

ria da Receita Federal, que ficou aos cuidados do Corregedor-Geral Matheus Rodrigues da Costa, nos seguintes termos, Sr. Presidente:

Venho através desta solicitar a V. S^a em que fase se encontra a denúncia feita por Gilberto Menezes a essa Corregedoria, no dia 21 de fevereiro de 2001, por diversas irregularidades cometidas pelo funcionário Marco A. F. Posseti e outros.

Desde já agradeço a atenção.

E qual foi a resposta da Corregedoria? Está aqui. Tiveram a petulância de responder assim:

Prezado senhor,

Tendo em vista a solicitação de V. S^a de informações relativas à fase em que se encontra a denúncia feita a esta Corregedoria, no dia 21 de fevereiro de 2001, e que supostamente trataria de irregularidades cometidas pelo servidor Marco Antonio Ferreira Posseti, informamos que se encontra aguardando a disponibilidade de recursos humanos para a sua análise e medidas cabíveis.

Enquanto isso, a Receita Federal forjou um pedido judicial, conseguiu uma ordem de busca e apreensão e, para intimidar o denunciante, invadiu a sua casa, apreendendo o computador pessoal do seu filho, documentos e, além disso, roubando alguns bens pessoais – roubando, porque não foram inventariados no auto de apreensão.

É essa a Receita Federal do Sr. Everardo Maciel, que está de férias, que no meu gabinete ouviu a denúncia e sobre essa denúncia nada apurou, alegando que não tem pessoal. Mas existe pessoal para forjar denúncias frias e invadir a casa do denunciante.

Sr. Presidente, solicito que o Ministério Público Federal tenha conhecimento dos documentos que estou juntando ao processo: a denúncia do empresário paranaense, o seu depoimento à Corregedoria da Receita Federal e esses interessantíssimos documentos em que a Sr^a Elza Chrispin, minha velha amiga Elza Crispim – que trabalhou na casa de meus pais tantos anos – recebe uma restituição de impostos que nunca pagou.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO REQUIÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Curitiba, 16 de agosto de 2001.

Prezado Senador Roberto Requião

Conforme a denúncia que fiz a V. Sria. no final do ano passado, envolvendo o uso pelas montadoras de automóveis de faturas de preços de veículos "falsas" isto é sub-faturadas, causando ao país perda gigantesca na arrecadação de impostos, com a conivência de dirigentes e fiscais da Receita Federal.

Fiz a denúncia anexa, a corregedoria da Receita em Curitiba, e seis meses depois, a resposta das providências tomadas foi esta, também anexa.

Aí então fiz a denúncia do que estava ocorrendo para a ministra, conforme cópia anexa, que me respondeu por telefone que iria tomar todas as providências que o caso exigia.

No entanto, para minha surpresa, ontem dia 14 de agosto, em torno de 08hrs, da manhã, mais de 15 homens entre eles - da Receita Federal invadiram a minha residência, de posse do mandato anexo, para minha surpresa quem comandava a ação era justamente um dos fiscais por mim denunciado, de nome: ROBERTO LEONEL DE OLIVEIRA LIMA amigo íntimo do fiscal MARCO POSSETI, que liberou carros com o uso de Darr's falsos, conforme minha denúncia.

Eu não me encontrava em casa no momento deste absurdo, mas como pode notar V. Sria. No verso de tal mandato, eles relacionam o que foi apreendido na dita busca, isto é, nada que estivesse relacionado ao tal mandato.

Mas no entanto furtaram duas agendas particulares de minha propriedade, cinco faturas originais que fazem parte da minha denúncia contra as montadoras, e uma Revista Época, na qual eu denunciava o envolvimento de EDUARDO JORGE e FERNANDO HENRIQUE, no golpe das montadoras, apoderou-se também de uma cópia da minha denúncia a corregedoria da Receita Federal, e também da cópia da denúncia feita a ministra Dra Anadir da União Federal n.º 00.190.00/0.76.2001-51. As quais envolviam Roberto Leonel de Oliveira Lima; fora as ameaças feitas por Roberto Leonel a nossa cozinheira, dirigidas a mim, GILBERTO MENEZES.

Hoje a tarde estou registrando no 3º Distrito Policial de Curitiba, a notícia do furto de tais documentos inclusive após o ocorrido, mantive contato com a Rede Globo de Televisão, que imediatamente mandou uma equipe a minha casa, para registrar a baderna que fizeram, inclusive chegaram a ler todas as provas que possuo contra todas as irregularidades cometidas. Pelos fiscais da Receita Federal.

A Rede Globo esta preparando a matéria completa para ir ao ar em breve.

É o que tenho no momento, esclarecendo ainda que não tenho nenhum vínculo com as tais empresas, como também desconheço qualquer ligação destas firmas com a minha pessoa.

Esperando que o Senador possa me ajudar a esclarecer todos esses episódios envolvendo as montadoras e a Receita Federal. Neste episódio, o qual estou pedindo abertura de processo criminal na Polícia Federal por abuso de poder e invasão de domicílio, inclusive, estive na Justiça Federal, com o próprio juiz que autorizou a busca, e o mesmo me disse que ele autorizou somente o que estava escrito no mandato, e portanto todos os abusos cometidos, para que eu denuncia-se em processo na Justiça.

Ocorre que na rua Sérgio Pereira da Silva n.º 10 tem duas casas, e a ordem era clara que a autorização era somente para a casa de Carlos André Menezes, no entanto, comandados pelo meu inimigo Roberto Leonel de Oliveira Lima, o mesmo que estou denunciando a corregedoria e para a ministra em minhas denúncias, invadiu a minha casa sem autorização para tal.

Muito obrigado!!!

Gilberto Menezes

A RECEITA FEDERAL**CORRETORIA DA RECEITA FEDERAL
AOS CUIDADOS DO CORREGEDOR GERAL**

Recebido

EM 21/12/2001

VAT LEUS RODRIGUES DA COSTA

CHEFE

Esta cópia confere com o documento constante do processo.

1/20

Estive no final do ano em BRASÍLIA, a convite do senador ROBERTO REQUIÃO, que na oportunidade convidou o secretário da Receita Federal EVERARDO MACIEL, e assessores em seu gabinete, para que tomasse conhecimento da minha DENÚNCIA, com relação ao uso pelas MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS, de (FATURAS COMERCIAIS, DE PREÇOS DE AUTOMÓVEIS) FALSAS, isto é SUB-FATURADAS, e usadas no desembaraço aduaneiro junto as repartições aduaneiras, nas cidades de VITÓRIA, CURITIBA E PARANAGUÁ, causando um grave prejuízo a nação no recolhimento de impostos, tendo importado em seis anos, mais de dois milhões de veículos, naquela oportunidade o SECRETÁRIO após ouvir o meu relato, e ver as tais FATURAS FALSAS, e também as D.Is. referente aos desembaraços das MONTADORAS, também relatei outras graves irregularidades cometidas por fiscais que atuavam no porto de PARANAGUÁ..

O Sr. EVERARDO, após ouvir atentamente o meu relato, inclusive, na presença do SENADOR REQUIÃO, perguntou nomes de funcionários da RECEITA NO PARANÁ, e sugeriu então, que eu procurasse a CORREGEDORIA e denunciasses todas as irregularidades cometidas pelos fiscais, e é o que passo a fazer neste momento.

A pedido do Sr. ARLINDO GUERRO, que na época era o inspetor da RECEITA em PARANAGUÁ, e a bem dos fiscais honestos, que trabalhavam naquela repartição, resolvi acenar o pedido do Sr. ARLINDO, e denunciar a comissão de investigação, e relatar o que se segue, conforme termo de inquirição, pois naquela época eu já havia encerrado as atividades de importação de veículos em nome da minha empresa, e não operava mais, na importação de automóveis.

DOCUMENTO UM

Montei pequeno escritório nos EUA na cidade de MIAMI-FL. e registrei uma pequena empresa de exportação com o nome de AMERICAN CAR IMPORT AND EXPORT CORPORATION, unicamente para exportar carros novos, ZERO KM, para o BRASIL, atendendo o pedido de brasileiros e pessoas que me procuravam em MIAMI, ou em meu pequeno escritório de representação daquela empresa no BRASIL.

No entanto para minha surpresa, todos os carros de clientes e empresas exportados pela AMERICAN CAR de MIAMI, que eram desembarcados no porto de PARANAGUÁ, sofriam sérias perseguições pelos fiscais que eu havia denunciado: AZAMBUJA, NILO E FORTES, segundo relato de pessoas físicas e empresas, que se utilizam de faturas (INVOICES) da AMERICAN CAR DE MIAMI para o desembaraço aduaneiro, eram perseguidos de todas as formas, com exigências absurdas pelos fiscais, e inclusive pelo novo INSPETOR recém chegado de nome: ANDRÉ LUIZ ROCHA POMBO, que inclusive foi afastado de Paranaguá por irregularidades.

Diante de tal situação, vim ao BRASIL, relatei os fatos ao Sr. RODNEI MACHADO CHRISTINO, secretário da referida comissão, a qual eu havia feito a denúncia contra os fiscais, ele então me recebeu em PARANAGUÁ, na companhia de outro membro da RECEITA de nome SUMIDA, de origem japonesa.

Naquela oportunidade, o Sr. RODNEI me garantiu que os fiscais os quais eu havia denunciado, não fariam desembaraço aduaneiro onde constasse o INVOICE AMERICAN CAR COMO EXPORTADORA.

No entanto, alguns meses mais tarde, o fiscal da receita de nome MARCO ANTONIO FERREIRA POSSETI, passa a questionar nas D.Is que tinham o INVOICE da AMERICAN CAR, quem era que assinava pela empresa e queria que identificasse o nome completo? Sendo POSSETI amigo íntimo dos fiscais: AZAMBUJA, NILO E FORTES, e trabalhavam no mesmo setor. Pois a identificação de quem era o proprietário da empresa exportadora, nada tinha a ver com o desembaraço, além do mais, isto não era praxe no desembaraço, porque então ele queria identificar esta pessoa?

Agora então vamos entender o **PORQUE?** Do Sr. POSSETI querer identificar quem assinava pela firma exportadora, isto é a AMERICAN CAR IMPORT AND EXPORT CORP.

DOCUMENTO 2: D.I. com exigência do POSSETI.

Após minha denúncia inicial, foram investigados vários despachantes aduaneiros, que atuavam em PARANAGUÁ, e entre eles o ajudante de despachante, JOSE THOMAS UTRABO, amigo íntimo dos fiscais AZAMBUJA, NILO E FORTES, e também do fiscal POSSETI, o ajudante de despachante JOSÉ UTRABO, naquela época havia sido indiciado na POLÍCIA FEDERAL DE PARANAGUÁ, por falsificar documentos fiscais apresentados na RECEITA FEDERAL EM PARANAGUÁ, conforme seu depoimento DOC 13, além de outras irregularidades administrativas, inclusive no porto de PARANAGUÁ.

Ai então formou-se uma quadrilha para cometer todo tipo de crimes fiscais, além de também, perseguir de todas as formas a pessoa de GILBERTO MENEZES que os denunciou.

Vamos então aos fatos: MARCO A. F. POSSETI e LUIZ F. FORTES, fazem REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIIS CONTRA GILBERTO MENEZES utilizando para isto, todo tipo de irregularidades e falsidades contra a minha pessoa, com a intenção de me intimidar e prejudicar, PORQUE?

DOCUMENTO 3: AÇÃO PENAL movida por POSSETI E FORTES contra GILBERTO pois descobri, que antes da ação penal contra a minha pessoa, ocorreu o seguinte: LER O MEU DEPOIMENTO NO INQUÉRITO 378 da POLÍCIA FEDERAL que tornou-se processo n.º 97.001.3279-0

DOCUMENTO 4: Depoimento de Gilberto no inquérito 378

Durante o inquérito policial, quando o POSSETI foi ouvido, veja o que ele contou em seu depoimento.

DOCUMENTO 5: Depoimento do POSSETI no inquérito 378

E comparar também com este depoimento.

DOCUMENTO 6: Depoimento do POSSETI no processo de calúnia movido na 3.ª VARA CRIMINAL FEDERAL N.º 98.001.6141-4

E confrontar também com as D.Is n.º 002648/50/51/52 as quais foram pagas com DARF'S FALSOS, no tar que o POSSETI fez a documental e o fiscal NILO fez a física, mesmo sabendo que eram falsas, pois o ajudante de despachante José Utrabo ao repassar os darf's referente a estas D.Is já havia alertado o POSSETI que os darf's eram falsos; (rever o depoimento de POSSETI no inquérito 378, inclusive a data do recolhimento dos darf's e a data os quais foram repassados pelo ajudante de despachante UTRABO? (11 - março - 1996)

Veja o que aconteceu, após a liberação destes quatro carros pelo POSSETI e NILO, o UTRABO levou os carros e as D.Is para a DANICAR de SERGIO MALUCELLI, e aí então a empresa LIBRE juntou na ação de denúncia espontânea, e cautelar de n.º (96.000.4415-5) e na de n.º (96.000.4636-0) (dia 18 - abril 1996)

DOCUMENTO 7: Cópia das D.Is n.º 002648/50/51/52 juntada na 4.ª vara.

Agora comparar com as mesmas D.Is juntadas por POSSETI no processo de calúnia contra GILBERTO MENEZES n.º 98.00161-4 vocês irão notar que o POSSETI e o NILO chamaram o fiscal FORTES para também assinar a referidas D.Is mesmo depois de já estarem liberadas isto porque o grupo dividia todas as responsabilidades.

DOCUMENTO 7a: Cópias das D.Is n.º 002648/50/51/52 juntadas por POSSETI

Agora compare todos os depoimentos com a ação de denúncia espontânea e cautelar movida pela LIBRE contra a Receita Federal, e note com atenção para a decisão do juiz, seu comentário e relatório?

DOCUMENTO 8: Denúncia espontânea 4.ª VARA FEDERAL.

Comparar também com depoimento do POSSETI no inquérito dos DARF'S FALSOS n.º 379 processo n.º (96.001.2727-1) onde inclusive o Sr. SERGIO MALUCELLI dono da DANICAR já foi indiciado.

DOCUMENTO 9: depoimento do POSSETI no inquérito dos darf's Falsos.

É vejam que todos os depoimentos dados por POSSETI, em cada um ele diz uma coisa, completamente diferente da outra, em processos diferentes, inclusive em um deles ele afirma que detectou a fraude através do sistema SINAL da receita federal, e teve a ousadia de

juntar cópia do sistema SINAL com a data de 25/04/96, na P.F. portanto mais de um mês após o ajudante de despachante JOSÉ UTRABO ter lhe repassado os DARF'S FALSOS, e ele mesmo ter ido ao BANCO BANESTADO agência MERCÊS.

DOCUMENTO 10: Ofício do Banestado.

Além do mais, quando o juiz da 4.ª vara intimou a receita federal, para saber se os fiscais haviam feito ação fiscal e penal contra a DANICAR e outros, isto é a empresa que apresentou os darfs falsos, eles tentaram enganar o juiz, fazendo ação fiscal com data anterior a comunicação judicial, o que foi detectado e comunicado ao juiz, conforme decisão judicial, documento n.º 8.

Não podemos esquecer ainda de relatar o fato de que o ajudante de despachante JOSÉ UTRABO, foi quem entregou os darfs falsos ao POSSETI, mesmo não constando o nome dele em lugar nenhum nos documentos que instruíram os despachos aduaneiro nas D.I.s 002648/50/51/52 sendo que o representante nos despachos era PEDRO GOMES GIFFONI, e JOSÉ UTRABO não estava credenciado nem para dar ciência nestas D.I.s como podemos comprovar.

DOCUMENTO 11: Forjado com os outros fiscais após o 1.º desembaraço

Os fatos dos Darfs Falsos, foram de conhecimento público, somente a receita federal não quis investigar, não se sabe PORQUE? Tendo eu inclusive, comparecido pessoalmente naquela época, na companhia do Sr. Procurador da fazenda nacional Sr. Ayrton, e relatado estes fatos, com pormenores a Sra. LUIZITA, que na ocasião respondia pela superintendência da receita federal, além de não Ter tomado nenhuma providência, ainda duvidou do meu relato.

Depois disto, voltei novamente a receita federal, e na presença da Sra. THIAYSA, e de outro advogado, fiz novamente o relato, e a resposta por parte dela, foi de que a receita já havia recebido o montante referente ao golpe, e que não haveria interesse de investigar nada. Para comprovar que todos sabiam das irregularidades, junto cópia da revista "ISTO É", com a reportagem "O PARCEIRO DO GATO" onde conta a história dos DARF'S FALSOS.

DOCUMENTO 12: Cópia da revista Isto é.

AGORA VAMOS A 2ª PARTE

Com relação a apresentação de certidão falsa, (DOCIE COMPLETO)

A empresa DANICAR, de propriedade de SÉRGIO MALUICELLI, ainda tinha mais oito automóveis para liberar no porto de PARANAGUÁ, mas após o ocorrido com os nove primeiros carros, e não Ter feito o acerto da outra parte com os fiscais, não poderia fazer o desembaraço desses outros oito carros, os quais os B.L. também estavam em seu nome, pois estava suja na receita federal da Paranaguá, aí então, procurou desembaraçar os carros através da empresa I.T.S., sem que seus dirigentes soubessem do ocorrido com os darfs falsos, usando para tal, uma procuração em nome do já famoso ajudante de despachante JOSÉ THOMAZ UTRABO. Para fugir dos fiscais, acontece que UTRABO fazia jogo duplo, entre importadores e fiscais, intermediando inclusive entre a DANICAR e os fiscais, conforme poderá se deduzir, comparando suas declarações nos processos.

DOCUMENTO 13: Declaração do UTRABO

Inclusive de acordo com as normas fiscais ART. 45 & 2 que diz: A CIÊNCIA DO IMPORTADOR SERÁ FORMALIZADA NAS DUAS VIAS DO EXTRATO DA DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO, o que não ocorreu, pois em cada via, o fiscal POSSETI, fez redação completamente diferente uma da outra, e inclusive anexou no processo da 4.ª vara fed. Processo n.º (96.0015.864-9), com a nítida intenção de induzir o juiz a erro mandando que UTRABO, desse o ciente no verso da D.I. 009243 da redação escrita a máquina por POSSETI: (VER O DOCUMENTO 15) isto no dia 23/set. de 1996, portanto 4 dias após Ter recebido a confirmação de ROBERTO LEONEL, (DOCUMENTO 19) de que a tal certidão era falsa, justamente para Ter uma prova de que a empresa I.T.S. tivesse entregue a tal certidão falsa para desembaraçar os seis carros.

Acontece que o mesmo juiz da 4.ª vara havia intimado o Sr. MILTON DE RE, chefe da DOCUMENTAL naquela época, para saber em que dia a tal certidão foi entregue? e resposta do Sr. MILTON DE RE é de que foi no dia 10/set./1996, portanto quatro dias após Ter sido feito a liberação dos seis carros, conforme consta no documento n.º três (AÇÃO PENAL MOVIDA POR

POSSETI E FORTES CONTRA GILBERTO) portanto não poderia a I.T.S. Ter usado a tal certidão para os desembaraços das D.Is. de n.º (7799) (7800) (7665) (7801) (7966) (7967), inclusive tendo POSSETI e UTRABO feito todas as D.C.Is. após a liberação dos carros.

DOCUMENTO 14: normas fiscais pg 172

DOCUMENTO 15: D.Is. 009243 com redação diferente, entregue por POSSETI uma na 4.º vara processo da I.T.S. (96.00.14.111-3) e a outra também entregue por POSSETI no processo de calúnia n.º 98.001.6141-4), note que estes três últimos veículos sequer foram liberados.

DOCUMENTO 16: Ofício do inspetor substituto para o juiz da 4.º vara, confirmando que a tal certidão foi entregue por UTRABO no dia, 10/set./1996, portanto 4 dias após Ter sido liberado os seis carros que estavam as D.Is. em nome da I.T.S.

Vale salientar ainda, que é vedado ao ajudante de despachante dar ciência em documentos fiscais, de acordo com o decreto 645/92 da coletânea de leis de comércio exterior.

DOCUMENTO 17: Decreto 646/92

Além do mais, o fiscal POSSETI na ancã de parar o desembaraço dos carros da DANICAR, que estava sendo feito pela I.T.S. fez exigências ilegais, exigindo que a empresa I.T.S. apresentasse a autorização do IBAMA e LCVM, que seria o CAT, o que era ilegal, uma vez que esta exigência somente poderia ser feita, se constasse na guia de importação tal exigência, o que não constava.

De acordo com as normas administrativas na importação PORTARIA DECEX n.º 8/91 capítulo 87 letra D, página 43 das normas administrativas na importação, se não houvesse cláusula neste sentido não poderia ser exigido no desembaraço aduaneiro.

Além do que a empresa tinha uma ordem judicial do juiz da 6.º vara federal para que todas as exigências fossem cumpridas em seis meses, na justiça federal, ficando a empresa como fiel depositária dos carros, PORQUE ENTÃO IRIA ELA APRESENTAR DOCUMENTO FALSO PARA LIBERAR OS CARROS, QUE INCLUSIVE JÁ SE ENCONTRAVAM LIBERADOS.

DOCUMENTO 18: Portaria decex n.º 8/91.

Agora veja, o AFTN de nome ROBERTO LEONEL DE O. LIMA em contato com o fiscal POSSETI no dia 19/set. de 1996 faz uma comunicação a superintendente Dra. THAYSA, onde faz um relato: (documento n.º 20), e no mesmo dia faz outra comunicação, só que desta vez, dirigida a inspetoria de PARANAGUÁ, para ser usada na representação fiscal por fins penais contra GILBERTO MENEZES, acrescentando nesta comunicação os seguintes dizeres:

PARA O FATO DE QUE A EMPRESA I.T.S. ESTA SUPOSTAMENTE EM NOME DE "LARANJAS". SENDO ADMINISTRADA POR PESSOAS LIGADAS A GILBERTO MENEZES.

Eu quero ver as provas do que o Sr. ROBERTO LEONEL disse a respeito da minha pessoa, naquela data, qualquer documento oficial da Receita Federal, que diga que o GILBERTO MENEZES operava a tal empresa através de "LARANJAS", quero ver as provas.

DOCUMENTOS 19 - 20: Comunicações de ROBERTO LEONEL

Sugiro que seja extraído xerox do processo de calúnia movido por POSSETI contra a minha pessoa, inclusive onde arrolou o seu amigo ROBERTO LEONEL como testemunha, e o mesmo durante o seu depoimento, mesmo após cinco anos do ocorrido sabia tudo nos mínimos detalhes?

Obs. O fiscal POSSETI na época dos DARF'S FALSOS, no dia seguinte após Ter recebido os DARF'S das mãos de UTRABO as 17:30 da tarde veio pessoalmente ao BANESTADO AGENCIA MÉRCEZ em CURITIBA, investigar e extrair documentos, conforme relato da funcionária da agência, e comprovada com os depoimentos dado pelo próprio POSSETI ao juiz da 3.º vara criminal processo (98.001.6141-4).

E gostaria de saber também, se POSSETI tinha autorização por escrito para fazer tal diligência na agência do BANESTADO em CURITIBA, uma vez que ele era fiscal aduaneiro lotado em PARANAGUÁ?

DOCUMENTO 10: Declaração do BANESTADO agência MÉRCEZ

Espero desta corregedoria, ampla e total investigação dos fatos por mim relatados, inclusive em seu pormenores, e em detalhes, que são muitos e que aqui não foram relatados.

pondo-me a disposição desta corregedoria para qualquer esclarecimentos que se faça necessário, ou eventuais dúvidas.

DOCUMENTO 21: Depoimento - Sérgio Malucelli e Seme Rand.

DOCUMENTO 22: Cópias do diário oficial das nomeações do ajudante de despachante JOSÉ UTRBO, e demissões dos fiscais: AZAMBUJA, NILO, FORTES e OUTROS.

OBS: Descobrimos recentemente, através de um ex. funcionário da RECEITA FEDERAL DE PARANAGUA, que os fiscais POSSETI, NILO, FORTES e AZAMBUJA, que após o desembarço aduaneiro, e liberação da D.I. via importador, os referidos fiscais faziam anotações, e juntavam documentos na via da RECEITA após as datas de liberação, inclusive opondo ciência de despachos com a conivência de despachantes que faziam parte do esquema, como neste caso do ajudante de despachante JOSE T. UTRABO.

Curitiba, 11 de fevereiro de 2001.

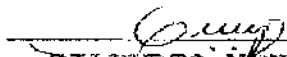

Gilberto Menezes

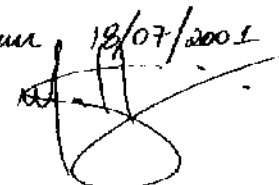
A RECEITA FEDERAL
CORREGIDORIA DA RECEITA FEDERAL
AOS CIDADÃOS DO CORRIGIDOR GERAL
Sr. MATHEUS RODRIGUES DA COSTA

Venho através desta solicitar a V.Sria. em que tase se encontra, a "DENUNCIA" feita por GILBERTO MENEZES a esta corregedoria, no dia 21-02-2001, por diversas irregularidades cometidas pelo funcionario MARCO A.F. POSSETI e outros.

Desde já agradeço sua atenção

CURITIBA, 18 de JULHO DE 2001


GILBERTO MENEZES

Reubi em 18/07/2001


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
ESCRITÓRIO DA CORREGEDORIA-GERAL NA 9ª REGIÃO FISCAL

Curitiba, 18 de julho de 2001

Prezado Senhor,

Tendo em vista a solicitação de Vossa Senhoria de informações relativas à fase em que se encontra a denúncia feita a esta Corregedoria no dia 21.02.2001, e que supostamente trataria de irregularidades cometidas pelo servidor Marco Antonio Ferreira Possetti, informamos que encontra-se aguardando a disponibilidade de recursos humanos para sua análise e medidas cabíveis.

Atenciosamente,



Matheus Silva da Costa
Chefe - ESCOR 9ª RF

Ilmo. Sr.
Gilberto Menezes
CURITIBA-PR

À Sra. Dra. Anadir de Mendonça Rodrigues

Ministra Corregedora Geral da união
Palácio do Planalto
Anexo I Torreão sala C/1
Brasília-DF - CEP. 70.150-900
(A/C Dra. Delza)

De acordo com o que conversamos por telefone no dia 24/07/2001, passo a fazer um breve relato dos acontecimentos.

Desde o ano de 1995, venho denunciando através dos meios de comunicação, o uso pelas "MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS de faturas comerciais com os preços dos automóveis "SUB-FATURADOS" recolhendo os impostos bem abaixo do que deveria ser, causando um grave prejuízo aos cofres públicos, denúncia esta que encontra-se protocolada no "MINISTERIO PUBLICO FEDERAL" em CURITIBA sob o número (08.1.500-4686/98-46. (estando engavetada).

AS MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS, só conseguem manter o "ESQUEMA", com a ajuda de autos funcionários da RECEITA FEDERAL, além dos fiscais, sendo este o principal motivo pelo qual estas "MONTADORAS" se estabeleceram em "CURITIBA".

No ano de 1994, a pedido do inspetor da RECEITA FEDERAL DE PARANAGUÁ - PR Denunciei três fiscais lotados no PORTO DE PARANAGUÁ, conforme cópia da referida denúncia, e a partir daquela data passei a sofrer todo tipo de perseguição por parte daqueles que eu havia denunciado, e também dos despachantes aduaneiros que cometiam todo tipo de irregularidade no desembaraço de veículos. (ao final acabaram indo para rua (otto) fiscais, a bem do serviço público, além de vários despachantes terem sido indiciados na Polícia Federal de PARANAGUÁ, por todo de irregularidades.

No entanto antes de serem demitidos a bem do serviço público, conforme diário oficial anexo, o ex fiscal de nome LUIZ F. P. PORTES, e o fiscal que continua trabalhando na receita federal em CURITIBA de nome MARCO ANTÔNIO F. POSSETI, na época em conluio com o ajudante de despachante de nome JOSÉ TOMAS UTRABO, este respondendo inquérito na polícia federal de PARANAGUÁ por entregar documentos fiscais adulterados na RECEITA FEDERAL DE PARANAGUÁ, "FORJARAM" uma ação fiscal para fins penais contra a minha pessoa. Por vingança por tê-los denunciando, com a intenção de me prejudicar e intimidar, para isto, tiveram que adulterar documentos oficiais da RECEITA FEDERAL, contando-o para isto com a ajuda do funcionário da receita de CURITIBA de nome ROBERTO LEONEL, lotado no serviço de investigação reservado da RECEITA em CURITIBA.

O envolvimento de todos citados por mim, é comprovado com farta documentação, inclusive a liberação de carros com "DARF'S FALSOS liberados pelo fiscal MARCOS POSSETI.

No dia 21 de fevereiro de 2001, fiz a denúncia por escrito e acompanhada de todas as provas a CORREGEDORIA DA RECEITA FEDERAL DE CURITIBA, conforme cópia anexa, no entanto já se passaram cinco meses e o corregedor diz por escrito, que não tem disponibilidade para análise das medidas cabíveis, inclusive fui informado através de bons funcionários da repartição, que não compartilham das irregularidades cometidas, que existe um grande corporativismo dentro deste órgão. Que não querem investigar, não havendo interesse inclusive por parte do superintendente em CURITIBA.

O mais grave de tudo isto, é que fizeram uso de documentos "FORJADOS" dentro da RECEITA FEDERAL" para juntar em uma ação de "CALUNIA" movido pelo fiscal MARCOS POSSETI. COM A AJUDA DE ROBERTO LEONEL contra a minha pessoa.

Espero que vossa excelência, determine a imediata apuração das denúncias por mim referidas, e inclusive peço que seja feita a pericia de todos os documentos adulterados, bem como a apuração das responsabilidades do fiscal MARCOS POSSETI na liberação dos carros pagos com o uso de "DARF'S FALSOS"

Peço também que para que seja feita a completa elucidação dos fatos, seja indicado pessoa com conhecimento na área de importação, antes de ser implantado o "SISCOMEX" isto é, no ano de 1996 e sem comprometimento com os envolvidos, e também a pericia dos referidos documentos.

Estou a disposição de vossa excelência para qualquer esclarecimento, e com a certeza do restabelecimento de "JUSTIÇA".

Curitiba, 24 de julho de 2001.

Gilberto Menezes
Fone: (41) 335-2606

obs.: Os documentos referidos encontram-se junto com a denúncia na Receita Federal



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
2ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA


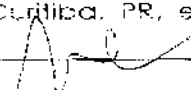
MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 708/2001

Autos de Procedimento Criminal Diverso nº 2001.70.00.023411-0

O DOUTOR NICOLAU KONKEL JUNIOR, Juiz Federal, Titular da 2ª Vara Federal Criminal da Circunscrição Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná, na forma da lei, etc.,

Manda, a qualquer autoridade policial a quem este for apresentando - com fulcro no disposto no artigo 240, § 1º, "e", do Código de Processo Penal - que em seu cumprimento, proceda-se à **BUSCA E APREENSÃO**, na residência de **CARLOS ANDRÉ MENEZES**, situada na Rua Sérgio Pereira da Silva, casa 10, Pilarzinho, nesta Capital, a fim de apreender documentos relativos à constituição das empresas FORGERON e MAGNAFER, bem como todos os documentos referentes à importação de veículos no período dos anos de 2000 e 2001 - entre os quais, os conhecimentos de transporte aereo, as declarações de importação e os documentos de cadastramento dos veículos junto ao DETRAN, estando autorizado o acesso aos dados eventualmente constantes em banco de dados (CPU, computadores). A diligência deverá ser cumprida com a presença de um Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, com observância dos requisitos dispostos no art. 243 do CPP, a fim de que seja cumprida com total atenção às garantias constitucionais que são deferidas aos destinatários das buscas (entre outros, o resguardo domiciliar do horário noturno, art. 5º, XI, da CF/88). Concede o prazo de dez dias para a execução das diligências, devendo, após este prazo, ser comunicado a este juízo os resultados obtidos.

Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei.

Expedido em Curitiba, PR, em 08 de agosto de 2001. Eu, , Técnica Judiciária, digital, e eu, , Márcia Collin, Diretora de Secretária, conferi e assino.


Nicolau Konkell Junior
Juiz Federal

A Sra. Dra. Anadir de Mendonça Rodrigues

Ministra Corregedora Geral da união
Palácio do Planalto
Anexo I Torre sala C/1
Brasília-DF - CEP: 70.150-900
(A/C Dra. Delza)

De acordo com o que conversamos por telefone no dia 24/07/2001, passo a fazer um breve relato dos acontecimentos.

Desde o ano de 1995, venho denunciando através dos meios de comunicação, o uso pelas "MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS de faturas comerciais com os preços dos automóveis "SURFATURADOS" recolhendo os impostos bem abaixo do que deveria ser, causando um grave prejuízo aos cofres públicos, denúncia esta que encontra-se protocolada no "MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL" em CURITIBA sob o número 08.1.500-4686/98-46. (estando engavetada).

AS MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS, só conseguem manter o "ESQUEMA", com a ajuda de autos funcionários da RECEITA FEDERAL, além dos fiscais, sendo este o principal motivo pelo qual estas "MONTADORAS" se estabeleceram em "CURITIBA".

No ano de 1994, a pedido do inspetor da RECEITA FEDERAL DE PARANAGUÁ - PR, Denunciei três fiscais lotados no PORTO DE PARANAGUÁ, conforme cópia da referida denúncia, e a partir daquela data passei a sofrer todo tipo de perseguição por parte daqueles que eu havia denunciado, e também dos despachantes aduaneiros que cometiam todo tipo de irregularidade no desembaraço de veículos. (ao final acabaram indo para rua (oito) fiscais, a bem do serviço público, além de vários despachantes terem sido indiciados na Polícia Federal de PARANAGUÁ, por todo de irregularidades.

No entanto antes de serem demitidos a bem do serviço público, conforme diário oficial anexo, o ex fiscal de nome LUIZ F. P. PORTES, e o fiscal que continua trabalhando na receita federal em CURITIBA de nome MARCO ANTÔNIO F. POSSETI, na época em conluio com o ajudante de despachante de nome JOSÉ TOMAS UTRABO, este respondendo inquérito na polícia federal de PARANAGUÁ por entregar documentos fiscais adulterados na RECEITA FEDERAL DE PARANAGUÁ, "FORJARAM" uma ação fiscal para fins penais contra a minha pessoa, por vingança por tê-los denunciando, com a intenção de me prejudicar e intimidar, para isto, tiveram que adulterar documentos oficiais da RECEITA FEDERAL, contado-o para isto com a ajuda do funcionário da receita de CURITIBA do nome ROBERTO LEONEL, lotado no serviço de investigação reservado da RECEITA em CURITIBA.

O envolvimento de todos citados por mim, é comprovado com farta documentação, inclusive a liberação de carros com "DARF'S FALSOS liberados pelo fiscal MARCOS POSSETI.

No dia 21 de fevereiro de 2001, fiz a denúncia por escrito e acompanhada de todas as provas a CORREGEDORIA DA RECEITA FEDERAL DE CURITIBA, conforme cópia anexa, no entanto já se passaram cinco meses e o corregedor diz por escrito, que não tem disponibilidade para análise das medidas cabíveis, inclusive fui informado através de bons funcionários da repartição, que não compartilham das irregularidades cometidas, que existe um grande corporativismo dentro deste órgão. Que não querem investigar, não havendo interesse inclusive por parte do superintendente em CURITIBA.

O mais grave de tudo isto, é que fizeram uso de documentos "FORJADOS" dentro da RECEITA FEDERAL" para juntar em uma ação de "CALÚNIA" movido pelo fiscal MARCOS POSSETI, COM A AJUDA DE ROBERTO LEONEL contra a minha pessoa.

Espero que vossa excelência, determine a imediata apuração das denúncias por mim referidas, e inclusive peço que seja feita a perícia de todos os documentos adulterados, bem como a apuração das responsabilidades do fiscal MARCOS POSSETI na liberação dos carros pagos com o uso de "DARF'S FALSOS".

Peço também que para que seja feita a completa elucidação dos fatos, seja indicado pessoa com conhecimento na área de importação, antes de ser implantado o "SISCOMEX" isto é, no ano de 1996 e sem comprometimento com os envolvidos, e também a perícia dos referidos documentos.

Estou a disposição de vossa excelência para qualquer esclarecimento, e com a certeza do restabelecimento de "JUSTIÇA".

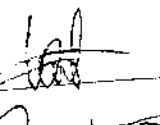
Curitiba, 24 de julho do 2001.


Gilberto Menezes
Fone: (41) 335-2606


obs.: Os documentos referidos encontram-se junto com a denúncia na Receita Federal

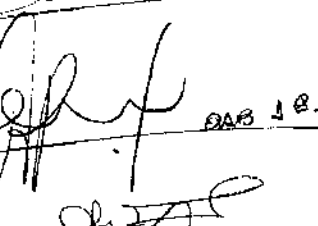
Em cumprimento ao presente Mandado nos
 os locais até a residência de CARLOS ANDRÉ
 LENEZES, RUA Sérgio Pereira da Silva nº 10 -
 Laranjeira - Curitiba/PR e após os procedimentos
 legais da praxe foi nos franqueando o acesso
 ao proprietário Carlos André, onde procedemos a
 busca sendo encontrada a seguinte:

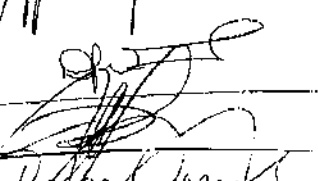
- 1- Uma pistola Taurus calibre 380 na R/O nº 5119,
 - com carregador e dezenas de munições intactas;
 - 2- Duas cópias de CRV nº 010667657 (em branco);
 - 3- Um documento com identificação marca Starlight;
 - 4- Dois arquivos de telefones e endereços;
 - 5- Uma EPO marca MTK.
- ClOA - 14/Agosto/2001.

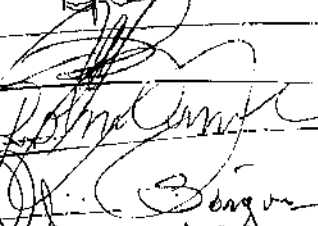
Carlos André Lenezes - Rg. 3243753-8-PR 
 (proprietário)

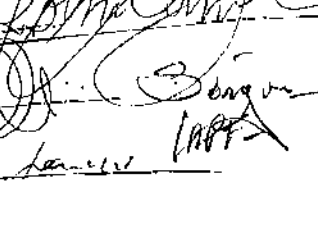
Marquim Garcia da Rosa - Rg. 402166-PR 
 (testemunha)

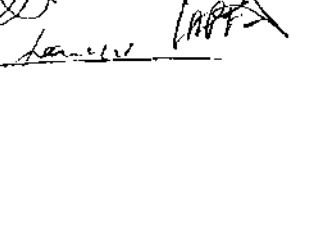
Liete Pinheiro Carlini - Rg. 7.200608-3 PR 
 (testemunha)


Agente José Ricardo - OAB. 15611/PR 
 (advogado)

Wesley Vasconcelos K. - nat. 6551F 
 (advogado)

Agente Plácida dos Santos - nat. 126 
 (advogado)

Agente Plácida dos Santos - nat. 1313 
 (advogado)

Agente Souza Jr. 
 (advogado)

Agente Souza Jr. 
 (advogado)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

CONTRATO
ECT/SRF
10540/2001

ELZA CHRISPIN
AV DR VICENTE MACHADO, 344
CENTRO

(NO 09/24.276.189)

80420-000 CURITIBA, PR

10.06.01

ELZA CHRISPIN

713 435 809 78

REMETENTE SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL									
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO EXTRATO CURITIBA R MARECHAL DEODORO, 555 CENTRO 80020911, CURITIBA, PR	<table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/> MUDOU-SE</td> <td><input type="checkbox"/> FALECIDO</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> DESCONHECIDO</td> <td><input type="checkbox"/> AUSENTE</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE</td> <td><input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO</td> </tr> <tr> <td colspan="2">VISTO</td> </tr> </table>	<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> FALECIDO	<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	VISTO	
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> FALECIDO								
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE								
<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO								
VISTO									

EXTRATO

OS VALORES ABAIXO CORRESPONDEM AO RESULTADO DE SUA DECLARAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2001, ANO-CALENDÁRIO 2000, APÓS O PROCESSAMENTO. EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS ENTRE O SALDO DO IMPOSTO A PAGAR OU A RESTITUIR DECLARADO E O VALOR CONSTANTE NESTE EXTRATO DECORREM DA CORREÇÃO AUTOMÁTICA DE ERROS DE CÁLCULO E/OU PREENCHIMENTO DETECTADOS PELO PROCESSAMENTO.

EXERCÍCIO	A. CALEND.	INSCRIÇÃO NO CPF	N. DA DECLARAÇÃO	CASO/C.B.	LOCAL/MUNICÍPIO	EMIÇÃO	N.º/DISTRIBUIÇÃO
2001	2000	713.435.809-78	09/24.276.189	0015/11	0910100/7535	13/08/2001	903/1.013.815
APURAÇÃO E CÁLCULO DO IMPOSTO				VALORES EM REAIS			
RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS				16.177,20			
DÍSCONTO SIMPLIFICADO				3.235,44			
REDUÇÕES							
BASE DE CÁLCULO				12.941,76			
IMPOSTO				321,26			
DEDUÇÃO DE INCENTIVO							
IMPOSTO DEVIDO				321,26			
IMPOSTO RETIDO NA FONTE				2.147,64			
APURAÇÃO E CÁLCULO DO IMPOSTO				VALORES EM REAIS			
CAMBÉ-LEÃO							
IMPOSTO COMPLEMENTAR							
IMPOSTO PAGO NO EXTERIOR							
CAMBÉ-LEÃO - MENSAL							
TOTAL DO IMPOSTO PAGO				2.147,64			
IMPOSTO A RESTITUIR				1.826,38			
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR							
RESULTADO FINAL DA DECLARAÇÃO				VALORES EM REAIS			
IMPOSTO A RESTITUIR				1.826,38			
IMPOSTO A RESTITUIR CORRIGIDO				1.919,70			

ATENÇÃO - ESTE DOCUMENTO MOSTRA COMO FICARAM OS DADOS DE SUA DECLARAÇÃO APÓS O PROCESSAMENTO. LEIA ATENTAMENTE TODAS AS MENSAGENS ABAIXO PARA PROCEDER DE MANEIRA CORRETA. EM CASO DE DÚVIDA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA RECEITA FEDERAL.

SUA RESTITUIÇÃO DE R\$ 1.919,70, REFERENTE AO LOTE BANCO U3, FOI ENCAMINHADA VIA DOC AO BANCO BANESTADO S.A., 00125, PARA CRÉDITO EM CONTA NO DIA 15/08/2001. O VALOR DA RESTITUIÇÃO ESTÁ ATUALIZADO PELA TAXA SELIC, CONFORME O ART. 16 DA LEI 9.250/95, ART. 62 DA LEI 9.430/96 E IN SRF 22/96. CASO NÃO SEJA EFETUADO O CRÉDITO NA CONTA INDICADA, O VALOR ESTARÁ DISPONÍVEL EM QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL NO PRIMEIRO DIA ÚTIL SEGUINTE À DATA ACIMA ESPECIFICADA ATÉ O DIA 15/08/2002. PARA AGENDAR NOVO CRÉDITO LIGUE PARA O 88 RESPONDE 0800-785678 OU PROCURE QUALQUER AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL. (IN SRF 28, DE 13/03/2001). NÃO RECEBENDO NO PERÍODO ACIMA INDICADO, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA RECEITA FEDERAL ONDE PODERÁ SER FEITO O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO POR MEIO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

ENQUADRAMENTO LEGAL: DECRETO 3.000 - RIR/1999, DE 26/03/1999, ARTS. 789, 835 E 871; LEI 5.172, DE 25/10/1966 (CTN), ART. 147, PARÁGRAFO PRIMEIRO; LEI 9.250, DE 26/12/1995, ARTS. 2, 7 A 9, 11 A 14 E 16; LEI 9.430, DE 27/12/1996, ARTS. 61, 62, 73 E 74; DECRETO 2.138, DE 29/01/1997; LEI 9.532, DE 10/12/1997, ARTS. 11, 25 E 27; LEI 9.887, DE 07/12/1999, ART. 1; MP 2.132-43, DE 27/03/2001, ART. 18; IN SRF 165/99, DE 23/12/1999; IN SRF 19/00, DE 23/02/2000.

SITUAÇÃO DO PROCESSAMENTO DAS DECLARAÇÕES DOS ÚLTIMOS QUATRO EXERCÍCIOS

EXERCÍCIO	DATA DE ENTREGA	SITUAÇÃO DA DECLARAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1997			NÃO CONSTA ENTREGA DE DECLARAÇÃO
1998			DECLARAÇÃO DE ISENTO
1999			NÃO CONSTA ENTREGA DE DECLARAÇÃO
2000			NÃO CONSTA ENTREGA DE DECLARAÇÃO

ALOISIO ANTONIO DE OLIVEIRA - MATR. 00001762
DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA

Tempo Perdido

Nas últimas semanas, o governo Fernando de la Rúa faz o possível para cair nas graças do Fundo Monetário Internacional e levantar ajuda extra de US\$ 9 bilhões que restaure a confiança dos investidores nas finanças da Argentina. No mesmo período, o Brasil, contaminado pela crise do vizinho, enviou uma missão a Washington que, em prazo quase recorde, convenceu a direção do FMI a renovar o acordo que expira no fim do ano e liberar crédito no valor de US\$ 15 bilhões. Com a rápida decisão, o FMI deu contribuição decisiva para pôr as coisas no devido lugar: os fundamentos da economia brasileira são muito mais sólidos do que os da Argentina. Nada justifica que se confundam os dois países.

É natural que exista controvérsia sobre os termos do acordo e as exigências de ajuste fiscal ainda mais agudo, que se observa, por exemplo, na meta de superávit primário de 3,5% do PIB em 2002. Outra coisa, bem diferente, à beira da inconseqüência, é receber o novo acordo como um crime de lesa-pátria. Ou clamar, em surto de esquerdismo infantil, que o ministro da Fazenda “se vendeu ao capital estrangeiro” e “não passa de um preposto do FMI”. Tais conclusões podem provocar algum efeito em assembleias estudantis, e olhe lá, pois a retórica dos anos 60 vai longe, pertence ao século passado. Também é fazer pouco da inteligência nacional a assertiva de que o Brasil deixou de ser um país soberano e tem o destino econômico preso à vontade do FMI. É inacreditável que se alimente tal desvario.

Vale a pena recuperar a história recente. O FMI pagou caro pelo excesso de ortodoxia e pelo demasiada confiança nas economias do Pri-

meiro Mundo. Exigências irreais para um capitalismo nascente e em desenvolvimento levaram a Rússia a bancarrota em 1998. E a fé cega nos banqueiros japoneses impediu que o Fundo visse com clareza que o sistema financeiro local estava condenado por créditos podres. O FMI pecou em relação à Rússia e teve de correr atrás da crise do Sudeste Asiático (mesmo erro cometeram as agências de classificação de risco). Aprendeu as lições e reviu sua metodologia de trabalho. Hoje, sua direção mostra mais sensibilidade às resistências políticas e sociais a soluções draconianas, que alimentam a recessão e o desemprego. O Fundo cobra o dever de casa, mas abandonou palmatória e orelhas de burro.

Na verdade, o mundo mudou e o FMI também. Com a globalização, é necessário agir rápido para evitar crises financeiras internacionais. Por isso, causa espanto a opinião do senador Roberto Requião (PMDB-PR): “O acordo com o FMI é como injetar cocaína na veia. O efeito passa rápido. A verdade é que o Brasil vai ser a Argentina até dezembro”. Como se vê, o senador pelo Paraná, além de conhecer o efeito da cocaína na veia, deseja o pior para a economia brasileira. Torce contra. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) perguntou ao ministro da Fazenda se uma das contrapartidas do novo acordo é a privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras. Malan se irritou: “É uma leviana assacadeira contra nossa honra dizer que nós, na calada da noite, secretamente, estaríamos discutindo esta venda”. O ministro perdeu a fleuma e também seu tempo durante a sabatina no Senado. Não há fleuma que resista a tanto preconceito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Roberto Requião, faz V. Ex^a três denúncias. A Resolução nº 40, de 1995, institui a Procuradoria Parlamentar e em seu art. 1º declara:

Art. 1º A Mesa Diretora disporá do apoio da Procuradoria Parlamentar – e aqui se encontra o Procurador – cuja finalidade é de promover, em colaboração com ela e por sua determinação, a defesa, perante a sociedade, do Senado, de suas funções institucionais e de seus órgãos e integrantes, quando atingidos na sua honra ou imagem, em razão do exercício do mandato.

Portanto, a primeira questão, desde logo, será encaminhada ao Sr. Procurador, titular da Procuradoria-Geral do Senado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – E ao Ministério Público, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Que, por sua vez, sugerirá o encaminhamento ao Ministério Público com apoio da Mesa do Senado Federal.

No segundo caso, agirá, seguramente, do mesmo modo.

E, no terceiro, estou convencido de que o Dr. Everardo Maciel, que tem procurado pautar os seus deveres com exatidão e correção, tomará a providência objeto da denúncia de V. Ex^a, que é grave. Não tenho dúvida de que S. S^a tomará essas providências.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, vamos tentar raciocinar em quanto significa, qual é o valor da perda de impostos quando os 50%, que são tributados, são reduzidos a 25% tendo em vista a subavaliação do preço dos carros importados: serão algumas centenas de milhões de dólares que o País estará perdendo. Parece-me que nem o meu amigo Everardo Maciel nem a Corregedoria da Receita se incomodou com isso. Isso está sendo feito com a complacência do Governo Federal, sem a menor sombra de dúvida, porque a denúncia foi feita e as providências não foram tomadas; pelo contrário, as providências tomadas se traduziram na intimidação do empresário denunciante.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando, apenas pedindo-lhe desculpas desde logo. S. Ex^a exerceu realmente a Procuradoria, mas há uma nova Procuradoria instituída.

V. Ex^a deseja-se manifestar sobre isso?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não. Era exatamente sobre esse termo. Fico eu agora impedido de tomar qualquer providência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Peço desculpas por ter mencionado o nome de V. Ex^a.

Os atuais Procuradores da Procuradoria Parlamentar são os Senadores Juvêncio da Fonseca, do PMDB de Mato Grosso do Sul; Gerson Camata, do PMDB do Espírito Santo; Bernardo Cabral, do PFL do Amazonas, jurista, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e Relator da Constituição da República; e Jefferson Péres, pelo Bloco da Oposição. Esses são os Procuradores aos quais a questão será encaminhada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como último orador para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero hoje fazer um registro da viagem que fez a meu Estado o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, acompanhado dos três Senadores do Estado e da Bancada de Deputados Federais, com exceção de apenas um dos oito Deputados Federais.

O Senhor Presidente da República foi a Roraima inaugurar a obra que talvez tenha sido até aqui a maior obra do Estado, juntamente com o asfaltamento da BR-174, que nos liga a Manaus e também à Venezuela, e o Presidente não só esteve na Venezuela, fazendo a ligação formal da energia de Guri até Boa Vista – e de Boa Vista vai se estender a todos os municípios do interior – como também esteve presente a uma solenidade na subestação da Eletronorte, em Boa Vista, ocasião em que não só ressaltou a importância da obra como também o empenho do Governador Neudo Campos em batalhar para que a mesma pudesse efetivamente ser realizada. Nessa ocasião, atendendo também a um pedido do Governador Neudo Campos, Sua Excelência prometeu, em público, em seu discurso, que a tarifa energética a ser cobrada daí para frente pela Bovesa, que é subsidiária da Eletronorte, será diminuída em torno de 6%. Evidentemente que, logo de saída, o Presidente não poderia estabelecer um limite absolutamente definitivo. E é por isso, Sr. Presidente, que, hoje, apresentei um re-

querimento de informações ao Ministro de Minas e Energias, solicitando informações a respeito do custo da energia que era gerada antes por uma termoeletrônica, quanto cobrava de tarifa, quanto recebe agora da energia de Guri, quanto custa e quanto ela vai cobrar para o consumidor domiciliar, comercial e industrial.

Espero que, nessa tarefa já prometida pelo Presidente da República de que a tarifa energética de Roraima seja realmente rebaixada em seu custo, a população possa efetivamente ter um ganho. Se a energia que era gerada por uma termoeletrônica chegava a ser subsidiada a fim de que a população pudesse pagar uma tarifa, não é possível entender que a Bovespa, agora, recebendo uma energia várias vezes mais barata, continue cobrando a mesma tarifa anterior. Tenho certeza de que, tanto pela promessa do Presidente como pelo empenho de todos os membros da Bancada de Roraima, nós conseguiremos atingir esse objetivo.

Nesse sentido, além do requerimento, eu quero apelar ao Ministro de Minas e Energia, ao Presidente da Eletrobrás e também ao Presidente da Aneel para que esse fato ocorra rapidamente, pois entre a promessa do Presidente e a sua concretização, segundo informações que li em um jornal do meu Estado, não há um prazo para que, efetivamente, essa situação se materialize. É importante ressaltar que todo o Brasil está atravessando uma crise energética, com ameaça até de apagão enquanto existe um Estado pequeno, Roraima, que possui uma energia firme, garantida por, pelo menos, 25 anos. Isso é um marco na história deste País, e o Presidente da República precisa ser homenageado desta tribuna.

É lamentável que a grande imprensa tenha dado mais destaque à presença do Presidente Fidel Castro na Venezuela, na ocasião desse evento, do que mesmo às palavras que o Presidente Fernando Henrique Cardoso proferiu tanto na Venezuela quanto em Boa Vista. Mas, por dever de justiça, quero fazer esse registro, ao mesmo tempo em que repito o apelo às autoridades do setor energético para a revisão da tarifa do meu Estado.

Muito obrigado a V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2001

Denomina “Governador Ivan Bichara” o viaduto Oitizeiro, localizado na BR-230, no Município de João Pessoa, no Estado do Paraíba.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º Fica denominado “Governador Ivan Bichara” o viaduto Oitizeiro, localizado na rodovia BR-230, no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo da iniciativa é manter presente na memória dos brasileiros a figura desse homem extraordinário que, por sua integridade e espírito público, teve seu nome respeitado e admirado muito além das fronteiras de sua cidade e de seu estado natal.

Professor, jornalista, advogado e político comprometido com as causas do seu tempo, esse filho de imigrante libanês começou na vida política militando em movimentos estudantis na Paraíba e elegendo-se deputado estadual após a queda do Estado Novo.

Paralelamente, atuava como jornalista e diretor do Jornal **O Norte**, que comandou a vitoriosa campanha eleitoral de José Américo de Almeida para o Governo da Paraíba em 1949. Reeito em 1950, foi escolhido presidente da Assembléia Legislativa e, nesse mesmo ano, tornou-se professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba. Ivan Bichara foi ainda professor de Literatura Portuguesa na Faculdade de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, além de escritor profícuo e crítico atuante.

Homem de múltiplos talentos, intelectual identificado com as lutas sociais do Nordeste, foi como Governador da Paraíba, eleito pela Assembléia Legislativa em 1975, que Ivan Bichara imprimiu definitivamente o seu nome na Galeria dos Grandes Homens do nosso País. Equilibrou as finanças do Estado, modernizou a gestão pública, pavimentou mais de 400 km de estradas, construiu inúmeros conjuntos residenciais e mais de 1.000 salas de aula. Investiu maciçamente nas demandas sociais e cumpriu integralmente o compromisso assumido em seu discurso de posse: “Temos a convicção de que no fim de nosso período administrativo teremos atingido a meta que iremos perseguir: a de que o povo paraibano se sinta mais fe-

liz, com saúde, com alimento mais barato, com ocupação, emprego e lazer.”

Ivan Bichara foi, sem dúvida, um homem que modificou a realidade social e política do seu tempo, ou como registrado em homenagem prestada pela Fundação Casa de José Américo a esse brasileiro admirável, “há pessoas que marcam a sua época pelas suas idéias, outras pelos seus inventos, outras pelos seus feitos e, ainda, outras pela sua arte e criatividade. Ivan Bichara Sobreira marcou o seu tempo pela sua maneira **sui generis** de ser e de fazer. Político e intelectual, ele imprimia em tudo o que fez e realizou a sua simplicidade e tranquilidade”. Daí, a razão da nossa iniciativa.

A proposição tem sua base jurídica na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que disciplina a designação das rodovias do Plano Nacional de Viação. Estabelece essa lei que as estações terminais, obras de arte e trechos de via do Sistema Nacional de Transporte terão denominação consoante com a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação. Acrescenta ainda que, mediante lei especial, poderão ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade, ouvido previamente o órgão administrativo competente.

Nesse sentido, solicitamos a colaboração dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. – Senador **Ney Suassuna**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

**Dispõe sobre a denominação de
vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.**

O Presidente de República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2001**

Altera dispositivos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre a discriminação, no fornecimento de produtos e serviços, baseada na raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 39

.....

XIV – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços em razão da raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor, salvos nos casos previstos em lei.

.....(NR)”

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 74-A. Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços em razão da raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor, salvo nos casos previstos em lei.

Pena – detenção de seis meses a dois anos e multa.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, em defesa do direito à igualdade, repudia a discriminação e o preconceito, conforme estabelecem os seguintes dispositivos dela transcritos:

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

.....

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

.....

liz, com saúde, com alimento mais barato, com ocupação, emprego e lazer.”

Ivan Bichara foi, sem dúvida, um homem que modificou a realidade social e política do seu tempo, ou como registrado em homenagem prestada pela Fundação Casa de José Américo a esse brasileiro admirável, “há pessoas que marcam a sua época pelas suas idéias, outras pelos seus inventos, outras pelos seus feitos e, ainda, outras pela sua arte e criatividade. Ivan Bichara Sobreira marcou o seu tempo pela sua maneira **sui generis** de ser e de fazer. Político e intelectual, ele imprimia em tudo o que fez e realizou a sua simplicidade e tranquilidade”. Daí, a razão da nossa iniciativa.

A proposição tem sua base jurídica na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que disciplina a designação das rodovias do Plano Nacional de Viação. Estabelece essa lei que as estações terminais, obras de arte e trechos de via do Sistema Nacional de Transporte terão denominação consoante com a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação. Acrescenta ainda que, mediante lei especial, poderão ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade, ouvido previamente o órgão administrativo competente.

Nesse sentido, solicitamos a colaboração dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. – Senador **Ney Suassuna**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

**Dispõe sobre a denominação de
vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.**

O Presidente de República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2001**

Altera dispositivos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre a discriminação, no fornecimento de produtos e serviços, baseada na raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 39

.....

XIV – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços em razão da raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor, salvos nos casos previstos em lei.

.....(NR)”

Art. 2º A Lei nº 8.078, de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 74-A. Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços em razão da raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade do consumidor, salvo nos casos previstos em lei.

Pena – detenção de seis meses a dois anos e multa.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal, em defesa do direito à igualdade, repudia a discriminação e o preconceito, conforme estabelecem os seguintes dispositivos dela transcritos:

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

.....

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

.....

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei:

....."

Como se pode observar, o legislador constituindo e condena qualquer discriminação em prejuízo dos direitos e liberdades fundamentais, que deverá ser punida pela lei, e, no tocante à prática do racismo, entende que esse tipo de discriminação é de natureza ainda mais grave, motivo pelo qual impõe seja ela considerada crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, estando a matéria regulamentada pela Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor".

Quanto ao inciso XLI acima transcrito, que trata genericamente da discriminação atentatória dos direitos fundamentais, sua regulamentação tem sido objeto de leis esparsas, como a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, a qual determina em seu art. 1º que "fica proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para acesso a relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvadas, neste caso, as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal".

Com o projeto que ora submetemos à apreciação desta Casa, pretendemos alterar o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC), repudiando a discriminação ao consumidor de bens e serviços, em razão de sua raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, estado civil ou idade, conduta repugnante que ainda é adotada por algumas pessoas inescrupulosas e que reclama a atuação do Estado, punindo-a de forma conveniente, com o que, espera-se, será praticada com menor frequência.

A alteração proposta para o art. 39 do CDC caracteriza a discriminação como prática abrasiva do fornecedor de produtos ou serviços, sujeitando-o às

penalidades administrativas elencadas no art. 56 daquele diploma legal, sem prejuízo da aplicação de sanções de natureza civil, que poderão ser estipuladas em sentença judicial, em decorrência de ação intentada pela parte ofendida.

Já a introdução do art. 74-A tem por finalidade criminalizar a referida conduta, para a qual estamos propondo a maior pena estipulada para os demais crimes previstos pelo código (detenção de seis meses a dois anos e multa).

Por acreditarmos que a discriminação agride o princípio constitucional da igualdade e tendo em vista que a lei, de acordo com o mandamento contido no XLI do art. 5º da Lei Maior, deve puni-la é que apresentamos este projeto, para o qual contamos com apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001 – Senador **Moreira Mendes**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

.....
Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

I – condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III – enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV – prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII – repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII – colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

IX – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais; (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

X – elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços; (Inciso acrescentado pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

XI – Dispositivo incorporado pela MPV nº 1.890-67, de 22-10-1999, transformado em inciso XIII, quando da conversão na Lei nº 9.870, de 23-11-1999;

XII – deixar de estipular prazo para o cumprimentos fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério; (Inciso acrescentado pela Lei nº 9.008, de 21-3-1995)

XIII – aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido. (Inciso acrescentado pela Lei nº 9.870, de 23.11.1999)

Parágrafo Único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amstras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

**TÍTULO II
Das Infrações Penais**

Art. 74. Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo;

Pena Detenção de um a seis meses ou multa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 142, DE 2001**

Altera o parágrafo único do art. 15 e o § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 15, acrescido pela Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e o § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15.

Parágrafo único. Até o dia trinta de setembro de cada ano, as instituições financeiras de que trata o **caput** encaminharão ao Ministério da Integração Nacional e à comissão mista permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, para conhecimento, a proposição de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte.” (NR)

Art. 20.

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º Os relatórios de que trata o **caput**, acompanhados das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, serão encaminhados à comissão mista permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciados na forma e no prazo do seu regimento interno. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O art. 48 da Lei Maior incumbe o Congresso Nacional de dispor sobre todos os assuntos de competência da União, especialmente sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvol-

vimento. Para o cumprimento desse mister, o **caput** do art. 71 da Constituição Federal indica o Congresso Nacional como o titular do controle externo, competindo-lhe fiscalizar a aplicação das subvenções e renúncias de receitas. A atividade fiscalizatória da comissão mista a que se refere o art. 166, § 1º, da Lei Maior, nesse particular, foi preconizada pelo art. 72 do Estatuto Fundamental.

Os recursos para aplicação dos Fundos Constitucionais derivam da observância aos ditames do art. 159, I, **c**, Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea **c**, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências", que ora se pretende alterar.

As alterações propostas visam a conferir maior efetividade às funções de controle e, por via de consequência, de planejamento, deferidas pelo constituinte ao Congresso Nacional e, por via de consequência, à comissão mista de que trata o art. 166, § 1º, da Lei Maior.

De fato, pela atual redação da norma, o Congresso deve receber apenas as demonstrações contábeis auditadas. Mas, sem o relatório das aplicações de recursos, torna-se praticamente impossível acompanhar a observância dos preceitos atinentes aos Fundos e os resultados auferidos. Assim, justifica-se a alteração efetuada no § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827/89.

A inclusão do programa de aplicações para o exercício subsequente, enviado ao Ministério da Integração Nacional até 30 de setembro, antes mesmo de submetê-lo aos Conselhos Deliberativos dos Fundos, serve de contraste para efetuar o exame dos resultados obtidos. Dessa forma, nada mais natural do que disponibilizar a pretensão inicial de aplicações dos recursos àquele ente encarregado de pronunciar-se a respeito, para conhecimento, oportunizando o adequado cotejo entre o pretendido e o alcançado.

Cumpra destacar que, com este projeto de lei, pretende-se coibir ocorrências como a apreciação das aplicações dos Fundos com mais de seis anos de defasagem. Atribuindo-se responsabilidade a um órgão específico do Congresso Nacional, que é a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e facultando a regulamentação da forma e dos prazos para exame por meio do seu regimento interno,

valoriza-se o trabalho e a atuação fiscalizadora do controle externo exercido pelo Congresso Nacional.

Isso posto, resta contar com o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. – Senador **Jefferson Péres**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 15. Ficam revogados o art. 11 e o § 2º do art. 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; os arts. 1º, 3º, 5º, 6º; o § 3º do art. 8º e o art. 13 da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea **c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências.**

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, para fins de aplicação dos recursos de que trata a alínea **c** do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, os quais se organizarão e funcionarão nos termos desta lei.

Art. 20. Cada instituição financeira federal de caráter regional apresentará, semestralmente, ao Conselho Deliberativo da superintendência de desenvolvimento de sua respectiva região, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

§ 1º O exercício financeiro de cada Fundo coincidirá com o ano civil, para fins de apuração de resultados e apresentação de relatórios.

§ 2º Deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoragem.

§ 3º Os bancos administradores deverão colocar à disposição dos órgãos de fiscalização competentes os demonstrativos, com posições de final de mês, dos recursos, aplicações e resultados dos Fundos respectivos.

§ 4º O balanço, devidamente auditado, será encaminhado ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 48.* Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Art. 70.* A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será excida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Nor-

* Alterado pela Emenda Constitucional nº 19/98.

te, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido.

.....
Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º Caberá a uma comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I – examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

§ 2º As emendas serão apresentadas na comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida;
- c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e o Distrito Federal; ou

III – sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão

enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

§ 7º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 448, DE 2001

Nos termos do disposto no § 2º do art. 50, da Constituição Federal, bem como do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja remetido ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda a solicitação da seguinte informação:

Sobre a veracidade da informação de que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, cuja venda prevista para outubro do corrente ano, estaria inclusa no recente acordo do Governo Federal com o FMI;

Justificação

Tal solicitação faz-se necessária em decorrência de notícia veiculada, neste sentido, no jornal **Folha de S. Paulo**, em 16 de agosto de 2001. A privatização da Copel teve a sua discussão iniciada ontem na Assembleia Legislativa do Paraná e tem suscitado enorme polêmica no nosso Estado. Segundo a Agência Folha, em Curitiba, foi a mais longa e tumultuada sessão de sua história terminando com o plenário ocupado por manifestantes sem que os deputados conseguissem votar o projeto.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. –
Osmar Dias, Senador.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 449, DE 2001

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde as seguintes informações:

1. Valor efetivamente liberado, até esta data em relação ao estabelecido no Orçamento da Seguridade Social, para o Ministério da Saúde no exercício de 2001. Previsão orçamentária para o exercício de 2002.

2. Situação da liberação e da execução orçamentária dos recursos previstos para o Ministério da Saúde no Orçamento da Seguridade Social de 2001, em relação aos Programas Saúde da Família, Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência, Saúde Mental, Saneamento Básico, Prevenção e Controle da Dengue, Qualidade do Sangue e Controle da Hanseníase e de outras Dermatoses, e à atividade Implantação do Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde.

3. Ações implementadas para resolver a controvérsia jurídica entre a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Advocacia Geral da União, de um lado, e a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, de outro, referente à interpretação do art. 7º da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que promoveu alteração na redação do art. 77 da Constituição Federal, no que diz respeito ao volume mínimo de recursos a serem aplicados, pela União, em ações e serviços de saúde no período de 2001 a 2004, e conclusões a que se chegou.

Justificação

Tendo em vista a controvérsia oriunda da interpretação do art. 7º da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, envolvendo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Advocacia Geral da União, por um lado e a Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, do outro, afigura-se-nos de extrema relevância e urgência, para o fiel exercício das funções constitucionais do Congresso Nacional, ter conhecimento das medidas e providências tomadas para a superação do conflito, uma vez que suas repercussões incidem diretamente

sobre a qualidade de vida da sociedade brasileira como um todo.

No mesmo contexto, cremos necessário esclarecer as denúncias trazidas a público pela imprensa de que a execução de determinados programas e atividades estratégicas do setor saúde encontra-se prejudicada pela não liberação de recursos previstos no orçamento.

É essa, portanto, a razão que fundamenta o presente Requerimento.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. – Senador **Carlos Valadares**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – De acordo com o disposto no art. 1º da Resolução nº 1, de 1996-CN, e com as indicações das Lideranças, a Presidência designa os membros do Senado Federal na Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Roberto Requião		Pedro Simon
Casildo Maldaner		Amir Lando
José Fogaça		Marluce Pinto
	PFL	
Jorge Bornhausen		Waldeck Ornélas
Geraldo Althoff		José Coelho
	Bloco (PSDB-PPB)	
Pedro Piva		Ricardo Santos
Antero Paes de Barros		Leomar Quintanilha
	Bloco de Oposição (PT-PDT-PPS)	
Emília Fernandes		(vago)
	PTB	
Arlindo Porto		(vago)

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 450, DE 2001

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Frei

Artur Agostini, falecido ontem dia 15 de agosto no Estado de Roraima, vítima de acidente automobilístico:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências aos Membros da Comissão Pastoral da Terra do Estado de Roraima e aos Dirigentes da Diocese de Boa Vista – RR.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para encaminhar a votação.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço-me, neste momento, intérprete do sentimento de imenso pesar que acomete os roraimenses, tendo em vista o falecimento do Frei Artur Agostine, personalidade das mais queridas e respeitadas em Roraima, membro da 1ª Ordem Franciscana.

Vítima fatal de um acidente automobilístico, ocorrido ontem, às 19 horas, na BR-174, na proximidade do igarapé Paricarana, a cerca de 150 quilômetros de Boa Vista, foi privado da vida, assim como os três indígenas que o acompanhavam no veículo.

O Frei Artur Agostine voltava de uma das suas muitas missões que fazia no interior e, sem dúvida alguma, deixa uma lacuna grande no Estado de Roraima.

Dirigente da Diocese de Roraima e Coordenador da Comissão Pastoral da Terra, dedicava-se ao trabalho da formação de lideranças e atuava não só na área urbana, mas também na área rural.

Perde a Igreja Católica um grande apóstolo, perde Roraima um líder religioso carismático, cuja vida era voltada para o bem, para o direito à liberdade, direcionada à equidade social.

Registro, pois, a tristeza não só do povo da minha terra pela desaparecimento do Frei Artur Agostine, mas também o meu sincero lamento em razão do ocorrido.

Personalidades como a do saudoso Frei Agostine são aquelas que bem tipificam os seres humanos que o mundo necessita, chamando-o de homens de boa vontade.

Quero, portanto, pedir ao Plenário a aprovação dessa homenagem a um homem que tem sua história

voltada para ação social no meu Estado e na região Amazônica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.**

Senhor Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, faço-me, neste momento, intérprete do sentimento de imenso pesar que acomete os roraimenses, tendo em vista o falecimento do frei Artur Agostine, personalidade das mais queridas e respeitadas em Roraima, membro da 1ª Ordem Franciscana.

Vítima fatal de um acidente automobilístico, ocorrido ontem, por volta das 19 horas, nas proximidades do igarapé Paricarana, a cerca de 150 quilômetros de Boa Vista, foi privado da vida, assim como o foram três indígenas que se encontravam no mesmo veículo.

O frei Artur Agostine voltava, então, de mais uma das muitas missões que tomava para si. Trazia vários indígenas da Missão Surumú que, desde sábado, participavam de um curso sobre Direitos Indígenas. Dirigente da Diocese de Roraima e Coordenador da Comissão Pastoral da Terra dedicava-se ao trabalho de formação de lideranças em questões ligadas à terra, fosse ela urbana ou rural. Era mais do que um “homem de Deus”, era o norte dos desassistidos, era um defensor do pioneiro deste imenso Brasil, o índio. Perde a Igreja Católica um grande apóstolo, perde Roraima um líder religioso, carismático, cuja vida era voltada para o bem, para o direito à Liberdade, direcionada à equidade e à justiça.

Registro, pois, a tristeza não só do povo da minha terra pelo desaparecimento do frei Artur Agostini, mas também o meu sincero lamento em razão do ocorrido.

Personalidades como a do saudoso frei são aquelas que bem tipificam os seres humanos de que o mundo necessita, cada vez mais, ou seja, são aquelas pertinentes aos chamados “homens de boa-vontade”.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

Acidente mata padre e três indígenas

Um acidente na BR – 174 causou a morte do frei Artur Agostini, três indígenas e ferimentos em sete outras pessoas. O fato aconteceu por volta das 19 horas nas proximidades do igarapé Paricarana, em frente à fazenda Diamante Verde, cerca de 150 quilômetros de Boa Vista em direção a Venezuela.

Conforme informações do jornalista André Vasconcelos, assessor de comunicação do Conselho Indígena de Roraima – CIR –, a F-1000 da Diocese de Roraima era dirigida pelo Arthur Agostini. Ele trazia vários indígenas da Missão Surumú que desde sábado participavam do Curso de Direitos Indígenas organizado pelo CIR.

Na cabina da F-1000 junto com Lúcia Macuxi e frei Artur, que dirigia o carro, a indígena Maria de Fátima das Chagas contou que um veículo trafegando em sentido contrário ao deles, ia com a luz alta e encandeou o padre, fazendo com que eles saíssem da pista.

Questionada se não houvera colisão ou outro obstáculo para motivar o acidente Maria de Fátima pensou e disse. “Eu não me lembro direito. Acho que houve uma batida, sim”, demonstrando ainda estar atordoada devido ao acidente e chocada com a cena que presenciou.

Segundo ela, depois do carro parar, os sobreviventes foram ver o que tinha acontecido com cada um, e descobriram que o e Lúcia Macuxi estavam mortos. Com a chegada de veículos que trafegavam na rodovia, os feridos foram levados para a cidade de Pacaraima, 70 quilômetros distante do local do acidente. Entre os removidos para lá estavam os indígenas Davi Deyden da etnia wai-wai e Severino Raimundo Rodrigues da etnia macuxi, que morreram poucos instantes depois de receberem os primeiros socorros. Além deles, outras sete pessoas também foram levados para lá, onde ficou Augusto da Silva Rodrigues com escoriações de natureza leve.

Após os primeiros atendimentos e com suspeita de traumatismo craniano e fraturas múltiplas, para Boa Vista foram removidos: Moisés Souza de Almeida; Queles da Silva; Alonço da Silva; Carlos Pereira da Silva; Ernesto Malheiros e Vanderley Wai-wai. “Cinco deles estavam com traumatismo craniano”, disse uma enfermeira de Pacaraima, que pediu para sua identidade não ser revelada.

Versão – De acordo com uma fonte ouvida pela Folha, o acidente ocorreu porque um carro venezuelano tentou ultrapassar a F-1000 dirigida por frei Artur Agostini quando outro veículo ia em direção à Pacaraima. “Ao tentar voltar para sua pista, o carro venezuelano deu um pequeno toque na F-1000 do padre que capotou na pista, enquanto o venezuelano desceu o aterro”, declarou.

Quem era O Frei

O frei Artur Agostini era membro da 1ª Ordem Franciscana. Em Roraima ele coordenava a Comissão Pastoral da Terra, se dedicando ao trabalho de formação de lideranças quanto ao direito à terra, fosse urbana ou rural.

Até a semana passada, ele integrava o Conselho Municipal de Meio Ambiente e dele deixou de fazer parte devido a votação que o excluiu do órgão. Apesar de questionado, era respeitado mesmo pelos que questionavam sua atuação.

Entre membros dos diferentes movimentos pastorais, o gozava de respeito e admiração. “A comunidade católica perdeu uma liderança que se preocupava com a democratização do direito à terra”, disse o jornalista André Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o Requerimento nº 450, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 27, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 1999, de autoria do Senador Álvaro Dias, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria, tendo

Pareceres sob nºs 1.075, de 1999 e 715, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, **1º pronunciamento** (sobre o Projeto): favorável, com votos contrários dos Senadores José Fogaça, Paulo Souto, Geraldo Althoff, Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos e Bello Parga; **2º pronunciamento** (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): favorável, nos termos da Subemenda nº 1-CAE (Substitutiva) à Emenda nº 1-Plen.

Discussão, em conjunto, do projeto, da emenda e da subemenda, em turno único. (Pausa.)

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este projeto é uma tentativa de se reordenar, a meu ver, de forma mais adequada, em função das características deste País continente, a aplicação dos recursos do BNDES, que é o nosso grande banco nacional de fomento, que tem um orçamento gigantesco, instrumento valioso para a alavancagem do processo de desenvolvimento econômico e social do nosso Brasil, especialmente com o objetivo de geração de empregos.

De início, o BNDES teve uma função relevante: financiar empresas estatais para dotar o País de uma infra-estrutura adequada no setor rodoviário, ferroviário, aeroportuário e portuário, sobretudo no setor de energia.

Juscelino Kubitschek, especialmente, utilizou da forma mais conveniente essa instituição financeira,

em grande parte responsável pelo processo de desenvolvimento do nosso País.

Nos últimos tempos, no entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que se assiste é a aplicação dos recursos do BNDES notadamente no projeto de desestatização do Governo Federal. Com isso, recursos que poderiam estimular a geração de emprego no interior do País têm sido destinados ao financiamento de grandes empresas multinacionais em vários setores da atividade, especialmente em setores estratégicos da nossa economia, como o setor de energia.

Ao olhar o Senador Romero Jucá, lembro-me exatamente que, no dia em que votávamos aqui no Senado Federal a autorização para o Governo de Roraima adquirir empréstimos externos para instalação do sistema de distribuição de energia, o BNDES financiava uma empresa norte-americana para adquirir parte da Cesp, no Estado de São Paulo.

Este já é, sem sombra de dúvida, um fato grave: um pequeno Estado brasileiro fica proibido de valer-se de recursos nacionais do BNDES, tendo que buscar recursos externos com taxas de juros superiores, enquanto o Governo brasileiro, por meio do BNDES, com taxas de juros inferiores, financia uma empresa estrangeira para aquisição de uma empresa pública nacional, construída com esforço do povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso projeto tem essa finalidade. A agroindústria é o setor gerador de emprego no País e tem o poder de localizar, de forma mais competente, no espaço geográfico, a população brasileira, eliminando essas distorções existentes com o êxodo. As grandes populações interioranas se locomovem para as regiões metropolitanas atraídas por melhores oportunidades de vida, já que os grandes projetos industriais lá estão localizados.

Portanto, há aí uma distorção: se o Poder Público não pode determinar onde as pessoas devem viver, tem a obrigação e os mecanismos necessários para estimular uma melhor distribuição no espaço geográfico da nossa população, evitando o êxodo.

Estamos fixando um mínimo de 22% dos recursos do BNDES para financiar a agroindústria. Já tivemos até 29% dos recursos do BNDES para o setor e esse percentual caiu para 13%. Evidentemente, com recursos mais volumosos no setor de agroindústria, vamos, além de distribuir melhor a população, estimular a agricultura, dinamizar o comércio e o transporte, aumentar a receita pública dos Municípios brasileiros

e, certamente, conter de forma objetiva o êxodo, especialmente o rural.

A agroindústria se localiza próximo à propriedade rural, onde se produz, com muito esforço, a matéria-prima que deve ser transformada industrialmente, agregando valores à economia, já que a exportação dos produtos primários **in natura** subtrai dos cofres públicos um percentual de receita expressivo.

Portanto, Sr. Presidente, esta proposta, se acolhida por esta Casa e pelo Governo da República, certamente promoverá uma verdadeira revolução no interior do País, estimulando investimentos produtivos de forma acentuada e, por consequência, melhorando as condições de vida, inclusive nas regiões metropolitanas.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Álvaro Dias, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Concedo, com prazer, o aparte a V. Ex^a, Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Álvaro Dias, considero da maior importância o projeto de lei de autoria de V. Ex^a, principalmente porque fomenta o desenvolvimento econômico do País. Quem investe na agricultura, e conseqüentemente na agroindústria, gerará empregos e permitirá a captação de impostos. Irei um pouquinho mais além. Hoje vivemos em um mundo globalizado, em que a competição é muito grande, e, quando falamos em exportação, temos de conquistar esse território no Brasil. Por outro lado, inicialmente, houve aplicações no setor da agroindústria nos anos de 1995, 1996, 1997 e 1998, que vêm caindo. Se não me engano, chegamos a ter, em 1996, 25% de verbas destinadas aos projetos da agroindústria pelo BNDES, que é um importante financiador do sistema produtivo do nosso País. Durante toda minha vida, participei desse sistema e conheço-o de perto e sei de sua importância. Muitas vezes, o BNDES tem direcionado seus investimentos para os Estados, para serviços e para privatização e esquece-se de algo muito importante. Recentemente, vimos, na Bahia, quando a Ford se dirigiu para lá, uma complementação fabulosa de verbas para apoiar uma multinacional que deveria trazer o seu investimento de lá, concorrendo com o mercado nacional e sem trazer benefícios e geração de empregos. Essa sua proposta é válida e importante porque teremos milhares de microempresas, de agroindústrias projetando o seu crescimento. E o País vai depender disso. Parabéns a V. Ex^a pelo projeto! Eu até perguntaria o

seguinte: por que não estendê-lo também às micro-empresas do setor produtivo? Parabéns, Senador!

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço a V. Exª o aparte. Esse é um setor que gera um número maior de empregos a um custo menor. Não há dúvida nenhuma disso.

Nós estaremos, dessa forma, alimentando a agricultura, como diz V. Exª, que é nossa vocação natural. Claro que devemos desenvolver ao máximo o processo de industrialização no País, mas sem perder de vista a nossa vocação natural, que é a agroindústria. Daí a importância de agregar valores na economia por meio de um processo de agroindustrialização no interior do País.

Vejo, aqui, em uma das emendas apresentadas, uma justificativa de que houve um incremento de recursos no setor da agroindústria, mas percentualmente não. Esse incremento em valores brutos diz respeito ao processo inflacionário em que vivemos no Brasil; menor no Plano Real, mas ainda existente. Tanto que tivemos, no ano de 1994, 29% dos recursos do BNDES destinados à agroindústria e no ano de 1998 – último dado que temos –, quando da apresentação do projeto, apenas 13%, já que o grosso do orçamento do BNDES foi utilizado exatamente no processo de desestatização do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, espero que esta Casa acolha esta proposta, que não tem outro objetivo senão contribuir com as ações de Governo para desenvolvermos a nossa economia.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem V. Exª a palavra por dez minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de louvar a feliz iniciativa do eminente Senador Álvaro Dias. Na realidade, o grande financiador do Brasil é o BNDES, que tem um capital astronômico e que pode e deve financiar, principalmente, o setor agropecuário.

O que precisamos é agregar valor aos nossos insumos primários para termos condições de competitividade com os mercados internacionais e para melhorarmos a nossa balança comercial. Este projeto é a melhor maneira de gerar emprego na zona rural, evitando o êxodo e revertendo o fluxo migratório. As nossas megalópoles não estão oferecendo as condições de vida que suas populações gostariam de ter. Portanto, este projeto de lei atende às necessidades

de geração de emprego e de reversão do fluxo migratório.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço V. Exª.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Quero aproveitar, Senador Carlos Patrocínio, para, por intermédio de V. Exª, cumprimentar o autor desta proposta, o Senador Álvaro Dias. Este projeto vem ajudar a descentralizar o desenvolvimento do Brasil, como diz V. Exª, vem ajudar a evitar esses grandes conglomerados, que causam um sufoco tremendo em todos nós. Sempre tenho destacado que há três problemas fundamentais nas grandes metrópoles: infra-estrutura, moradia e segurança. São problemas sérios. Às vezes, digo que se apertarmos os jornais pela manhã, escorrerá sangue, em função da violência ocorrida à noite, da intranquilidade. Isso é comum. A proposta do Senador Álvaro Dias ajuda a desconcentrar, a fazer com que as pessoas fiquem onde se encontram, ao propiciar a interiorização do desenvolvimento, usando o BNDES como fonte de financiamento, cujo comando o Governo brasileiro detém, nas questões relacionadas à agroindústria – suinocultura, produção de grãos etc –, tudo isso que representa quase 40% do PIB brasileiro e que emprega um percentual extraordinário de mão-de-obra, quase 50%, direta e indiretamente, como instrumento para ocupar o Brasil equitativamente, para desafogar as grandes metrópoles. Gostaria de cumprimentar V. Exª e, por seu intermédio, o Senador Álvaro Dias pela proposta.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço o aparte do ilustre Senador Casildo Maldaner, que falou com muito mais lucidez e proficiência aquilo que eu gostaria de falar. Nós comungamos do mesmo pensamento: temos que desconcentrar as nossas megalópoles.

Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção para o fato de que percebo aqui a intenção de se aprovar a Emenda nº 1, que modifica totalmente o projeto do eminente Senador Álvaro Dias. Aliás, uma emenda que não tem conexão nenhuma com o projeto apresentado pelo eminente Senador Álvaro Dias.

Quero encaminhar favoravelmente e solicitar aos nobres pares que aprovemos o projeto do eminente Senador Álvaro Dias. Se quiserem derrubar o projeto de S. Exª, que o façam, mas não devemos aprovar uma emenda que é totalmente inócua e ineficaz. Não há necessidade de aprovar uma emenda para fazer com que o BNDES venha a prestar esclare-

cimentos sobre o seu plano de atuação em determinados setores, porque isso já temos de sobra no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de certa forma, sinto-me constrangido diante dos pronunciamentos dos nobres colegas, porque, no mérito, sou inteiramente favorável à proposição do Senador Álvaro Dias. Acho também que o setor de agroindústria tem que merecer prioridade nas aplicações do BNDES, por todas as razões que foram aqui aduzidas: pela geração de emprego, pela interiorização da economia, pelos benefícios sociais, enfim, por uma vocação inequívoca da economia brasileira.

Entretanto, obrigar o BNDES a investir 22% das suas aplicações globais no setor conduz a freqüentes descumprimentos, por absoluta impossibilidade de atendimento. Isso porque, se não houver projetos, pedidos ou proposições em exame no BNDES – proposições consideradas viáveis sob o ponto de vista econômico e financeiro –, não há como atender tudo isso. O BNDES não cria projetos; ele financia projetos que lhe são apresentados. A obrigatoriedade de aplicação vai conduzir provavelmente a um descumprimento da lei. Se a proposição tivesse uma redação que obrigasse, por exemplo, o BNDES a aprovar com prioridade todos os projetos considerados viáveis que lhe fossem apresentados no setor de agroindústria até que esse total se situasse em torno de 22% do global, eu estaria de pleno acordo.

Entretanto, discordo da obrigatoriedade absoluta. Conheço o mecanismo de atuação do BNDES muito bem, porque fui funcionário daquele Banco durante toda a minha vida profissional e sei que ele funciona diante de solicitações.

Reconheço que a emenda sanou o problema e com ela estou de acordo, porque obriga a direção do BNDES a prestar contas ao Senado e justificar suas aplicações. Por outro lado, com a obrigatoriedade absoluta dos 22%, não obstante concordar inteiramente com o mérito e o objetivo da proposição do Senador Álvaro Dias, não posso concordar, por conhecer profundamente o funcionamento do BNDES. A redação poderia ter sido outra, obrigando o Banco a financiar todos os projetos do setor considerados viáveis até atingir aquele limite.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Com muita satisfação, Senador.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Senador Roberto Saturnino, é claro que V. Ex^a, com o brilhantismo que todos já conhecemos, aborda uma questão importante. Ao propor o projeto, analisei essa hipótese de a lei não poder ser cumprida por ausência de projetos compatíveis. No entanto, a experiência demonstra que há projetos oriundos da agroindústria sobrando no BNDES, e, quando o Banco deseja, por meio do seu corpo técnico, ele pode inclusive orientar esse setor – que é o mais expressivo da economia nacional – a propor projetos das mais diversas modalidades, atendendo inclusive às peculiaridades regionais. Vejo, no meu Estado do Paraná, que é um Estado eminentemente agrícola, uma região como a do sudoeste, por exemplo, que se organiza, estabelece um programa de interação entre todos os Municípios e apresenta as mais diferentes alternativas de projetos que podem ser financiados pelo BNDES. No entanto, os recursos do BNDES estão sendo destinados especialmente à privatização no nosso País. Foi exatamente no embalo dessa distorção governamental de dirigir os recursos fundamentais para o nosso desenvolvimento, a fim de alcançar os objetivos da desestatização, que propusemos esse projeto. É claro que é possível estabelecer regulamentação na forma como V. Ex^a propõe, neste momento, ou seja, com a aplicação dos 22%, desde que comprovada a existência de projetos viáveis. Tudo isso é possível. O Governo pode propor esse tipo de regulamentação para que o nosso projeto possa alcançar os seus objetivos sem promover nenhum tipo de impacto negativo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Senador Álvaro Dias, repito que estou de acordo com os propósitos de V. Ex^a. Creio que a regulamentação não deve exceder em nada as obrigações da lei ou não deve truncar em nada as suas obrigações. A lei aqui está clara, está obrigando o Banco a aplicar 22% dos seus recursos no setor. Não é apropriada essa obrigatoriedade. Penso que deveria haver condicionamentos na própria lei. A meu ver, isso vai suscitar descumprimento da lei, seja pelo afã de se cumprir a aprovação de projetos que não são financeiramente viáveis, seja pelo crescimento do índice de inadimplência do Banco, o que seria extremamente grave. Enfim, estou aqui explicitando as minhas preocupações pela forma como o projeto está redigido e dizendo que eu preferiria uma forma melhor.

O BNDES é um Banco público, é uma empresa da Nação e do povo brasileiro. A sua gestão deveria estar submetida a um controle muito maior da sociedade. Diretores nomeados pelo Governo e com interferências, muitas vezes, de natureza política acabam introduzindo grandes distorções. Creio que deveríamos pensar em um Conselho para o BNDES, com uma representação mais substancial da sociedade, para exatamente corrigir esses aspectos de concentração de aplicações em determinadas regiões, de atendimento de interesses econômicos mais fortes.

Porém, em relação a esse tipo de legislação obrigatória de um percentual, confesso a V. Ex^a, não obstante reconhecer o mérito do seu propósito, sentir dificuldade em aprová-la, razão pela qual votarei contrariamente. Eu votaria a favor da emenda, sim, porque ela obriga à prestação de contas, mas não obriga à aplicação desse percentual.

São essas as considerações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha intervenção também é bastante semelhante à do Senador Roberto Saturnino.

Na Comissão, votei contrariamente ao projeto e quero aqui ressaltar o enorme respeito que tenho pelo Senador Álvaro Dias, brilhante Senador, homem sério, de boa-fé, que fez este projeto pensando no País, a seu modo, evidentemente, sob o prisma que S. Ex^a entende. Porém, às vezes, projetos com boas intenções podem resultar em sentido e efeito contrários. Portanto, isso leva, muitas vezes, a ter que se posicionar contrariamente a tão boas e tão elogiáveis intenções, como aquelas que moveram o Senador Álvaro Dias.

De fato, houve uma redução relativa dos investimentos no setor da agroindústria por parte do BNDES, mas essa redução é relativa, porque, de 1996 para 1999, houve verdadeiramente uma duplicação do volume total de investimentos. Saltou de R\$9 para R\$18 bilhões, ou seja, isso é muitíssimo mais, é incontável, é imensuravelmente mais do que o crescimento da economia.

O BNDES se tornou possivelmente o segundo ou o terceiro maior banco de investimentos públicos do mundo – não sei se além do Banco Mundial e do BID há um outro banco público de investimentos com

esse volume de recursos disponíveis para investimentos.

Com isso, o que ocorreu? O percentual dos investimentos no setor de agroindústria caiu; evidentemente caiu, mas não em termos absolutos. Para se ter uma idéia, no ano de 1996, aplicava-se R\$1,6 bilhão na agroindústria; em 1999 – portanto, há dois anos –, aplicaram-se R\$2,8 milhões, ou seja, praticamente foram dobrados os investimentos. Saltou-se de um número para outro que representa 100% a mais. Houve o dobro dos investimentos. Em termos absolutos, há um extraordinário crescimento, há uma grande expansão de investimentos em agroindústria.

Portanto, essa vinculação, esse efeito pode acabar sendo negativo. Hoje, 22% dos investimentos do BNDES, tendo havido essa enorme expansão dos créditos que estão disponíveis, evidentemente se tornam um pouco irrealistas diante do Brasil, diante da realidade econômica, diante da realidade empresarial brasileira. E, geralmente, criar esses engessamentos, essas obrigatoriedades, essas formas compulsórias fechadas e restritas acaba tendo efeitos negativos, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Isso cria obrigações que o Estado tem que cumprir e acabam se transformando, mais do que em obrigações, em facilidades.

Não é essa a intenção. O Senador Álvaro Dias é um homem de boa-fé, é um homem público acima de qualquer suspeita, e evidentemente esse tipo de intenção não passa pela sua cabeça.

Quando criamos esses investimentos, que têm que ocorrer obrigatoriamente num determinado setor, tipo Sudam, por exemplo, gera-se uma espécie de dinheiro fácil. E aí inventam-se projetos, viáveis ou inviáveis, muitas vezes, – e, na maioria das vezes, inviáveis –, porque aquele dinheiro está ali, fácil, disponível, obrigatório, tem que ser emprestado. Não havendo projetos viáveis e consistentes, acabam-se criando projetos inviáveis e inconsistentes para receber aquele dinheiro – vide Sudam. Os projetos inviáveis, portanto, acabam se valendo desses recursos públicos para jogar fora a poupança interna nacional.

Fico chateado, mas não posso deixar de dizer, tal como o Senador Roberto Saturnino, que não posso votar favoravelmente ao projeto em si.

Indago da Mesa se a emenda de plenário não tem a característica de um substitutivo. Portanto, o substitutivo teria preferência, regimentalmente. Creio que tem preferência. Então, estamos discutindo o substitutivo e não o projeto. Confere, Sr. Presidente? (Pausa.)

Obrigado. Agradeço a confirmação por parte da Mesa.

De modo que voto favoravelmente ao substitutivo e quero louvar a atitude do Senador Álvaro Dias, porque ela nos trouxe a novidade de que, agora, o BNDES terá que, anualmente, enviar para o Senado todo o relatório dos seus investimentos, discriminados, para que se faça uma avaliação criteriosa da distribuição desses recursos. Entendo essa avaliação. Podemos convocar o Presidente do BNDES para que nos explique e, depois disso, podemos então, aí sim, diante de um quadro, aplicar, quem sabe, uma legislação que possa melhor dirigir ou abrir o leque desses investimentos.

Em 99% dos casos, voto a favor dos projetos de lei do Senador Álvaro Dias, porque sempre têm esse cunho de boa fé, de boa intenção, de visão de um homem público que quer atender os interesses do País, mas, infelizmente, dessa vez estou votando contrariamente. No entanto, voto favoravelmente ao substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concluo a informação ao Senador José Fogaça, esclarecendo que, embora tenha sido estabelecida a Subemenda nº 1, ela foi classificada – como V. Exª entende – como sendo um substitutivo. O que está sendo posto em votação será, portanto, o substitutivo, que tem preferência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Exª por dez minutos, para discutir.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi com muito cuidado o pronunciamento do Senador José Fogaça e acho que S. Exª é um Senador extraordinariamente bem intencionado. Jamais alguém questionaria a boa fé do Senador José Fogaça, mas o seu pronunciamento veio lastreado numa certa ingenuidade, porque a agroindústria e a agricultura, no Brasil, não vêm recebendo nenhum estímulo do Governo. O tal modelo de atrelar o setor avançado da economia brasileira ao famoso mundo globalizado tem desprezado a agricultura e a agroindústria, e o BNDES vem seguindo esse caminho. O BNDES financia montadoras de automóvel – montadoras, meras importadoras de peças –, que montam conjuntos, dão polimento em latarias previamente pintadas lá fora e colocam no mercado interno.

A intenção do Senador Álvaro Dias é fazer com que o BNDES atenda a realidade da base econômica brasileira. O BNDES seria engessado. Oh, meu Deus, que santa ingenuidade! Desengessado, o BNDES está financiando a compra de estatais brasileiras por multinacionais riquíssimas.

O Senador Álvaro Dias, sem a menor sombra de dúvida, resolveu, com o seu projeto oportuno, bem intencionado e correto, colocar freio e brida na política entreguista do BNDES. Dessa forma, na condição de Senador do Paraná, reconhecendo não só a boa intenção, mas a precisão, a exatidão e a necessidade de investimentos maiores na agricultura e na agroindústria, como fazem, por exemplo, os Estados Unidos, que subsidiam pesadamente sua agricultura com garantia de preço mínimo e com o pagamento, por parte do Estado americano, de 40% do seguro agrícola, conseguindo, neste ano, uma safra de 440 milhões de toneladas, contra nossa ridícula safra de perto de 90 milhões de toneladas, quero dizer que apóio o projeto do Senador Álvaro Dias.

Não posso aceitar que S. Exª seja ironizado e o seu projeto, tratado com uma manifestação ingênua de quem não entende da realidade brasileira. O projeto é adequado, o entendimento da realidade foi preciso, o projeto é necessário e deve ter o apoio dos Senadores que se preocupam com a base real da economia brasileira e que se desligaram dessa fantasia de globalização e de financiamento de empresas internacionais com dinheiro público.

Manifesto-me a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Continua a discussão da matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 133, § 6º, do Regimento Interno, a Subemenda nº 1, da CAE à Emenda nº 1, de Plenário, consubstancia um substitutivo ao próprio projeto e, nesses termos, será submetida à deliberação do Plenário.

Em votação a Subemenda nº 1 da CAE, substitutivo ao projeto, que tem preferência regimental.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio, para encaminhar.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de confessar a V. Exª e aos de-

mais Pares desta Casa que não vejo substância, não vejo consistência nessa emenda, subemenda ou substitutivo. O que o eminente autor do projeto pretendeu, em boa hora, foi vincular recursos do BNDES para o financiamento da agroindústria em nosso País.

Esse substitutivo, essa emenda ou subemenda está apenas abrindo a obrigatoriedade de o BNDES enviar o seu planejamento, a sua execução orçamentária todo ano. Isso já existe, Sr. Presidente. Qualquer Senador pode pedir ao BNDES informações, citando onde aplicou seus recursos. E temos isso aqui:

"Emenda nº 1-PLEN

Art. 1º

Parágrafo único. A critério da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Presidente do BNDES a ela comparecerão."

Isso já existe na Constituição, no Regimento, na lei, então não precisamos mais fazer essa lei, não precisamos votar esse substitutivo. Se não se pretendem vincular recursos junto aos financiamentos do BNDES, que se derrube o projeto, mas isso aqui, a meu ver, é inconsistente, anódino e inócuo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para encaminhar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, encaminho a favor do substitutivo, por entender que ele avança nas questões de controle.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o substitutivo, portanto, a Subemenda nº 1, que constitui o substitutivo ao projeto e tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o substitutivo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**, com o apoio dos Senadores Osmar Dias e Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr^{as} e Srs. Senadores, queiram ocupar seus lugares para a verificação de **quorum** solicitada pelo Senador Roberto Requião.

Peço às Sr^{as} e Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências do Senado que compareçam ao plenário para que possamos realizar a votação nominal. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pergunto se já está aberto o painel de votação para que seja votado o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O painel está sendo preparado e ainda não está em condições de receber votos. (Pausa.)

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Os Srs. Senadores já podem votar.

Os Líderes, se desejarem, poderão recomendar aos liderados o voto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto "sim". Encaminhando, portanto, a aprovação do Substitutivo.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) – Sr. Presidente, o PFL, coerente com a votação dos seus Membros na Comissão de Assuntos Econômicos, recomenda também o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O PFL recomenda o voto "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, todos os Colegas do PMDB se manifestam sugerindo o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O PMDB sugere o voto "sim".

A Mesa solicita aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que compareçam ao plenário para votação nominal.

O SR. LUIZ OTÁVIO (S/Partido – PA) – Sr. Presidente, os sem Partido recomendam o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Todos os Senadores já votaram? (Pausa.)

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração)



Senado Federal

VOTAÇÃO NOMINAL

SUBEMENDA Nº 1-CAE (SUBSTITUTIVO) AO PLS Nº 270/1999

Nº Sessão: 1

Nº vot.: 1

Data Início: 16/08/2001

Hora Início: 12:50:02

Sessão Data: 16/08/2001

Hora: 10:00

Data Fim: 16/08/2001

Hora Fim: 12:55:02

[illegible]

Presid EDISON LOBÃO

1^o Sec.

2º Sec.:

3° Sec .

1450

Operador: **HÉLIO F. LIMA**

Votos SIM: 13

Votos NÃO: 12

Votos ABST: 0

Total: 25

Emissão em 10/18/2001 - 12:55:03

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Votaram SIM 13 Srs. Senadores; e NÃO 12.

Não houve abstenções.

Total de votos: 25.

Não há **quorum**.

A votação fica adiada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 2:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2001** (nº 654/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bicas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 669, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 3:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2001** (nº 655/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico "Amiga" de Registro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Registro, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 670, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 4:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2001** (nº 529/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Universidade de São Paulo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 675, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro Piva.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 5:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2001** (nº 542/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 676, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 6:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2001** (nº 579/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco, tendo

Parecer favorável, sob nº 688, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Coelho.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 7:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2001** (nº 786/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro – Piauí a executar serviço de Radiodifusão

comunitária na cidade de Barro Duro, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, sob nº 689, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 8:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 214, DE 2001**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno, Requerimento nº 443, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2001 (nº 1.039/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá, tendo

Parecer favorável, sob nº 744, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges, com abstenções dos Senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 9:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 327, de 2001**, da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2001, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 451, DE 2001

Requeremos, nos termos regimentais, art. 75, seja designada uma Comissão de 4 (quatro) Senadores que possam colaborar para que sejam garantidas as prerrogativas constitucionais dos Deputados Estaduais e o funcionamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em virtude dos graves acontecimentos que ali ocorreram hoje, pois cerca de 1.500 membros da PM ali ocuparam as suas dependências, fortemente armados, em virtude dos protestos populares diante da tentativa da base parlamentar do governo Jaime Lerner, de forçar a derrota do projeto de iniciativa popular que impede a privatização da COPEL, a Companhia Energética do Estado.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2001. –
Eduardo Suplicy – Álvaro Dias – Roberto Requião – Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Quanto ao requerimento que acaba de ser lido, assinado pelos Senadores Eduardo Suplicy, Álvaro Dias, Roberto Requião, e Osmar Dias, fica também adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Ex^a, como Líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra, como Líder, para fazer um esclarecimento e colocar um posicionamento a respeito do Item 1, sobre a proposta do Senador Osmar Dias, que diz respeito à questão da votação do limite do BNDES.

Entendemos que a posição do Senador Álvaro Dias é no sentido, efetivamente, de buscar priorizar caminhos para investimentos na agroindústria brasileira. Temos a consciência disso.

Temos um posicionamento exatamente no sentido de não buscar o engessamento do BNDES no tocante à ausência de projetos na agroindústria.

Por conta disso – e mantendo contato com o Senador Álvaro Dias –, estarei apresentando requerimento de reexame da Comissão de Assuntos Econômicos exatamente para encontrarmos uma linguagem, uma proposta que, ao mesmo tempo em que fixa prioridades para a agroindústria, inclusive, definindo percentuais, possa também criar um limite de tempo para liberar os recursos para a aplicação em outras atividades econômicas, se não houver, efetivamente, proje-

tos viáveis de agroindústria, no âmbito do entendimento técnico do BNDES, que possam ser financiados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que, agindo assim, salvamos a posição política do Senador Álvaro Dias, no tocante a sua proposta, e, ao mesmo tempo, criamos mecanismos técnicos para não engessar o BNDES. Portanto, ganha o País, ganha a proposta do Senador Álvaro Dias e ganhamos todos nós.

Vou apresentar o requerimento, já em concordância com o Senador Álvaro Dias, e pediremos à Comissão de Assuntos Econômicos prioridade na análise dessa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Bloco, com a anuência do Líder, Senador José Eduardo Dutra, pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concederei a palavra a V. Ex^a, pela Liderança, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu havia pedido a palavra pela ordem e não era para fazer pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido, pela ordem.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no mês de março deste ano, encaminhei requerimento de informações, de minha autoria, da Senadora Heloísa Helena e do Senador Paulo Hartung, ao Ministro de Minas e Energia.

Passaram-se mais de quatro meses e, nesta semana, a Secretaria-Geral da Mesa do Senado informou que estava à disposição dos requerentes o documento.

Só que o documento está escrito em inglês, o que está errado. A Secretaria-Geral da Mesa nem poderia ter recebido esse documento em inglês, porque, pelo que dispõe o Código Civil, pela Lei nº 6.015, art. 140, os documentos de acordo, de tratados, realizados com empresas brasileiras têm que ser traduzidos. Se estão em língua estrangeira, têm de ser feita a tradução por tradutor juramentado.

Então, não pode o Ministro responder o requerimento com documento escrito em língua estrangeira.

Assim sendo, estou encaminhando à Mesa requerimento para que seja aberto um processo contra

o Ministro das Minas e Energia, José Jorge, por crime de responsabilidade, por se negar a responder devidamente a um requerimento de informação do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Atenderei o pedido de V. Ex^a, encaminhando o requerimento e o documento ao Ministério das Minas e Energia.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha, pela Liderança do PDT, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que trago à tribuna, na tarde de hoje, é importante não apenas para os Partidos do Bloco de Oposição mas também para o Brasil.

Na terça-feira da semana passada, estive aqui para questionar e criticar a Medida Provisória nº 2.177, em sua 43ª edição, que estabeleceu uma mudança estrutural na Lei de Planos e Seguros de Saúde.

Hoje, venho aqui para aplaudir a decisão do Ministro José Serra, e porque não dizer do Governo, que, diante das manifestações, das pressões da sociedade civil organizada, dos partidos políticos, das lideranças partidárias e até do Senado – porque, aqui da tribuna e também na Comissão de Assuntos Sociais, fizemos protestos veementes –, e sensível, desta vez pelo menos, à voz rouca das ruas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, por intermédio principalmente do Ministro José Serra, tiveram um recuo com relação à Medida Provisória e decidiram encaminhar ao Congresso Nacional as mudanças propostas por meio de projeto de lei.

De forma que não deixa de ser uma decisão democrática e, portanto, um reconhecimento do equívoco que a Agência Nacional de Saúde Suplementar cometeu, remetendo, por conseguinte, o assunto ao seu real caminho, ao caminho natural, que é o Congresso Nacional, dando a oportunidade para que as lideranças congressistas e os representantes de todos os segmentos possam se manifestar, aprofundando o debate a respeito desse tema. Do consenso que se estabelecer dentro do Congresso Nacional, ou pelo voto da maioria, extrairemos aquilo que eu chamo de ponto de equilíbrio, que é o ponto que a sociedade pode suportar nesse segmento de saúde suplementar, de planos e seguros de saúde.

Temos que ter também essa capacidade. Sou um Senador de Oposição, sou leal aos meus princípios. Tenho procurado ter essa capacidade de, quando o Governo erra, vir aqui criticá-lo, e, quando acerta, dizer que acertou.

Ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, obtivemos a aprovação de três requerimentos de minha autoria a respeito desse assunto: um, convidando o Ministro José Serra para comparecer à Comissão; outro, convidando o Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Dr. Januário Montoni, e um terceiro criando um grupo de trabalho no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado para estudar e aprofundar a análise dessa matéria.

Estou sendo indicado pelo Bloco como membro da Comissão Especial, e tenho a convicção e o entendimento de que vamos manter o nível de debate nesta Casa, que é o esperado pela sociedade do Brasil. É um projeto que interessa a todo o País, não somente ao Governo.

E parte do conteúdo da medida provisória é benéfico, positivo. Saberemos compreender isso e vamos aproveitar os aspectos positivos das propostas do Governo. Mas há retrocessos que precisamos debater. Mas não vou me dedicar à análise desses pontos neste momento em consideração aos meus colegas Senadores que estão inscritos para fazer uso da palavra. Na semana que vem, vou me inscrever para falar a respeito de pontos desse projeto de lei do Governo que será enviado ao Congresso Nacional que não podem ser aceitos porque ferem cláusulas pétreas da medicina; ou seja, o livre acesso, o atendimento global do paciente, mesmo nesses segmentos de saúde suplementar.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para anunciar que foi mantida a realização do Simpósio de Saúde Suplementar para os dias 28 e 29 de agosto, terça e quarta-feiras, no Auditório Petrônio Portella. Será um simpósio extremamente importante. Aproveito para informar também que o simpósio não será politizado. Lá não estaremos discutindo erros e acertos do Governo. O que queremos discutir, debater, o que queremos extrair de lá é a opinião, a sensibilidade dos usuários, das operadoras, dos prestadores de serviço sobre os aspectos positivos e negativos da legislação, sobre os avanços e retrocessos da legislação de planos e seguros de saúde no País.

Portanto, aproveito para convidar todos os Senadores, os Deputados Federais e todos aqueles que acompanham a **TV Senado** para comparecerem, nos dias 28 e 29, ao Auditório Petrônio Portella, para parti-

ciparem desse importante evento, na abertura do qual, estará presente o Presidente em exercício desta Casa, Senador Edison Lobão. S. Ex^a vai receber um convite oficial para participar dessa abertura, bem como o Presidente da Câmara, Aécio Neves, e também o Ministro José Serra, com quem estive ontem à noite. S. Ex^a se comprometeu a comparecer à abertura desse evento que terá uma repercussão, sem dúvida alguma, das maiores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao orador inscrito, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é certo que a razão de ser dos bancos e das instituições financeiras em geral está na geração e intermediação do crédito. Desde a sua consolidação, a partir do século XIII, os bancos têm sido responsáveis pela captação de recursos monetários junto a pessoas físicas e jurídicas com disponibilidade, para oferecer dinheiro àqueles que necessitam desse recurso, a um custo previamente estipulado, ou não, denominado juro ou interesse do credor. Assim, a obtenção do lucro segue-se como corolário natural, considerando-se especialmente os elevados riscos inerentes a esse tipo de atividade.

E é plenamente razoável que, dentro do modelo de uma economia de mercado, uma das características do Ocidente, definidora mesmo da chamada modernidade, todos os negociantes busquem a realização de lucros, fazendo da vantagem econômica um objetivo claro e legítimo, a ser constantemente perseguido. Contudo, em todo o mundo o que se vê são operações equilibradas, crédito acessível, com taxas razoáveis, que não levam os tomadores à insolvência, como lamentavelmente tem sido o caso de contingentes cada vez maiores de brasileiros.

Especialmente nos últimos anos, temos aqui um caso diferente, muitíssimo diferente, do verificado em inúmeros outros países! Aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem-se uma abissal disparidade entre o que paga, por exemplo, a caderneta de poupança, com juros mensais de 0,71% agora em abril, e o que se cobra pelo cheque especial, variando hoje entre 7,7% e 9,9% ao mês. Isso sem contar a ação das financeiras, capazes de cobrar uma taxa média anual que atinge 225%.

Nessa linha, além de submetermos a sacrifício constante os cidadãos, permaneceremos como um dos países que detém uma das taxas de poupança individual mais baixas do mundo. Pelo jeito, não conse-

guiremos induzir o cidadão brasileiro ao saudável hábito de alocar regularmente recursos para a formação de seu patrimônio pessoal e familiar. E isso, seguramente, tem e terá sérias implicações a curto, médio e longo prazos, para o cidadão e para a própria sociedade.

De forma geral, e já há um longo tempo, sem empenhar-se decisivamente na redução dos juros, a autoridade monetária envia sinais pouco animadores para a sociedade, embora se note, aqui e acolá, episodicamente, algum aceno em favor do cidadão. Um exemplo positivo, em vigor desde o mês de abril, é a exigência de os bancos informarem periodicamente a seus clientes o valor do pagamento dos juros do cheque especial. Nesse movimento, a intenção do Banco Central é empurrar os tomadores do cheque especial para o crédito pessoal, que aplica taxas de juros menores. Recorde-se que, como vimos há pouco, enquanto os juros no cheque especial chegam a quase 10% ao mês, no crédito pessoal variam entre 3,2% e 5,4% ao mês, uma diferença considerável, mesmo no curto prazo.

Ademais, Sr. Presidente, o Banco Central também está concedendo portabilidade ao histórico bancário individual, isto é, o cliente de instituição financeira passa a ter o direito de levar consigo a informação e o histórico bancário quando migrar para o novo banco, a fim de melhor manejar a negociação das taxas de juros. Instrumentos dessa natureza evidenciam e explicitam a situação do tomador de empréstimos e concorrem para a educação do cidadão. Todos nós sabemos que, em inúmeras ocasiões, o cidadão comum toma decisões e realiza operações lesivas aos seus interesses por absoluta falta de conhecimento do intrincado, complexo e confuso mundo dos negócios, campo de ação preferencial de profissionais altamente especializados e treinados.

Veja-se que a extrema criatividade, o elevado poder de invenção dos financistas proporcionou, nos últimos anos, a ampliação e a diversificação das linhas de empréstimos, com preços e nomes de batismo distintos. Assim, temos, por exemplo, empréstimo pessoal, cheque especial, cartão de crédito, crédito direto ao consumidor e **leasing**, entre outros.

Dentro de uma sociedade que se deixou empolgar e conduzir pelo consumo desenfreado, há campo fértil para que as instituições financeiras prosperem rapidamente. Além disso, programas populares de auditório, de elevada audiência, tornam-se os principais veículos de difusão do chamado dinheiro fácil, acessível a todo tomador quase que de forma auto-

mática, verificados apenas alguns pressupostos e independentemente de sua real capacidade de endividamento. Como se isso não bastasse, ídolos, como cantores e animadores de programas de ampla penetração nas camadas populares, transformam-se em garotos-propaganda das financeiras, estimulando o excessivo comprometimento da renda de famílias inteiras. Mas essas são apenas constatações que se produzem a partir de breve e despreziosa observação da realidade brasileira contemporânea. Enfim, todo cidadão, evidentemente, é livre para decidir acerca de seu estilo de vida.

Mas as financeiras, por seu turno, procuram justificar suas elevadíssimas taxas de juros pelo fato de não contarem, como os bancos, com uma carteira de correntistas e com a capacidade de assumir riscos mais elevados, além do indiscriminado oferecimento de crédito. Ainda recentemente, foi dessa forma que procurou explicar-se o diretor de uma das principais financeiras em atuação no mercado nacional.

Logo, o que se pode pedir é uma ação mais firme do Governo federal, no sentido de reduzir a taxa referencial de juros, permitindo a milhões de brasileiros alcançar a adimplência. É do conhecimento comum, pelas constantes reportagens publicadas cotidianamente pela imprensa e pelo contato regular com os nossos eleitores, que largas parcelas da sociedade brasileira enfrentam os sérios dissabores da exclusão do mercado consumidor, justamente pela incapacidade real de honrar os seus compromissos.

Em especial, as classes populares, pela sua natural vulnerabilidade, são as mais atingidas pela voracidade do mercado financeiro. Aí, em vez de virtuoso, cumpre-se um círculo absolutamente vicioso. A baixa escolaridade, o reduzido nível de informação estreita as margens de discernimento e escolha de número considerável de brasileiros, facilitando, então, a manipulação publicitária e o apelo consumista. Assim, renova-se indefinidamente a subordinação popular a uma lógica exploratória, perversa e, enfim, excludente.

O que se espera, na verdade, é mais coerência do discurso oficial, que perora pelo social e pelo desenvolvimento, com a prática. Se os juros são capazes de inibir e castigar até mesmo os grandes empresários, não é difícil imaginar e, mais do que isso, constatar o que ocorre com os assalariados. Juros em bases mais razoáveis e realistas fomentarão a engenhosa máquina econômica capitalista e seus agentes, propiciando mais investimento e produção, por um lado, e maior consumo, por outro.

Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento agradecendo a todos pela atenção. Lamento o fato de esta sessão ter caído por falta de **quorum**.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, O Sr. Edison Lobão, Presidente Interino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, por 50 minutos, por inscrição regular.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e nobres Colegas, vou procurar não me estender em demasia, porque sei que o Senador Osmar Dias tem um pronunciamento importante a fazer no dia de hoje, relacionado à privatização da Copel, no Paraná – motivo pelo qual a Assembleia Legislativa tem estado permanentemente reunida. Sei que o povo do Paraná e todo o Brasil têm acompanhando ansiosamente o desenrolar dos fatos.

A tragédia representada pela violência do trânsito brasileiro assume a sua dimensão mais grave no meu Estado, Santa Catarina, unidade da Federação na qual, em proporção à extensão da sua malha rodoviária, registra-se o maior número de mortos e feridos em acidentes de circulação. Por isso mesmo, vejo com grande preocupação o quadro que atualmente se observa na 8ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, com jurisdição sobre Santa Catarina.

Em virtude do déficit no quadro de policiais da Corporação, aquela Superintendência tem-se visto obrigada a desativar postos existentes nas rodovias do Estado, com evidentes prejuízos à já precária segurança do trânsito.

Ocorre que o pequeno número de servidores implica uma situação de grande risco para aqueles que estão em atividade. Atualmente, os policiais rodoviários, em Santa Catarina, estão trabalhando com apenas dois ou três servidores, por escala. Em certos casos, chega-se ao extremo de haver um único policial no posto, realidade que afronta os mais elementares princípios da segurança no trabalho policial.

Na verdade, esse quadro já provocou as primeiras vítimas. Há cerca de quatro meses, os policiais rodoviários Rodrigo Zonta e Aílton Machado Borges foram assassinados a tiros por assaltantes na BR-101, no Município de Joinville. O covarde crime motivou a realização de protesto, dias após o seu cometimento, por cerca de 100 patrulheiros que se reuniram junto

ao Posto de Pirabeiraba, na mesma rodovia, revoltados com a situação de permanente risco de vida a que estão submetidos.

Já nos meses de março e abril, por precaução, haviam sido desativados os postos de São José do Cedro, na BR-162, de Itajaí, na BR-101, e de Itaiópolis, na BR-116. Posteriormente, o comando da corporação no Estado, sediado em Florianópolis, chegou a anunciar a desativação de mais quatro unidades, também como medida de segurança em razão do déficit no quadro de policiais. Segundo o anúncio, seriam fechados definitivamente os postos de Guaramirim, na BR-280, de Concórdia, na BR-153, de Tubarão, na BR-101, e de Vacas Gordas, na BR-116.

Felizmente, a intensa mobilização da comunidade logrou reverter essa última decisão. Segundo informação divulgada pelo Chefe de Comunicação Social da 8ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, os postos de Guaramirim e Concórdia só serão fechados episodicamente, quando houver somente um patrulheiro à disposição na escala de serviço. Já as unidades em Tubarão e Vacas Gordas terão atividades normais pelo menos nos próximos 60 dias. As guarnições de São José do Cedro, Itajaí e Itaiópolis, contudo, continuarão sem a presença do efetivo policial até ordem em contrário do comando geral da corporação, em Brasília.

A permanência em funcionamento dos postos mencionados resultou de um acordo firmado entre a Polícia Rodoviária, a comunidade, entidades e órgãos políticos dos Municípios envolvidos. Especialmente em Tubarão e Ponte Alta – Município ao qual pertence o Distrito de Vacas Gordas –, foi intensa a mobilização contra o fechamento dos postos. A população, maciçamente contrária à interdição das unidades, comprometeu-se a enviar moções e requerimentos ao Ministério da Justiça e à cúpula da Polícia Rodoviária Federal, em Brasília, solicitando a abertura de concurso público e o ingresso de mais policiais na corporação.

Por isso, a reivindicação de preenchimento das vagas existentes no quadro da Polícia Rodoviária Federal, mediante a realização de concurso público, é justíssima. Atualmente, a Polícia Rodoviária Federal tem, em Santa Catarina, 21 postos e 8 delegacias para fiscalizar os 2,3 mil quilômetros de rodovias sob sua jurisdição no Estado. No total, são 398 os patrulheiros em atividade, no entanto 25% deles atuam na área administrativa. O último concurso público de ingresso na corporação foi realizado em 1998.

Como se sabe, é vastíssimo o trabalho desempenhado pela Polícia Rodoviária Federal, não apenas na fiscalização no trânsito, mas também no combate ao porte de armas, ao tráfico de drogas, ao furto de veículos, ao roubo de cargas e aos crimes ambientais.

Os números divulgados pela corporação, relativos às operações de combate à criminalidade durante o ano passado, atestam, sobejamente, a eficácia de sua atuação. A apreensão de armas de fogo cresceu 34% em relação ao ano anterior; a de maconha aumentou 82%; e a de cocaína, 47%. O número de veículos furtados e roubados que foram recuperados ascendeu a 3.229 contra 2.871, em 1999. Na área de crimes ambientais, foram registradas a apreensão de quase 5,6 mil toras de madeira e a captura de mais de 111 mil animais silvestres, sendo presas 120 pessoas pela prática desses crimes.

Mas, evidentemente, a importância maior do trabalho da Polícia Rodoviária Federal reside na sua contribuição para a redução da violência no trânsito. Como todos sabemos, esse é um problema de imensa gravidade no País, a ponto de já ser considerado como uma questão de saúde pública. Afinal, a cada ano, o trânsito brasileiro mata cerca de 40 mil pessoas e deixa 500 mil feridas, muitas com seqüelas permanentes. Esses números são similares aos observados nos Estados Unidos, país que tem uma frota de veículos sete vezes maior do que a brasileira. Mais da metade dos acidentados são jovens, com idade inferior a 35 anos e, portanto, com um longo período de vida produtiva pela frente, que fica prejudicado ou inviabilizado.

A par do incalculável custo em termos de sofrimento humano, as perdas materiais alcançam valores astronômicos. O Professor David Duarte, da Universidade de Brasília, especialista na matéria, calcula em R\$20 bilhões por ano o que o País perde com os acidentes de trânsito, levando-se em consideração os gastos com destruição de carros, pontes e postes, despesas com tratamentos hospitalares e pagamentos previdenciários e de seguros. Para se ter uma idéia do que significa esse montante, basta dizer que ele é equivalente ao orçamento do Ministério da Saúde. Outro dado impressionante: 62% dos leitos de traumatologia dos hospitais do Brasil são ocupados por acidentes de trânsito.

Já não mais suportando essa tragédia, a sociedade brasileira levou o Congresso Nacional a aprovar, três anos atrás, o novo Código Brasileiro de Trânsito. A nova lei consistiu em uma combinação de normas mais rígidas, elevação do valor das multas e das penas associadas a infrações de trânsito, transforman-

do em crime práticas antes consideradas apenas irregularidades, ênfase em campanhas lucrativas e aperfeiçoamento gerencial da administração do trânsito.

Nesses três anos de vigência do novo Código, alguma coisa mudou para melhor no comportamento dos motoristas. O número de mortos, talvez o principal indicador, caiu de 40 mil para 36 mil, representando um decréscimo da ordem de 10%, mas ainda é um dos mais altos do mundo, o que evidencia a pertinácia dos maus hábitos.

O alto valor das multas, que no primeiro ano funcionou como eficiente instrumento de dissuasão contra os comportamentos irresponsáveis, já não inspira o mesmo temor. Ocorre que, por falta de colaboração entre as polícias e os departamentos estaduais de trânsito, elas são aplicadas, mas, muitas vezes, não são cobradas. Essa falta de intercâmbio entre os Detrans e as Polícias Rodoviárias é que vem causando problemas sérios.

Ocorre que, por falta de colaboração entre as polícias e os departamentos estaduais de trânsito, elas são aplicadas mas, muitas vezes, não são cobradas. Só no ano passado, a Polícia Rodoviária Federal deixou de cobrar 600 mil multas porque a maioria dos Detrans se recusa a fornecer nomes e endereços dos infratores.

Essa má vontade de muitos Detrans em cooperar com a Polícia Rodoviária Federal acarretou uma perda de receita de 76 milhões de reais para a União. No contexto das políticas de promoção da segurança no trânsito, esse valor está longe de ser desprezível, tanto que corresponde quase ao dobro dos 42 milhões de reais obtidos pelo Denatran para financiar campanhas educativas e projetos de reestruturação do trânsito em todo o País este ano. Ademais, esses dados da Polícia Rodoviária não incluem multas aplicadas a motoristas fora de seu Estado de origem, com o que o prejuízo pode ascender a mais de 100 milhões de reais, segundo acreditam técnicos na área.

Entre as principais inovações introduzidas pelo novo Código Brasileiro de Trânsito, muitas não saíram do papel, persistindo a defasagem entre o que a lei determina e o seu cumprimento. Por isso, precisamos fazer com que as normas sejam cada vez mais aplicadas.

A indústria do **habeas corpus**, por exemplo, acabou por descaracterizar a prisão por crimes no trânsito. A transformação das auto-escolas em centros de formação de condutores, com aulas práticas e teóricas, conforme programa determinado pelo Cód-

go, tem sido levada a sério, mas não conforme deve ser. O Rio Grande do Sul leva a sério, sei disso, mas em muitos Estados as escolas de trânsito têm que ser mais duras na questão de preparação de condutores, na pontuação das carteiras. A pontuação das carteiras de habilitação tem esbarrado nas propostas de anistia apresentadas por candidatos em busca de votos de motoristas infratores, às vésperas de cada eleição. De resto, a maioria dos Detrans não tem sistema de informática para controlar a pontuação. O etilote, importante instrumento para impedir que o motorista embriagado continue dirigindo, teve o seu uso praticamente abandonado.

Por isso, Sr. Presidente e nobres colegas, a promulgação do Código de Trânsito representou importante conquista de cidadania, mas a sua preservação e o respeito a este constituem um dever para todos que têm compromisso com a segurança de quem trafega pelas ruas e estradas brasileiras.

Na atual conjuntura, de parcial afrouxamento das determinações contidas no Código, assoma a importância de se fortalecer a Polícia Rodoviária Federal, corporação que carrega a responsabilidade de disciplinar o trânsito nas rodovias federais, promovendo-lhe a segurança.

Urge que se realize competente concurso público. Vamos colocar mais gente, prestigiar, fazer também com que o aumento do poder aquisitivo dê dignidade aos policiais rodoviários federais, porque isso representa segurança às famílias das pessoas que trafegam, número esse que aumenta cada vez mais.

Em Santa Catarina, a BR-101, nos períodos de férias, é uma loucura. Por isso que, em número de mortes e acidentes, o nosso Estado apresenta o maior índice no Brasil. Precisamos motivar esses policiais, pois isso significa segurança para as famílias nas estradas.

É necessário colocar o Código de Trânsito em prática. Precisamos dar duro nisso. Colocar mais pessoal à disposição. Por esse motivo é necessária a realização de concurso e melhor qualificação dos que já estão trabalhando. É preciso ter amor e vontade. Não podemos permitir que continuem ocorrendo algumas situações, como a presença de somente um policial em determinados postos. Isso não é possível. Quando há assaltos, ocorrem mortes, como houve em Joinville, no meu Estado.

Desde o ano passado, a categoria vem realizando mobilizações, em diversos Estados, no sentido de se evitarem essas situações.

Sr. Presidente, estou tentando resumir as minhas colocações a fim de que os nobres colegas inscritos possam usar da palavra. Sei que os Senadores Carlos Patrocínio e Osmar Dias tratarão de assuntos importantes também.

Minha condição de representante do Estado de Santa Catarina, nesta Casa, coloca-me em posição de responsabilidade ainda maior na luta pelo fortalecimento da Polícia Rodoviária Federal, haja vista que, em proporção à dimensão de sua malha rodoviária, meu Estado apresenta o trânsito mais violento no País.

Sr. Presidente, precisamos reverter essa questão, dando-lhe atenção. Faço um apelo ao Ministério da Justiça para que fique atento a essa situação de insegurança no trânsito que, no meu Estado, é grave, mas também em toda a extensão do Brasil.

Deixo aqui, portanto, o meu apelo ao Comando da Corporação e ao Ex^o Sr. Ministro da Justiça no sentido de que levem em consideração, atendendo esse clamor.

Solicito que este meu pronunciamento seja publicado, na íntegra, nos Anais da Casa.

Sr. Presidente, a questão do trânsito no Brasil deve ser bem analisada, a fim de que o Código Brasileiro de Trânsito seja aplicado na sua plenitude e que o Governo olhe para tal problema, investindo nessa área. O pessoal tem que ser qualificado e os vencimentos têm de dar condições de os policiais não se virem tentados a receber propinas ou coisa que o valha. Assim, as famílias brasileiras e os visitantes estrangeiros poderão ter segurança no nosso País. O efetivo precisa ser aumentado. No meu Estado está clara a falta de funcionários, em número, que possam oferecer condições adequadas de trabalho.

Temos de sentar, discutir e analisar essa questão.

Peço a V. Ex^a que receba o meu pronunciamento acerca da segurança do trânsito nas estradas no Brasil, em especial no Estado de Santa Catarina, de onde vem um clamor geral.

Encerro o meu pronunciamento, a fim de que possamos ouvir o pronunciamento do Senador Carlos Patrocínio e do Senador Osmar Dias acerca da questão da Copel, dessa empresa de potencial extraordinário, que está sendo acompanhada por todo o Brasil.

Solicito a V. Ex^a o registro do meu pronunciamento na íntegra.

*SEGUE, NA ÍNTEGRA, CONCLUSÃO
DO PRONUNCIAMENTO DO SR.
SENADOR CASILDO MALDANER.*

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) –

Se tomarmos o número de mortes nas rodovias federais de todo o País no ano passado, verificaremos que houve discreta redução, de cerca de 1%, em relação ao ano anterior, de forma similar ao que ocorreu com o número de feridos, que caiu cerca de 2%. Já o número de acidentes nessas rodovias apresentou redução mais expressiva, da ordem de 6%.

Em Santa Catarina, porém, a tendência foi inversa. As precárias condições da BR-101 – a temida “estrada da morte” –, juntamente com o intenso fluxo de caminhões e o movimento de estrangeiros nas temporadas de férias contribuíram para aumentar os números de mortos e feridos no trânsito. O número de mortos subiu de 566 em 1999 para 580 no ano passado, numa elevação de quase 3%.

Como se vê, a situação de insegurança no trânsito rodoviário é ainda mais grave em Santa Catarina do que no restante do País, motivo pelo qual tenho grande preocupação quanto ao crescente déficit no quadro de patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal no Estado. Deixo aqui, portanto, meu apelo ao comando da corporação e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça no sentido de que seja agilizada a realização de concurso para provimento de cargos em seu quadro de servidores, bem como no sentido de que se conceda reposição salarial condigna à categoria.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Casildo Maldaner, o requerimento de V. Exª será atendido.

Tem a palavra o Senador Osmar Dias, por permuta com o Senador Sebastião Rocha; em seguida, o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, dispense a palavra. Está errado este procedimento.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, em muitas ocasiões, aguardava para fa-

zer uso da palavra e alguém falava antes de mim por ter permutado. Isso ocorreu, inclusive, quando presidia a sessão o próprio Senador Carlos Patrocínio. Portanto, não sei o que poderia estar errado neste procedimento. Desde cedo, havia permutado com o Senador Sebastião Rocha, que entendeu a importância do tema de que tratarei e, sobretudo, a gravidade do momento que vive o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Osmar Dias, gostaria de informar que o Senador Sebastião Rocha compareceu à Mesa e confirmou a permuta com V. Exª. Este procedimento normalmente ocorre e o Senador Carlos Patrocínio o conhece, inclusive porque, durante quatro anos, presidiu várias vezes as sessões do Senado Federal.

Com todo respeito a S. Exª, informo que lhe estará assegurada a palavra após a fala do Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Sr. Presidente, sugiro que a Mesa encaminhe ao gabinete do Senador Carlos Patrocínio um Regimento Interno da Casa.

Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está sitiada. A Polícia Militar está a postos, com mais de mil homens, portanto, com armamento pesado. Deputados que estão tentando exercer o direito de defender o povo do Estado contra um crime que o Governador Jaime Lerner quer praticar foram agredidos pela Polícia Militar. Não que essa instituição tenha culpa no processo, mas o Governador Jaime Lerner, com saudades do tempo da ditadura em que era nomeado sempre para cargos importantes no Estado, como o de Prefeito de Curitiba, remexeu no seu passado e sobretudo na sua história e, de forma autoritária, mandou a Polícia Militar invadir a Assembléia e impedir a manifestação livre dos estudantes e da população do Estado do Paraná, que, por sua imensa maioria, em todas as pesquisas de opinião, se manifestaram contra a venda da Copel. Em pesquisa, Senador Eduardo Suplicy, que ora Preside a Mesa do Senado, 98% das pessoas de determinadas cidades opinaram não desejar a venda da Copel.

Pois bem, é preciso relatar aqui alguns detalhes desta triste, desta negra história que envolve o Governador Jaime Lerner e este episódio lamentável que hoje é veiculado em todo o País, pela imprensa nacional, com imagens que não correspondem à realidade do meu Estado. O Paraná é um Estado de gente séria, de gente que trabalha muito, de gente que merece ser respeitada, mas que não está sendo respeitada pelo Governador Jaime Lerner.

O Paraná está dividido: de um lado, o Governador Jaime Lerner e alguns Deputados; de outro, Deputados honrados e toda a população do Estado, que dizem "não" à privatização da Copel.

O processo arrasta-se há alguns meses, agravando-se porque, pela primeira vez, na Assembleia Legislativa do Paraná, tivemos a apresentação de um projeto de lei do povo, um projeto de lei popular para impedir a privatização da Copel. Conseguimos 120 mil assinaturas rapidamente, em uma demonstração clara de que o povo não quer. A Igreja Católica e a Igreja Evangélica se manifestaram publicamente, fizeram apelos dramáticos ao Governador Jaime Lerner.

Os empresários, por intermédio da Federação da Agricultura, da Federação das Indústrias e da Associação Comercial do Paraná, também se manifestaram dizendo que não é correta a privatização neste momento. Os estudantes, os professores, os trabalhadores representados por todas as entidades classistas também se manifestaram contrariamente à venda da Copel. Mas nem tudo isso foi suficiente para demover a obstinação do Sr. Jaime Lerner de vender a Copel, uma empresa que hoje, no Brasil, não é apenas uma das mais eficientes, um orgulho do Paraná, mas que pode continuar sendo balisadora de preços, inclusive de tarifas de energia elétrica, para um Brasil cujo setor energético vem sendo privatizado. E os apagões, que hoje já ocorrem em outras regiões, podem também acontecer no Estado do Paraná por absoluta irresponsabilidade do seu Governador.

Esse processo começou no dia em que o Estado do Paraná foi mergulhado em uma dívida enorme pela irresponsabilidade do Governador. E continuou no dia em que o Banco do Estado do Paraná foi assaltado por uma quadrilha. E isso quem disse não fui eu. Diretores do Banco Central, que aqui estiveram, disseram para o Brasil inteiro ouvir que o Banco do Estado do Paraná foi assaltado por uma quadrilha. Mas o Governador Jaime Lerner lavou as mãos, disse que nada tinha a ver com aquilo. No entanto, foi S. Ex^a quem nomeou a quadrilha. Ninguém foi preso, nem um centavo foi devolvido. O Banco se foi. Ficamos sem o Banco, mas ganhamos uma dívida a ser paga em 30 anos, que hoje leva R\$30 milhões, aproximadamente, todos os meses dos cofres públicos do nosso Estado.

O Governador Jaime Lerner vendeu quase metade da Empresa de Saneamento – Sanepar aos franceses sem que o povo paranaense pudesse se manifestar; vendeu as rodovias, abandonou as outras; antecipou as receitas de Itaipu. E mesmo assim, assu-

mindando o Estado com uma dívida de R\$1,3 bilhão, coloca o Estado, hoje, em uma situação de incapacidade total de continuar realizando as suas funções, as suas atribuições, porque a dívida está próxima dos R\$15 bilhões, o que demanda, com certeza, a receita de dois anos, dois exercícios fiscais do nosso Estado.

Por ter afundado o Estado em dívida e por ter um outro crime que a imprensa do Paraná só agora começa a anunciar, que foi a compra dos títulos precatórios de Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos, em plena vigência da CPI dos Precatórios, que tinha como Relator o Senador Roberto Requião, que dizia para a imprensa do Paraná e para o Governador Jaime Lerner que aqueles precatórios eram ilegítimos, e assim foram considerados pela própria CPI dos Precatórios. ainda assim, o Governador comprou aqueles títulos que foram colocados no Banco do Estado do Paraná, mas tiveram que ser garantidos por ações da Copel que, na época, valiam R\$415 milhões e que hoje já valem R\$800 milhões.

O Governador quer praticar um crime contra o patrimônio público e para isso, Senador Eduardo Suplicy, está agindo de forma autoritária e desonesta, porque há denúncias de sobra na imprensa do meu Estado de que, para conquistar o voto de alguns Deputados, o Governador está oferecendo benefícios financeiros, ou seja, comprando o voto desses Deputados. Uma denúncia divulgada na imprensa, que precisa ser investigada, e que pode, inclusive, servir de ponto de referência para que, na Justiça, anulemos esse negócio, que é um crime contra o povo paranaense, um total desrespeito para com uma população que se manifesta, que protesta e que quer, por meio desse protesto da Assembleia Legislativa, impedir mais esse dano ao Estado. Mas o Governador usa a polícia inclusive para impedir que os Deputados da Oposição se reúnam.

Em uma reunião dos Deputados da Oposição, que seria realizada hoje de manhã, o Governador mandou a Polícia Militar invadir para impedir que ela se realizasse. Nunca vi, e uso aqui palavras do Deputado Valdir Pugliese, de vasta experiência na política, para dizer que nem no tempo da ditadura esse procedimento era adotado por um governo, nem no tempo do autoritarismo uma Assembleia Legislativa foi submetida a uma situação de vexame dentro da sociedade brasileira.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Concedo o aparte ao Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Osmar Dias, tive uma notícia, hoje, extremamente interessante sobre as estrepolias do Governador Jaime Lerner. V. Ex^a lembra que, durante a CPI do Precatórios, levantamos o envolvimento do Estado do Paraná naquele processo, os contatos pessoais do Governador com o famoso Fausto Solano Pereira, genro do então Presidente do Bradesco, Lázaro Brandão? A notícia nos dá conta de que já há o prosseguimento, o desdobramento da ação desses larápios com o Banco Itaú. O Itaú ganhou o Banestado de presente, mas pegou uma série de créditos que o Banestado tinha e os vendeu para a empresa Goldman Sachs por 3% do valor dos créditos. A Goldman Sachs, por sua vez, está cobrando esses créditos por três vezes o valor de face. Na verdade, as pessoas que estão sendo cobradas pensam que o Itaú vendeu por 3% para simular um prejuízo de R\$750 milhões e, agora, por intermédio da Goldman Sachs, está recomprando esses títulos em uma operação casada. Foi a denúncia que recebi e que será documentada aqui no plenário, pois pretendo enviá-la ao Ministério Público. Disse-me o denunciante que o Banco Central, inclusive, já tem a desconfiança de que há uma triangulação. Ficou bem claro, não é, Senador Osmar Dias? Compraram por um preço baixíssimo, cobram por um preço exagerado, forçam os devedores a adimplirem os seus débitos e têm um lucro fantástico! Ou seja, ao mesmo tempo em que o Itaú apresenta isso como prejuízo na compra do Banestado, abate isso evidentemente do Imposto de Renda. Mas essa questão da Copel é mais terrível, pois 93% dos paranaenses não querem que a empresa seja vendida. V. Ex^a disse que a Igreja, o Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto estava rezando uma missa junto com estudantes e professores para que a Copel não fosse vendida; a Federação das Indústrias; a Associação Comercial do Paraná; a Ordem dos Advogados do Brasil; o Instituto de Engenharia; os Partidos políticos, enfim, ninguém quer vender a Copel porque é um mau negócio para o Estado. Mas parece que já fizeram a negociata e já receberam comissões. Denunciei desta tribuna quinta ou sexta-feira passada que a FWE, alemã, tinha contratado um escritório de **lobby** para corromper Parlamentares. Na segunda-feira, o Deutsche Bank comprou 180 milhões de ações da Copel na Bolsa. Então, parece que a rapinagem vem da Alemanha; a negociata parece ter sido feita com um grupo alemão internacional. E estão comprando Deputados. O Deputado Moysés Leônidas já confessou publicamente o negócio que tinha feito: cargos no Governo, verbas para

municípios e, junto com essas verbas, aquelas possíveis triangulações em que, por exemplo, contrata-se determinado empreiteiro e dele recebe 20%. Outro Deputado me confidenciou que tinha recebido uma oferta de R\$4 milhões para mudar o seu voto e trazer o voto de uma outra Deputada amiga sua. É evidente que fica muito difícil a comprovação disso já que essas conversas são reservadas e não são gravadas. Mas a violência é muito grande, há pressão da polícia... O Deputado Luiz Fernando Litro teve um acidente vascular cerebral, um enfarte, tal a pressão que sofreu. E, ainda assim, hoje de manhã, o escore, que tinha começado muito desfavorável para os interesses do povo do Paraná, nos era favorável, Senador Osmar Dias. Já estávamos com 27 votos contra 23 – 26 do Governo – e liquidaríamos o problema. Mas a votação foi interrompida e marcada para segunda-feira. Até essa data, vão tentar comprar votos de outros Deputados. A pressão é muito grande e a falta de vergonha é absoluta, mas, segunda-feira, pela manhã, eu, V. Ex^a e o Senador Álvaro Dias estaremos na Assembléia Legislativa para ver de perto se alguém, na nossa presença, tem a coragem de colocar a Polícia Militar para bater em Deputados, Deputadas e manifestantes. Vamos, eu e o Senador Álvaro Dias, na condição de ex-Governadores do Paraná – e, portanto, de ex-Comandantes da Polícia Militar do Paraná –, conferir essas atitudes. Tenho certeza de que essa afoiteza dos vendilhões do Estado será contida, na segunda-feira, e existe uma probabilidade muito grande de o Paraná ganhar essa parada, impedindo a venda da Copel, juntamente com as igrejas, a sociedade organizada, os empresários e os trabalhadores. A Copel é patrimônio do Paraná, portanto, não pode ser vendida. E, se for vendida, o nosso compromisso, como dirigentes partidários, é anular a venda e devolver a empresa ao povo paranaense. Portanto, ficam notificados os especuladores internacionais que, se comprarem, estarão comprando mal, porque não vamos admitir a patifaria.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Agradeço o aparte, Senador Roberto Requião. Com toda a certeza, estaremos, na segunda-feira, na Assembléia Legislativa e queremos, sim, conferir essa ação completamente arbitrária do Governo Estadual de mandar que a Polícia Militar, com cachorros, cavalos e armamento pesado, intimide os manifestantes e até os Deputados – que, ontem, tiveram que sair correndo da Assembléia, porque estavam sob ameaça.

Hoje, a comunicação que recebi é que a Oposição tentou se reunir e a Polícia Militar não deixou; queria participar da reunião como se os Deputados não tivessem liberdade sequer para discutir estratégia para a votação. Eles procuraram o Tribunal de Justiça e estão ingressando com uma ação contra o Governador, porque a ordem partiu do Governador, que está impondo um regime de exceção, um regime de força na Assembléia Legislativa para tentar vencer a votação, intimidando os Deputados com essa ameaça. Nós estaremos lá na segunda-feira.

Quero, também, dizer que entrei agora com um requerimento aqui, Senador Roberto Requião e Senador Eduardo Suplicy, que preside a sessão, porque há uma notícia na **Folha de S.Paulo** de hoje que considero grave – e temos que saber do Governo Federal se ela é verdadeira ou não. E o meu requerimento é para que o Ministro Malan responda o que está publicado na **Folha de S.Paulo** de hoje: "Caso Copel destrói a Assembléia do Paraná". Esse é o título da matéria. E há um parágrafo que diz o seguinte:

A venda da Copel prevista para outubro e citada como certa no mais recente acordo do Governo Federal com o FMI divide o Estado.

Vou repetir:

A venda da Copel prevista para outubro e citada como certa no mais recente acordo do Governo Federal com o FMI divide o Estado.

Nós, do Paraná, não fomos consultados pelo Governo Federal para que ele incluísse no acordo, que acaba de fazer com o FMI, a venda da Copel. Se isso for verdade – e quero saber por meio desse requerimento que estou encaminhando ao Ministro da Fazenda –, vamos, sim, votar contra o acordo aqui no Congresso Nacional, porque não é vendendo o patrimônio do povo do Paraná que o Brasil vai acertar as suas contas e garantir a estabilidade da moeda. O povo paranaense já tem uma cota de sacrifício muito grande doada ao País para assegurar a estabilidade da moeda: a sua agricultura, que tem sido a grande âncora do real, o que o Governo reconhece. Não podemos permitir que destruam o nosso patrimônio público para consumir um acordo com o FMI.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Concedo o aparte ao Senador Álvaro Dias.

O Sr. Álvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Eu não precisaria aduzir mais nada aos argumentos consistentes que o Senador Osmar Dias não apenas hoje, mas há muito tempo, vem apresentando a esta Casa em defesa do patrimônio público do Paraná. O que quero é apenas trazer o testemunho – já que estive, na última terça-feira, à noite, e durante toda a madrugada acompanhando os trabalhos da Assembléia Legislativa do Paraná – do espetáculo que assisti, apesar de estar na atividade pública há algum tempo, não tinha tido ainda a oportunidade de assistir: seguranças do Governo no plenário da Assembléia ameaçadoramente impedindo, inclusive, que Parlamentares pudessem transitar livremente, ou seja, tentando impedir que determinado Deputado, o Deputado Luiz Fernandes Litro, pudesse deixar a sua bancada para se retirar, durante 5 ou 10 minutos, e conversar a respeito do projeto que se votava. De forma truculenta, seguranças do Governo Estadual permaneceram no plenário da Assembléia, ao lado dos Parlamentares, como se fossem também Deputados eleitos pelo povo. O que vimos é a prática corrupta do aliciamento do voto. É o poder econômico utilizado de forma aberta, como já denunciou aqui o Senador Roberto Requião, com recursos vindos da Alemanha, da FWE, na tentativa de aprovar a venda da empresa, cujo edital de licitação é dirigido exatamente em favor da FWE da Alemanha. Ora, Senador, diante desses fatos e do depoimento dos Deputados, solicitamos a colaboração do Dr. René Ariel Dotti, para que ele redija uma representação ao Ministério Público, que será firmada por alguns Parlamentares, denunciando os fatos, a fim de que, como disse anteriormente V. Ex^a, esses fatos possam substanciar ações populares que impletraremos todos, certamente, se porventura a Assembléia aprovar a venda, na tentativa de, pelo Poder Judiciário, impedir esse equívoco histórico com consequências desastrosas para o Estado do Paraná. Esse é um fato que nos repugna, é a razão do nosso protesto, e, acima de tudo, comprova que todo esse processo é viciado desde a origem; a cada passo acrescenta-se vícios insanáveis que permitirão, inclusive, a declaração de nulidade do ato do Governo. Porque, sem dúvida, esse compromisso, tanto o Senador Requião quanto eu, já assumimos. O próximo Governo do Paraná tem esse dever, já que todo ato de governo que contraria o interesse público é nulo de pleno direito. O próximo Governo do Paraná terá a obrigação de realizar todos os esforços para anular, para desfazer

a venda da Copel, se porventura ela vier a ocorrer. Portanto, a FWE estará, se se confirmar como vencedora desse leilão, na melhor das hipóteses, comprando uma bela briga.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Senador Álvaro Dias, é por essas razões que considero cada vez mais acertada a posição que assumimos aqui junto com o Senador Requião, do Paraná, de termos assinado a CPI da Corrupção e de termos resistido às pressões, que não foram poucas, para que retirássemos as nossas assinaturas. O povo não agüenta mais procedimentos como esses que estão sendo denunciados diariamente na imprensa nacional e, agora, no Paraná, com a banalização da corrupção. Parece que a corrupção se transformou numa coisa comum.

No Paraná, quando se noticia que o Governo está adotando essa postura, as pessoas nem se assustam mais, porque estão acostumadas com o comportamento do Governador Jaime Lerner, que não tem o mínimo respeito para com a nossa população, nesse caso e em muitos outros que poderíamos aqui elencar.

Dirijo-me, neste momento, aos Deputados que foram agredidos na Assembleia Legislativa, ou por policiais militares mandados pelo Governador Jaime Lerner, ou por companheiros do Parlamento que estão alvoroçados, querem vender logo a Copel para ganhar o presente que o Governador lhes prometeu. Foram agredidos a Deputada Luciana Rafagnin e os Deputados José Maria Ferreira, Neivo Beraldin e Algaci Túlio, este último um radialista que peitou esse processo desde o início e, nos microfones da **Rádio Clube**, tem batido duro contra a venda da Copel, porque sabe do prejuízo que o povo do Paraná terá com essa venda.

Outros Deputados também foram agredidos fisicamente, sem falar nas agressões morais. O Deputado Litro, por exemplo, que durante todo o processo dizia que ia votar contra a privatização da Copel, mudou de idéia no último dia.

E aqui louve-se a atitude do Senador Álvaro Dias, que daqui saiu, foi a Curitiba para tentar demover o Deputado Litro dessa idéia, o que provocou alguns comentários maldosos de que o PMDB teria achado ruim. O Senador Roberto Requião está aqui e S. Ex^a foi quem pediu, inclusive, para que o Álvaro se deslocasse a Curitiba para tentar impedir que o Litro cometesse essa bobagem, esse absurdo, esse crime de votar a favor da privatização da Copel.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Osmar Dias, eu não apenas pedi, como insisti para que fosse. Diriam os tolos: "Mas o Álvaro pode faturar a vitória das oposições". Que importância tem quem fatura!? Se a Copel não for vendida, ganha o Estado do Paraná. O Álvaro foi, com a minha e com a sua insistência. Não foi só um convite, foi uma insistência, mesmo, para que se tentasse demover alguns Deputados do PSDB do Paraná.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – E o sacrifício que o Senador Álvaro fez, saindo daqui e viajando a noite toda e voltando, tem que ser reconhecido. Nós reconhecemos esse sacrifício e, com certeza, ele terá algum efeito no resultado das votações.

Eu espero mesmo que os Srs. Deputados reflitam e que se o Litro estiver realmente impossibilitado de votar, por estar doente no hospital, que Deus cuide da sua saúde. Mas, se Deus cuidar da saúde do Litro, fazendo com que ele volte, que cuide também da cabeça do Litro para que não tenha perdido o juízo de vez e possa votar conosco a favor do povo do Paraná.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite V. Ex^a um novo aparte?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Pois não, nobre Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Nobre Senador Osmar Dias, tudo indica que para o Paraná e para os interesses populares o bom seria que esse Litro permanecesse engarrafado e o seu substituto votasse contra a venda da Copel.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – É o que nós esperamos, Senador Roberto Requião: que haja o voto. Desejo que a sua saúde possa, realmente, ser restabelecida.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – O nobre Senador Álvaro Dias foi desengarrafá-lo e não teve sucesso.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Mas espero, também, Senador Roberto Requião, que a consciência de S. Ex^a seja desengarrafada.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – E essa garrafa, Senador Osmar Dias, para que não haja má interpretação, não é a garrafa da sua moléstia neste momento, é a garrafa dos interesses do Governo. S. Ex^a está dentro da garrafa do Sr. Jaime Lerner.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, antes de conceder o aparte a V. Ex^a, gostaria de fazer um agradecimento a

V. Ex^a. Com a sensibilidade que lhe é característica e com a decência que tem pautado com os seus trabalhos aqui no Senado e em toda a sua vida pública, V. Ex^a teve a oportunidade de participar desse debate, mesmo não estando no Paraná.

Chamo a atenção para esse fato porque o que está em jogo não é somente o interesse do Paraná, é o interesse do Brasil. É um processo que está erodindo o patrimônio público do País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Senador Osmar Dias, a Presidência interrompe V. Ex^a para informar que o prazo da sessão se encerrará em 5 minutos.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido - PR) – Cumprirei o prazo, Sr. Presidente, mas antes gostaria de conceder o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, ao tempo em que agradeço-lhe pela atitude decente e digna, como, aliás, é sua característica.

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Osmar Dias, cumprimento V. Ex^a, bem como os demais Senadores do Estado do Paraná, Roberto Requião e Álvaro Dias, pela firme atitude que hoje estão tomando em defesa das prerrogativas dos Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Hoje, pela manhã, o Deputado Estadual Ângelo Vanhoni e o Deputado Federal Dr. Rosinha relataram-se sobre os graves episódios ocorridos na Assembléia Legislativa do Paraná, inclusive hoje pela manhã, quando, segundo V. Ex^a mesmo informou, mais de 1.000, talvez 1.500, policiais militares ocuparam as dependências da Casa dos representantes do povo paranaense.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Melhor seria, Senador Eduardo Suplicy, que esses 1.500 soldados estivessem combatendo o crime e o roubo que ocorrem, inclusive, durante o dia na região metropolitana de Curitiba, por absoluta falta de um programa de segurança em Curitiba.

Em vez de combater o crime, eles foram convidados pelo Governador a comparecer à Assembléia Legislativa para combater os representantes do povo, que são os Deputados.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Também expressei a minha solidariedade aos Deputados Estaduais Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira, Algaci Túlio e Orlando Pessuti, que foram objeto de agressões nesse conflito com a Polícia Militar. Parece-me um episódio muito estranho, em que a base governista, percebendo que corria o risco de perder a

votação no projeto de iniciativa popular que impedia a privatização da Copel, usou de estratégias para tentar não concretizar a votação em que poderia o Governador Jaime Lerner perder, no seu intuito, no seu objetivo de vender a Copel. Será que a Polícia Militar está sendo utilizada para essa finalidade? Diante dos relatos dos Parlamentares paranaenses e em consonância com os Senadores do Paraná, avaliei que seria importante apresentar o requerimento que conjuntamente encaminhamos à Mesa, no sentido de que, na segunda-feira, uma Comissão de Senadores dirija-se à Assembléia Legislativa do Paraná, às autoridades do Judiciário e ao próprio Governador Jaime Lerner para assegurar que as funções constitucionais dos Deputados Estaduais sejam respeitados. Infelizmente, em função de um compromisso já agendado para um debate no Instituto de Cidadania, a convite de Luís Inácio Lula da Silva, sobre o Projeto Fome Zero, não poderei me ausentar de São Paulo. Mas gostaria que V. Ex^as, os três Senadores do Paraná, pudessem também me representar nessa importante missão que irão realizar para assegurar que a votação sobre esse projeto de iniciativa popular possa ser respeitada e a vontade dos representantes também. Desejamos ainda que os policiais militares estejam mais atento a qualquer tentativa de se procurar fraudar a vontade do povo, porque, se porventura algum Parlamentar está deixando de votar conforme seu desejo por estar recebendo quaisquer tipos de favores, isso já deveria ser objeto da atenção das autoridades de segurança do Estado do Paraná. Receba V. Ex^a meus cumprimentos. Faço, ainda, mais um registro, Senador Osmar Dias. V. Ex^a citou uma reportagem da **Folha de S. Paulo** de hoje, que falava que, no acordo com o FMI, estaria especificada a venda da Copel como um compromisso do Governo brasileiro. Quero lembrar aqui a palavra que nos foi dada pelo Ministro Pedro Malan de que não há compromisso escrito algum por enquanto. Quando solicitamos que o Ministro Pedro Malan distribuísse aos Senadores o conteúdo do acordo que está por ser firmado com o FMI, S. Ex^a disse que não há acordo firmado, não há documento firmado e que, na ocasião devida, nos enviaria. Fico pensando: será que já está citado? E por que S. Ex^a não nos apresentou esse documento, pois pedimos e insistimos tanto? Por isso registro o meu estranhamento em relação a esse artigo da **Folha de S. Paulo**. Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (Sem Partido – PR) – Obrigado, Senador Suplicy, pelo apoio e pela sua posição

em defesa do povo do Paraná, sendo solidário, portanto, à posição que estamos adotando aqui.

Para cumprir o prazo, Sr. Presidente, quero encerrar, dizendo que há governadores que passam pelo Estado e deixam, na sua história, um rastro de construção, de avanço e de progresso. Mas o Governador Jaime Lerner, se concretizado esse ato de venda da Copel, vai consolidar, na história triste do seu governo, uma imagem de desmanche e de destruição de boa parte do Estado do Paraná.

É preciso, Sr. Presidente, evitar que esse mal aconteça e, sobretudo, unir, não apenas nesse momento, todos os paranaenses de bem, para retirarmos do governo aqueles que hoje infelicitam o Paraná e ameaçam o nosso patrimônio todos os dias. Os males causados por uma administração irresponsável como essa vão ficar para as futuras gerações como uma herança maldita, sem dúvida alguma.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ricardo Santos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Os Srs. Senadores Carlos Wilson, Teotônio Vilela Filho, Romero Jucá e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a tribuna desta feita é um assunto que, definitivamente, não engrandece a Nação e envergonha o Estado: o trabalho infantil, uma grave ferida no nosso orgulho.

Recentemente tornou-se público pela imprensa o resultado de uma pesquisa do Ipec. E constatou-se que 364 mil meninas entre 10 e 16 anos são exploradas no trabalho de empregadas domésticas, sem qualquer direito trabalhista, com jornadas de trabalho semelhantes aos adultos, sem qualquer condição de freqüentarem a escola, ou de modificarem a realidade que se lhes impõem.

Esse número, 364 mil meninas, representa 8% do total de 4,48 milhões de trabalhadores no setor, segundo dados do IBGE tabulados em 1998.

Um dos aspectos mais graves, se é que pode haver gradação na exploração do trabalho infantil, é que esta condição ainda é camuflada por uma pretensa relação de parentesco dos patrões, normalmente tios ou padrinhos, entre outros. Até parece aquele ce-

nário dramático da Inglaterra vitoriana, tão bem descrito por Charles Dickens.

A Constituição no Brasil proíbe o trabalho infantil. Entretanto, uma em cada 10 crianças de 10 a 14 anos trabalha. Trata-se de uma das três maiores taxas da América Latina, comparável ao que ocorre na Guatemala e em Honduras.

Entre outros dados revelados pela pesquisa do Ipec, destaco que das meninas exploradas para o trabalho doméstico, 98.249 estão na região Sudeste e 83.570 estão no Nordeste. Nada menos do que 32,8% destas meninas não freqüentam a escola; 78,4% trabalham na cidade e o restante em áreas rurais.

Alguém já disse que um governo que não cuida de suas crianças não tem razão de ser. E no Brasil nada menos do que 2,5 milhões de crianças trabalham, na maioria das vezes exploradas, em condições subumanas, em fornos de carvoaria ou plantações de sisal. Isso para não se falar nas 402 mil crianças de cinco a nove anos.

São números tremendos.

O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso pode computar uma tímida ação nesta área. A proporção de crianças entre 10 e 14 anos que trabalham decresceu no período de 1992 a 1997. Entre 1997 e 1999 a ação do governo cessou. Estados como Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso tiveram aumento do contingente de crianças trabalhadoras. Minas Gerais e Rio Grande do Sul tiveram redução insignificante em seus índices.

Os dados são do IBGE, publicados este ano e se referem a um levantamento feito entre os anos de 1998 e 2000.

Continuo, Sr. Presidente. Também é verdade que o governo federal conseguiu reduzir os índices de adolescentes trabalhadores, meninos entre 15 e 17 anos. Mas, também, por alguma razão inexplicável, parou com seus programas e entre 1997 e 1999, os números recrudesceram em Tocantins, Ceará, Bahia, Santa Catarina, Mato Grosso e Distrito Federal.

No meu Estado, Pernambuco, os dados do IBGE, revelam que se houve uma expressiva redução percentual da taxa de atividade de crianças e adolescentes entre 1992 e 1997, passando de 30,1% para 19,9% entre crianças de 10 a 14 anos. E de 51,7% para 44,3% entre adolescentes de 15 a 17 anos. Registra-se um recrudescimento sério em 1999, quando a taxa sobe para 22,1% das crianças e praticamente estagna em 43,3% entre os adolescentes.

A verdade é que na metade dos estados brasileiros verificou-se ou o aumento da população adolescente ocupando postos de trabalho ou a diminuição inexpressiva destes índices.

Iniciativas do governo federal como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa de Garantia de Renda Mínima mostraram a importância do Poder Público como instrumento para diminuir a pobreza e retirar crianças e adolescentes dos postos de trabalho e recolocá-los no lugar onde devem estar, na escola.

Srs. Senadores, não se trata de utopia. Trata-se de uma realidade, um círculo vicioso que marca a civilização brasileira. Crianças e adolescentes que fogem da escola, por uma ou outra razão, são empregados com baixa escolaridade e recebem baixos salários; ao se tornarem adultos, continuam recebendo salários insignificantes e se perpetuam na pobreza.

Não são raros os casos em que crianças ou adolescentes trabalham sem remuneração, apenas complementando o trabalho do pai assalariado. Um exemplo claro ocorre na cultura de cana de açúcar na região Norte Fluminense. Na maioria dos casos, a própria criança funciona como assalariado e compõe a renda da família, como se verifica no caso das carvoarias, ou na produção de frutas na região irrigada do Vale do rio São Francisco.

Para se ter uma idéia de como esta prática de se colocar crianças e adolescentes torna-se cada vez mais arraigada nos hábitos e costumes brasileiros, mais de 20% dos trabalhadores que trabalham na produção de calçados no vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul possuem menos de 17 anos de idade.

O governo Fernando Henrique Cardoso certamente diagnosticou o problema. Chegou mesmo a tratar da ferida, ainda que timidamente. Mas, apenas para usar um refrão popular, parou por que? Por que parou?

A verdade é que a situação de crianças e adolescentes ocupando postos de trabalho e ausentes das bancas escolares não sofreu mudanças de maior importância, desde o início dos anos 90.

Desde tempos imemoriais, setores arcaicos ou modernos da produção industrial ou agrícola, utilizam-se do trabalhador infante-juvenil como forma de diminuir os custos da produção. Empresários sem escrúpulos, descendentes dos antigos fazendeiros que exploravam o trabalho escravo no Brasil, continuam impunemente a explorar a infância e a adolescência. E, infelizmente, não há que se esperar uma ação polí-

tica mais efetiva e mais decidida deste governo. Até porque não consegue mais responder aos desafios para os quais foi eleito.

Era o que tinha a dizer.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (Bloco/PSDB – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpro o dever de ocupar a tribuna desta casa nesta manhã, motivado pelas sérias dificuldades que estão enfrentando os produtores de leite do meu Estado de Alagoas, submetidos à mesma crise por que passam os demais produtores do País e, ainda, à prolongada estiagem que atinge também o nosso semi-árido.

A produção de leite no semi árido nordestino outrora foi motivo de orgulho, pois a produtividade local atingia médias superiores a oito litros por animal, o que representava uma média significativamente superior à média nacional e motivava os agropecuaristas a investir nos seus negócios, gerando empregos e rendas. só para exemplificar, de uma população de aproximadamente 300 mil habitantes, 100 mil eram empregados no setor.

Hoje a situação está a merecer cuidados especiais, uma vez que o leite não é um produto qualquer, ele é vital para as famílias na composição da sua dieta diária, principalmente para crianças e idosos e se constitui num valioso aliado no combate à desnutrição das populações nordestinas.

Visando solucionar os graves problemas estruturais do setor, e outros conjunturais, decorrentes das políticas governamentais de ajuste fiscal, com reflexos financeiros negativos para o setor, representantes da bacia leiteira de Alagoas se deslocaram até esta capital para reivindicar providências que consideram adequadas para amenizar neste momento as agruras a que estão submetidos.

Para examinar as propostas e alternativas viáveis para apreciação do Secretário Adjunto da Seca, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, promovemos reuniões em meu gabinete onde foram avaliados ponto por ponto os problemas cujas soluções imediatas são prioritárias.

Como resultado dessas reuniões, produziu-se documento entregue ao Doutor Raulino Oliveira, Secretário Adjunto da Seca, com as seguintes propostas:

– alteração da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares;

– suspensão das execuções das operações de crédito rural, concedidas pelo Banco do Brasil e Ban-

co do Nordeste, aos produtores rurais da região do semi-árido de Alagoas; e

– prorrogação das operações de custeio e de investimento rurais por um período de dois anos e três anos, respectivamente, concedidas aos mesmos mutuários.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que estamos envolvidos e compromissados com a solução imediata dessas questões, tão importantes para nós do semi-árido alagoano, acreditamos que as ações imediatas do Secretário Adjunto da Seca, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, serão eficazes e bastantes para, neste momento, trazer um pouco de alento para quem, no meio rural, tanto contribui para o desenvolvimento deste País.

Era o que tinha a dizer!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) —

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa com o objetivo de registrar os 7 anos do Plano Real que, de fato, tem resultado em avanços significativos para o País em todas as áreas que careçam e sustentam a sociedade brasileira e o desenvolvimento nacional.

É inegável que os 7 anos de Governo Fernando Henrique construíram um Brasil melhor, em que se promoveu crescimento econômico sustentado com desenvolvimento social, com base em programas eficazes em áreas diversas, tais quais educação, saúde, infra-estruturas rural e urbana, telecomunicações, ciência e tecnologia, entre outras.

Quem não se lembra de um Brasil há oito, nove, dez anos, açodado, vergastado por uma inflação desenfreada, óbice absoluto para o êxito da implementação de quaisquer políticas sociais imagináveis? Quem não se recorda de um País que, em 1994, adotava um salário-mínimo cujo poder de compra estava adstrito a 60% de uma cesta básica, confrontado, hoje, com um percentual de 123% relativo a esse mesmo poder de compra?

E, convenhamos, não há memória tão curta que não mantenha sob claro registro os programas sociais, antes canalizados para a assistência dos mais ricos. Tanto assim que, no início dos anos 90, distribuíamos 21% dos recursos aplicados na área social para os 20% mais ricos da população.

A estabilização da economia e o fim de um descalabro inflacionário de quatro décadas propiciaram a despolitização dos projetos sociais, onde se fundiram o esforço do governo e a iniciativa essencial da sociedade na luta contra a exclusão social no Brasil.

É de se reconhecer, contudo, que o muito que já foi feito, a partir de 1995, em favor das minorias, ainda não é o bastante para elidir uma cultura de exclusões perpetuada há cinco séculos, pois se trata, em verdade, de uma herança histórica de injustiça alimentada por escravidão, latifúndios, industrialização concentradora de renda e autoritarismo social excludente.

Assim, por mais que os críticos sérios ou os de ocasião deneguem ao Presidente Fernando Henrique Cardoso os louros de um País hoje estabilizado, a despeito, inclusive, dos entraves que se opõem generalizadamente aos países do globo e que direta ou indiretamente também têm se refletido no Brasil, é dele, do seu governo, o mérito de tantos avanços econômicos e, sobretudo, sociais.

Ingressamos, e isto é inegável, graças ao governo Fernando Henrique, numa era de estabilização econômica, de crescimento e de distribuição de renda. Ficou para trás o círculo vicioso da recessão, da inflação e da desmedida concentração de renda. Por que não reconhecer esse fato? Mesmo Maquiavel, cuja polêmica linha de pensamento se ateve a uma minimização da ética e da moral na conduta política, perpetuou uma máxima: "a grandeza dos oponentes há que se medir pelo respeito e pelo reconhecimento recíproco dos feitos de cada qual em prol da urbe", aqui entendida "latu sensu".

Enfrentamos, nesses 7 anos do Plano Real, um quadro internacional nebuloso, tendo em vista as graves crises econômicas mexicana, asiática e russa.

A mudança na nossa política cambial em janeiro de 1999, decorrente desses entraves, por tantos preconizada como catastrófica, venceu o desafio quanto à continuidade da estabilização. Para a decepção dos que torciam por um País novamente quedado à recessão, ao impacto inflacionário, e, para a tranquilidade dos brasileiros, o Governo conseguiu manter o País em estabilidade.

Diga-se, mais: a despeito dessas crises, a taxa básica de juros que havia atingido o patamar de 45%, foi gradualmente reduzida para 15,75%, no final do ano 2000. O crescimento econômico médio nos últimos seis anos fez-se de cerca de 2,9% do PIB, muito superior ao crescimento dos seis anos anteriores, registrados na faixa de 0,6% do nosso Produto Interno Bruto.

Em 2000, Sr. Presidente, quanto aos investimentos estrangeiros diretos, as inversões externas alcançaram US\$ 32 bilhões, contra US\$ 2 bilhões atingidos em 1994.

Registremos, ainda, os avanços havidos no setor de telecomunicações que, no período de 1991 a 2000, gerou uma receita total de US\$ 100,4 bilhões, numa expressiva contribuição ao financiamento do déficit em conta corrente, bem como à redução da dívida pública.

Entre 1994 e 2000, ampliou-se o acesso à telefonia fixa, móvel e pública no País. Os telefones fixos triplicaram-se no período, passando de 13,3 milhões para 38,3 milhões, estando previstos 49,6 milhões em 2003. Os telefones móveis que, em 1994, se atinham a 800 mil linhas, hoje totalizam 23,2 milhões, sendo que há previsão de que atinjam a ordem 45 milhões em 2003. Registre-se que os chamados "orelhões", em 1994, eram em número de 343 mil; em 2000 passaram a 913 mil, previstos 1,6 milhão em 2005.

No que concerne à Educação, mesmo os críticos mais contundentes, não se podem furtar à constatação do grande e exitoso trabalho do Governo Federal nessa área. Liderando, pois, o avanço educacional no Brasil, ergue-se a significativa queda do analfabetismo entre os maiores de 15 anos. Em 1980, 25% dos brasileiros nessa faixa etária eram analfabetos. Em 2000, esse percentual declinou para 13% e, para 2002, a previsão é de que essa taxa decresça para 10%.

Criou-se o FUNDEF, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, com estímulo enérgico da expansão do ensino. O Programa Dinheiro Direto na Escola eliminou eventual manipulação política das verbas, possibilitando seu maior controle pelas comunidades. E temos que comemorar os 97% de taxa de escolarização, referentemente ao ensino fundamental. No início dos anos 90, essa taxa era de cerca de 79%. No ensino médio, de 1994 para cá, houve acréscimo de matrículas da ordem de 57%.

Falemos mais sobre a Educação brasileira: o Programa Garantia de Renda Mínima atendeu aproximadamente 900 famílias em 2000, beneficiando 1,7 milhão de crianças entre 7 e 14 anos. Tratou-se de assegurar uma remuneração mais justa aos professores das escolas públicas. No Nordeste, os educadores tiveram aumento salarial médio de 94%, em 2000. De R\$ 168,00, passaram a perceber R\$ 326,00.

O Governo Federal distribuiu, entre 1997 e 2000, 370 milhões de livros didáticos para 121 milhões de alunos. Em 2001, já foram distribuídos 110 milhões de livros para 32,5 milhões de alunos.

São fatos, cuja veracidade se faz incontestável. O Brasil é hoje um País melhor, mais humanizado, mais justo, mais coerente na visão de sua própria realidade

e na procura responsável de soluções para os seus, ainda, imensos problemas. São utópicas e, até mesmo – por que não ? – elogiosas as críticas que certos adversários políticos e alguns segmentos da mídia fazem ao Presidente do Brasil, porque creio que se lhe atribuem exigências próprias do dom da divindade, das potestades, dos milagreiros que tudo podem. Não se dirige uma nação com milagres, mas com condutas firmes, com programas inteligentes e viáveis, em busca de resultados "possíveis", ante as problemáticas que se apresentam. E essa condução séria e diligente, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, tem sido a constante do Governo Federal, nesses quase 7 anos transcorridos.

Nunca houve tamanha transparência governamental e liberdade para o debate a respeito da administração do País, em seus vários níveis e segmentos. Jamais se teve notícia de que um Governo tenha exposto ao público em geral as medidas que toma, as denúncias que apura, os óbices com que se depara o Estado. Temos, na Internet, sob os auspícios do Governo todos os dados para consulta.

O combate à corrupção, tem sido uma diuturna preocupação governamental. Tão falada, tão denunciada – e isso é bom desde que não se chafurde no denunciismo vil – tem sido ela, já nos primórdios da organização humana em sociedade, o maior obstáculo para o desenvolvimento, pois "solapa a democracia, a confiança no Estado, a legitimidade dos governos, a moral pública". É justamente esse o entender do Governo que, por sua vez, apura irregularidades de toda a sorte, senão vejamos: a Secretaria Federal de Controle Interno tem hoje sob sua apuração: 17 mil convênios fiscalizados, 400 tomadas de contas por irregularidades, 1300 auditorias de contas públicas; 40 mil processos de aposentadoria analisados por eventuais vícios. O Departamento de Polícia Federal já instaurou inquéritos policiais para apurar todos os casos que foram objeto de menção recente: DNER, Dossiê Cayman, OAS, FAT e SUDAM/FINAM, entre outros. O Governo não tem exitado em aplicar punições, afastando dirigentes e demitindo funcionários. De 1995 a 2000, foram demitidos, por improbidade administrativa, 1781 servidores da administração direta, autarquias e fundações.

Este, é, portanto, na atualidade, um País melhor! Ante as seculares mazelas que acompanham o Brasil dos brasileiros, o Governo Fernando Henrique conseguiu consolidar um real Estado de Direito, democrático, soberano e independente, sim, até no que concerne ao FMI. Oposicionistas e governistas aqui

escem na necessidade de que, para se evitar que o Brasil seja atingido pela crise argentina, recorra-se ao Fundo Monetário Internacional. Porém, não o fazemos como pedintes; a genoflexão não faz parte da postura do Estado brasileiro. Debate-se esse procedimento com a sociedade – o Congresso Nacional é reflexo dela – negociamos com o Fundo e ofertamos as garantias próprias de um país economicamente estabilizado e sem recessão.

Finalizando, não me poderia eximir de trazer à baila o sucesso governamental de suas ações voltadas à Saúde, das quais se originou o Sistema Único de Saúde – SUS, pautado pela descentralização, regionalização, participação da sociedade e financiamento pelas três esferas de governo. Outro avanço nessa área deu-se por conta da criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que controla e fiscaliza os planos e seguros de saúde. O número dos Agentes Comunitários de Saúde que, em 1994, era inferior a 30 mil, atualmente é de 150 mil profissionais. A mortalidade infantil, para cada mil nascidos, caiu de 49,4%, em 1990, para 34,2%, em 2000.

O Brasil, senhores, tem hoje uma Previdência Social que beneficia 18,4 milhões de pessoas, no setor privado, com dispêndio equivalente a 6% do PIB. As aposentadorias no meio rural, como verdadeiro programa de renda mínima, beneficiam mais de 6 milhões de pessoas. Os esforços governamentais na erradicação do trabalho infantil, iniciados em 1996, mostram inéditos resultados, garantindo a permanência de 400 mil crianças e adolescentes na escola.

No campo, entre 1995 e 2000, foram assentadas mais de 465 mil famílias, número superior ao dobro daquelas atendidas nos 30 anos anteriores, êxito também creditado à unificação PRONAF/Reforma Agrária.

O setor energético, recentemente abalado, vai se soerguendo com a mobilização coesa e conjunta do Estado e da sociedade brasileira. Ao invés de entregar-se ao ranço das culpas e culpados, os homens, as mulheres, os jovens e as crianças do País, dão um exemplo de que os óbices se superam com atitudes solidárias e conjuntas. O Governo, por sua vez, de pronto, tem agido com medidas estimuladoras e propiciadoras de fontes de energia, através de investimentos no setor.

Sete anos de um Governo, de um Plano como é o Real, bem-sucedido, impedem que seja este interlocutor breve como gostaria, a fim de não impor a V.Exas. tamanha loa. Não me permito, portanto, deixar de falar sobre os R\$ 180 milhões, cujo repasse

anunciado recentemente pelo Presidente da República, destinar-se-á à recuperação de trechos de rodovias federais que singram 18 estados brasileiros.

Devo, também, falar sobre a Agricultura, cuja safra de grãos consolida-se em novo patamar, superando, em 2000/2001, a marca de 94 milhões de toneladas. Esse crescimento tem arrimo na expansão de 8,9% da área plantada de grãos nos últimos três anos. Os ganhos pertinentes de produtividade espelham o crescimento nas vendas de máquinas agrícolas e de fertilizantes nos últimos anos, permitindo a modernização das tecnologias utilizadas na agricultura.

Enfim, falemos da expansão de oferta de emprego em 2000, que propiciou a queda da taxa de desemprego que passou de 6,3%, em dezembro de 1999, para 4,8% em dezembro de 2000. Falemos da exitosa Reforma Administrativa do Estado, das políticas de mercado interno e externo, reportando-nos, principalmente, ao aumento havido de 13,% nas importações e de 14,7% das exportações no ano 2000, resultado excelente, em se considerando o estágio de crescimento da nossa economia. Outrossim, empenha-se o Governo brasileiro no que toca às negociações cingidas ao Mercosul e à ALCA, fato amplamente divulgado e, portanto, do conhecimento exaustivo da sociedade brasileira.

Grato pela atenção dos nobres Pares, congratulo-me com o Presidente Fernando Henrique Cardoso pelo descortino, pela sua indeclinável postura de grande estadista na condução dos destinos do País, de forma que tem ele, à sobeja, em assim agindo, correspondido a confiança nele depositada pela esmagadora maioria dos brasileiros, por dois mandatos presidenciais consecutivos.

As páginas da História, com certeza, farão justiça às qualidades superiores desse mandatário que, indubitavelmente, com inegável competência e desassombro transformou o Brasil num País estável, a despeito das vultosas dificuldades desta terra imensa, onde ínsitas se fazem tantas diversidades regionais, onde se arraigava uma cultura inflacionária de 40 anos.

Muito, frisa-se, ainda há por fazer. Todavia, jamais, tanto foi feito em prol do Brasil, em tão pouco tempo.

Meus cumprimentos ao Presidente Fernando Henrique.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a saúde, como direito assegurado pela Constituição Federal de 1988,

ainda é uma meta da qual estamos distantes. Basta verificarmos os elevados índices de mortalidade infantil existentes, principalmente nas Regiões e Estados mais pobres.

Não há dúvida de que evoluímos bastante, melhoramos muito da posição vergonhosa no campo da mortalidade infantil em crianças de até um ano de idade. Certamente ainda estamos muito longe da posição aceitável para um País que se encontra entre as dez maiores economias do mundo. Conforme dados do IBGE, para cada 1.000 nascimentos de crianças no Brasil 34,6 morrem antes de completar um ano, o que é muito elevado e inaceitável. Não podemos admitir que nossas crianças não tenham o direito de viver em decorrência de doenças que poderiam perfeitamente ser evitadas com a adoção de medidas no campo da saúde e do saneamento básico. Trata-se de algo que pode ser perfeitamente solucionado por políticas públicas, por programas de Governo, em benefício da saúde de nossas crianças.

Sr. Presidente, Sras. e Senhores Senadores, para assegurar a melhoria da saúde de nossas crianças e a universalidade do acesso do cidadão à saúde como direito constitucionalmente assegurado, certamente há a necessidade de estreita cooperação entre União, Estados e Municípios.

Os programas de ampliação do acesso da população aos serviços básicos de saúde, tais como os realizados por Agentes Comunitários são da mais alta importância para a redução dos níveis de mortalidade infantil.

Os programas de aleitamento materno, de assistência ao recém-nascido, de desenvolvimento infantil, de assistência integrada às crianças doentes, de redução e controle da desnutrição e melhoria qualitativa da alimentação e combate às carências nutricionais, com ênfase em gestantes e crianças, são programas essenciais para o declínio dessas sinistras taxas de mortalidade infantil e para a melhoria do bem-estar de nossas populações.

Os programas de bolsa alimentação pretendem reduzir a taxa de mortalidade infantil, atendendo mulheres e crianças, de até seis anos, classificadas como carentes e em risco de desnutrição. Esperam, com isto, combater as carências nutricionais de aproximadamente 3,5 milhões de pessoas, compreendendo 2,76 milhões de crianças, 802 mil gestantes e mulheres que amamentam.

Os programas de vacinação contra doenças como febre amarela, tétano e difteria certamente podem ser descentralizados, aumentando a cobertura, para que alcancem a totalidade dos municípios brasileiros, principalmente aqueles mais pobres e mais carentes, eliminando-se as áreas endêmicas ou aquelas em que se registram surtos desse tipo de doença.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero chamar a atenção de V. Ex^{as} e das autoridades responsáveis pelas ações nas áreas de Saúde para um setor essencial no combate à mortalidade infantil: o saneamento básico.

Não tenho dúvida de que todo o investimento criterioso e racional realizado na área do saneamento básico representa um grande benefício e uma grande economia na área de saúde, com a vantagem de se caracterizar como uma ação preventiva, evitando a propagação de doenças e epidemias.

A melhoria das condições ambientais em termos de abastecimento de água potável, saneamento domiciliar, drenagem, coleta e tratamento de esgoto sanitário e de resíduos sólidos certamente contribui para a redução de doenças infantis e de toda a população, englobando desde doença de Chagas, dengue, malária, febre amarela, principalmente em relação às populações de baixa renda.

Infelizmente ainda existem hoje no Brasil aproximadamente 11 milhões de irmãos nossos, de brasileiros como todos nós, que ainda não dispõem de água potável.

São aproximadamente 50 mil crianças mortas anualmente em decorrência de diarreia, doença que praticamente não existiria se já tivéssemos água e esgoto para toda nossa população.

Sem saneamento básico, assistimos estarrecidos ao crescimento do cólera e da dengue, principalmente nas periferias urbanas e nos grandes bolsões de pobreza, que não têm acesso aos serviços de água e esgoto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, se não formos capazes de combater o problema da mortalidade infantil, em sua origem, em suas raízes, na melhoria das condições sanitárias da população, ficaremos eternamente num círculo vicioso de combate e derrota em relação aos mosquitos transmissores de doenças, sem resolver definitivamente o problema da mortalidade infantil.

Deixo aqui o meu apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para que dê prioridade ao saneamento básico de nosso País, para que possamos melhorar a saúde de nossas crianças, de nossa população e até mesmo reduzirmos os gastos na área hospitalar e de medicamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Santos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 12 minutos.)

(OS 17173/2001)

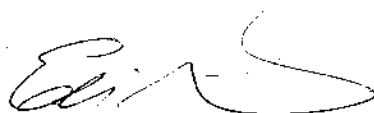
ATO DO PRESIDENTE**Nº 223 , DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **FRANCISCO DE BRITO MELO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Órgão Central de Coordenação e Execução, a partir desta data.

Senado Federal, 16 de agosto de 2001.



Senador EDISON LOBÃO
Presidente Interino

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 96 , de 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Designar os servidores **JOSÉ JABRE BAROUD**, Analista Legislativo, Mat. 1550, **JOABSON MARTINS CAHÚ JÚNIOR**, Técnico Legislativo, Mat. 4116 e **ORLANDO MENDES VASCONCELOS**, Técnico Legislativo, Mat. 4326, para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 000132/01-2.

Senado Federal, 16 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1528, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011211/01-6,

RESOLVE dispensar o servidor **SERGIO MURILO GOMES DADA**, matrícula 4796, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 10 de agosto de 2001.

Senado Federal, 16 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1529, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011212/01-2,

RESOLVE dispensar o servidor **JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS**, matrícula 4299, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de pesquisa, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 10 de agosto de 2001.

Senado Federal, 16 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1530, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011179/01-5,

RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO PEREIRA NETO, matrícula 2309, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Segunda Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2001.

Senado Federal, 16 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1531, DE-2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011180/01-3,

RESOLVE dispensar o servidor ALTAMIRO OLIVEIRA DA CRUZ, matrícula 3285, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Segunda Secretaria, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2001.

Senado Federal, 16 de agosto de 2001.



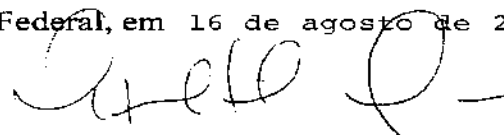
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1532 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011437/01-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO JOÃO DANTAS** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Marina Silva.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2001.



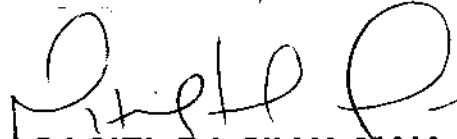
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1533 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 11.160/01-2,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1407, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2372, de 30/07/2001, que nomeou **GRACIELI MARTINI**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Casildo Maldaner.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2001.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1534 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011451/01-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THIAGO SUZUKI OKUBO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

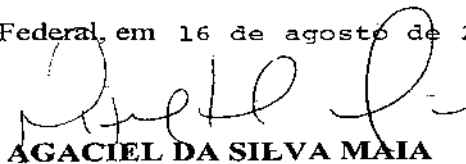
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1535 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 011442/01-8 e 011444/01-0,

R E S O L V E exonerar **TOMAZ ALVES NINA**, matrícula n.º 31723, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

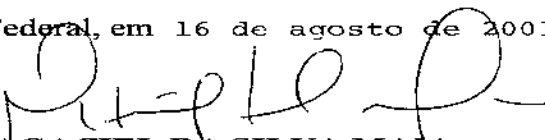
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º1536 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 011445/01-7 e 011450/01-0,

R E S O L V E exonerar **MARCO ANTONIO DE MATTOS**, matrícula n.º 31372, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2001.

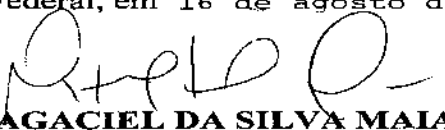

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º1537 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011443/01-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1538 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011436/01-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ MAGNO PATO JUNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2001.



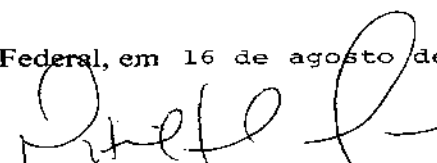
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1539 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 011448/01-6 e 011446/01-3,

R E S O L V E exonerar **GLACYELLE BECE SIMÕES GAHIVA**, matrícula n.º 31724, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1540, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 011447/01-0 e 011449/01-2,

R E S O L V E exonerar **CAROLINA KHALIL**, matrícula n.º 31725, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1541, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 11307/01.3,

RESOLVE designar o servidor **NELSON SURCOUF AZEVEDO COELHO**, matrícula 320, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Moreira Mendes, com efeitos financeiros a partir de 29 de junho de 2001.

Senado Federal, 16 de agosto de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONGRESSO NACIONAL
ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS
DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM MARÇO DE 2001

Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (Bloco PSDB/PTB-BA) Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado WALTER PINHEIRO (PT-BA) Telefones: 318-5274 e 318-5170	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT/PDT/PPS-SE) Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192
<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado HÉLIO COSTA (PMDB-MG) Telefones: 318-5206 e 318-6992/6997	<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho ¹

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Gilberto Mestrinho	AM	3104		1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291		2. Ney Suassuna	PB	4345
Casildo Maldaner	SC	2141		3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073		4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478		5. Gerson Camata	ES	3203
PFL						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Geraldo Althoff	SC	2041		1. Carlos Patrocínio	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231		2. Freitas Neto	PI	2131
Bello Parga	MA	3069		3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211		4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB) ²						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248		1. Geraldo Melo (PSDB)	RN	2371
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022		2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Leomar Quintanilha (PPB)	TO	2071		3. Sérgio Machado (PSDB)	CE	2281
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PDT/PPS) ³						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Heloísa Helena (PT)	AL	3197		1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061		2. Paulo Hartung (PPS)	ES	1129
PSB						
Titular	UF	Ramal		Suplente	UF	Ramal
Roberto Saturnino	RJ	4229		1. Ademir Andrade	PA	2101
<p style="text-align: center;">Membro nato (art. 25 da Resolução nº 20/93) Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – Ramal 2051</p>						

Composição eleita em 27.6.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em nova composição.

² Comunicação de formação do Bloco feita na sessão de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

³ Em 12.2.2001, o PPS voltou a integrar o Bloco Parlamentar de Oposição (Comunicação lida em 12.2.2001 – DSF de 13.2.2001).

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em nova composição.

² Comunicação de formação do Bloco feita na sessão de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

³ Em 12.2.2001, o PPS voltou a integrar o Bloco Parlamentar de Oposição (Comunicação lida em 12.2.2001 – DSF de 13.2.2001).



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 e 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 3504)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

Ramais: 4605 Fax: 4344

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 22.05.2001

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA

Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Ramez Tebet (1)	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Vago (3)		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
José Alencar	MG	4018/4621	6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - José Fogaça	RS	1207/1607
Wellington Roberto	PB	3194/3195	9 - Mariuce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
José Agripino	RN	2381/2367	2 - Hugo Napoleão	PI	3085/87
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Freitas Neto	PI	2131/2137	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3069/3072	7 - José Coelho	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	1 - Sérgio Machado	CE	2281/2287
Lúcio Alcântara	CE	2111/2117	2 - Vago		
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Osmar Dias (2)	PR	2121/2137
Pedro Plva	SP	2351/2355	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Romero Jucá	RR	2111/2117	5 - Fernando Matuzalém	RO	2251/2258

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloisa Helena	AL	3197/3199	2 - Marina Silva	AC	2181/2187
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
Paulo Hartung	ES	1031/1231	4 - Jefferson Peres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto	MG	2321/2327	1 - (Vago)		

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado, a partir de 20.06.2001

(2) Desfilou-se do PSDB, em 01.08.2001

(3) Retirada do Sr. Nova da Costa, em virtude da reassunção do titular, em 01.08.2001

Reunioes: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: direcu@senado.gov.br

Atualizada em :01/08/2001.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: ROMEU TUMA
Vice-Presidente: MARINA SILVA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Gilvam Borges	AP	2151/2157
Marluce Pinto	RO	1301/4062	3 – Valmir Amaral	DF	4064/4065
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
(vago)			6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
(vago)			7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
(vago)			8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
(vago)			9 – Pedro Ubirajara	MS	2221/2227

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Carlos Patrocínio	TO	4058/4068
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – José Coelho	PE	1284/3245
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	7 – (Vago)		
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – (Vago)		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Vago			Ricardo Santos	ES	2022/2024
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	Teotônio Vilela	AL	4093/4095
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Osmar Dias (1)	PR	2121/2125	Álvaro Dias	PR	3206/3207
Romero Jucá	RR	2111/2117	Nilo Teixeira Campos	RJ	2431/2437
Leomar Quintanilha	TO	2072/2075	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Marina Silva	AC	2101/2107	3 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Tião Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – (Vago)		

(1) Desfilou-se do PSDB, em 01.08.2001.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)
Secretário: José Roberto A. Cruz
Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3359
Fax: 311-3652 - E-mail: jrsc@senado.gov.br

Atualizada em: 27/06/2001

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:**

PMDB

**VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

PSDB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB

**JUVÊNCIO DA FONSECA MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO RR – 1301/4062**

PFL

**GERALDO ALTHOFF SC – 2041/2047
WALDECK ORNELAS BA – 2211/2217**

BLOCO PSDB/PPB

**LEOMAR QUINTANILHA (PPB) TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)

**SEBASTIÃO ROCHA (PDT) AP – 2241/2247
TIÃO VIANA AC – 3038/3493**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

PSDB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

PSDB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ**Presidente: BERNARDO CABRAL****Vice-Presidente: OSMAR DIAS (2)****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto	PB	3194/95
José Fogaça	RS	1207/1607	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Pedro Ubirajara	MS	2221/2227	6 – Amir Lando	RO	3130/3132
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – José Alencar	MG	4621/4753

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – Romeu Tuma	SP	2051/57
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Agripino	RN	2361/2667
Hugo Napoleão	PI	3085/3087	6 – Carlos Patrocínio	TO	4058/4068

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	Sérgio Machado	CE	2281/2285
Nilo Teixeira Campos	RJ	2431/2437	Pedro Piva	SP	2351/2357
Osmar Dias (1)	PR	2121/2125	Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2072/2075	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Heloísa Helena	AL	394/3199
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – (Vago)		

(1) Desfilou-se do PSDB, em 01.08.2001

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretária: Gildete Leite de Melo

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 27/06/2001

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- Retirada as indicações pelas Lideranças
- em 6 e 13.9.2000.

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 - Ney Suassuna	PB	4345/4346
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 - José Fogaça	RS	1207/1607
Mariuce Pinto	RR	1301/4062	5 - Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 - Maguito Vilela	GO	3149/50
Pedro Ubirajara	MS	2221/2227	7 - Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 - (Vago)		
(Vago)			9 - (Vago)		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Hugo Napoleão	PI	3085/87	1 - Freitas Neto	PI	2131/2137
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 - Francellino Pereira	MG	2411/2417
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/71	4 - Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Coelho	PE	1284/3245	5 - Romeu Tuma	SP	2051/2057
Carlos Patrocínio	TO	4058/4066	6 - Marta do Carmo Alves	SE	4055/4057
(Vaga cedida ao PTB)			7 - Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 - Osmar Dias (1)	PR	2121/2125
Nilo Teixeira Campos	RJ	2431/2437	2 - Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 - Romero Jucá	RR	2111/2117
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 - Pedro Piva	SP	2351/2353
Fernando Matuzalém	RO	2251/2258	5 - Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 - (Vago)		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - Lauro Campos	DF	2341/2347
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 - Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 - Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Roberto Freire	PE	2161/2167	4 - Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
(Vago))			1 - Roberto Saturnino	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Desfilou-se do PSDB, em 01.08.2001.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)
 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
 Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Atualizado: 27.06.2001

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

PSDB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4058/64
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-FERNANDO MATUSALÉM (PPB)	RO-2251/58
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ2431/37
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLYCY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
PSB			
SATURNINO BRAGA	RJ-4229/30	VAGO	

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 28/06/01

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE**Presidente: JEFFERSON PÉRES****Vice-Presidente: VAGO****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 - Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 - José Alencar	MG	4621/4753
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Vago (1)			4 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Renan Calheiros	AL	2261/2262	5 - Wellington Roberto	PB	3194/3195
Valmir Amaral			6 - Nabor Júnior	AC	1478/4619

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Hugo Napoleão	PI	3085/3087	1 - Jorge Bornhausen	SC	4200/4206
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 - Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 - Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
José Coelho	PE	1284/3245	5 - Paulo Souto	BA	3173/3175

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Nilo Teixeira Campos	RJ	2431/2437
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Pedro Piva	SP	2351/2357	Álvaro Dias	PR	3206/3207
Fernando Matuzalém	RO	2251/2258	Leomar Quintanilha	TO	2072/2075

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 - Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2061/2067	2 - Emília Fernandes	RS	2331/2337
Tião Viana	AC	3038/3493	3 - Paulo Hartung	ES	1031/1231

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Retirada do Sr. Nova da Costa, em virtude da reassunção do titular, em 01.08.2001

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :01/08/2001

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: JOSÉ ALENCAR					
Vice-Presidente: LEOMAR QUINTANILHA					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 - Valmir Amaral	DF	1961/1066
José Alencar	MG	4018/4621	2 - Iris Rezende	GO	2032/2039
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	2091/2095	4 - Pedro Ubirajara	MS	2221/2227
Nabor Júnior	AC	1478/4619	5 - Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	2401/2407	6 - Wellington Roberto	PB	3194/3195
Marluce Pinto	RR	1301/4062	7 - Maguito Vilela	GO	3149/3150
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 - Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 - Hugo Napoleão	PI	3085/3087
Carlos Patrocínio	TO	4058/4068	3 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
Bello Parga	MA	3069/3072	4 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Cedido ao PTB			5 - Freitas Neto	PI	2131/2137
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 - (Vago)		
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Vago			Pedro Piva	SP	2351/2357
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Teotônio Vilela	AL	4093/4095	Luiz Pontes	CE	3242/3243
Leomar Quintanilha	TO	2072/2075	Fernando Matuzalém	RO	2251/2258
			Sérgio Machado	CE	2281/2287
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 - Emília Fernandes	RS	2331/2337
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Sebastião Rocha	AP	2241/2247
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	3 - Lauro Campos	DF	2341/2347
Paulo Hartung	ES	1031/1231	4 - Tião Viana	AC	3038/3493
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 - Roberto Saturnino	RJ	4229/4230
PTB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/1607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em :27/06/2001

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM
DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

PRESIDENTE:

RELATOR:

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

VAGO

1- VAGO

VAGO

2- VAGO

VAGO

3- VAGO

PEL

VAGO

1- VAGO

VAGO

2 – VAGO

PSDB

VAGO

1- VAGO

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)

VAGO

1- VAGO

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: NEY SUASSUNA
Vice-Presidente: FREITAS NETO
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 - Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 - Luiz Otávio (Cessão)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	3 - (Vago)		
Vago (1)					
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Wellington Roberto	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 - Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 - Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Freitas Neto	PI	2131/2137			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	1 - Sérgio Machado	CE	2281/2287
Ricardo Santos	ES	2022/2024	2 - Fernando Matuzalém	RO	2251/2258
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino Braga	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Retirada do Sr. Tasso Rosado, em virtude da reassunção do titular, em 15.05.2001.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizada em :12/06/2001

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	021	318 9621	316 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	**04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5980	316 2980

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	***03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC		311 2141	323 4063	AMIR LANDO	RO	###15	311 3130	323 3426
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	3234198	MARLUCE PINTO	RR	**08	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	**04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	#13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	###05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	**24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5825
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	#11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	* ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	328	318 5328	318 2328	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318 5621	318 2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	*288	318 5288	318 2288

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CAMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASILIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7438 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS